

A FRANÇA DE HUMON

Europa a caminho da democracia e socialismo

Por PAULO TIMM

ÍNDICE

**A FRANÇA DE HUMON – P. Timm – 03 fev
2017**

Anexos

1.Os candidatos concorrentes

2.A oobertura da vitória de Humon

3.EUROPA, DEMOCRACIA E SOCIALISMO

A França de Humon

Por PAULO TIMM – Fev 01/2017

* Se a burguesia européia é
crepuscular , a *creolla* é inautêntica.
J.C. Mariátegui, escritor peruano, sec. XX

Tenho insistido em que há que se acompanhar melhor o que vai pela esquerda europeia, sobretudo, agora, às vésperas das eleições presidenciais na França. Não raro, seguimos, na esquerda brasileira, seus passos.

A grande novidade na Europa consiste na radicalização das posições político-ideológicas diante das recentes reavaliações da globalização e seus reflexos na sociedade. Antigas áreas tradicionalmente dominadas pela esquerda voltam--se , crescentemente, para a extrema direita. Esquerda e direita se redividem. Já se disse que isso tem muito a ver com as asimetrias e descontinuidades da expansão capitalista em escala mundial. Isso, aliás, não é novidade. Trotsky deu a este processo o sugestivo nome de desenvolvimento desigual e combinado, do qual retirou, acertadamente, a conclusão do caráter socialista da Revolução de Outubro, na Rússia. Sua comparação entre as revoluções de 1789, 1848 e 1905 é um clássico. O que estaria a mudar, nos dias de hoje, é a velocidade deste processo, associado ao uso dos recursos telemáticos que potenciaram a acumulação financeira.

Graças à velocidade com que as informações sobre a economia trafegam pela rede mundial de computadores, 8 trilhões de dólares – dinheiro equivalente a um PIB norte-americano, ou seja, toda a riqueza produzida pela nação mais rica do mundo durante um ano – circulam pelo globo a cada dia à procura de melhores rendimentos.

São informações privilegiadas sobre governos, sobre empresas e sobre a produção a que algumas pessoas têm acesso para acumular riquezas.

Paulo Machado – Jornalista , A comunicação pública e o direito à informação , mimeo 2008. ■

Além disso, com o desenvolvimento da robótica, associado ao reescalamento internacional das plantas industriais

corresponderam dois fenômenos: 1. Decadências de antigas e prósperas regiões industriais, onde os sindicatos mantinham estreitos vínculos com as opções de esquerda; 2. Requisitos cada vez mais sofisticados no recrutamento da mão de obra, deixando para trás amplos segmentos sociais que não conseguem acompanhar o desenvolvimento tecnológico.

Isso tudo já se sabe. Mas os reflexos disso, na Europa, residem na deterioração da convergência entre liberais e social reformistas, de vários nomes, em vários países, na promoção da globalização e que teve seu apogeu nos anos 90. Isso, aliás, não se restringiu à Europa. Tucanos no Brasil, e peronistas argentinos sob a liderança do Presidente Menem também o fizeram. Para tanto, deve ter muito contribuído a queda do Muro de Berlim, em 1989 e o desmantelamento da URSS dois anos depois.

Essa lua de mel – ou de fel – esgotou-se. Paradoxalmente, o único grande líder associado à esquerda que ainda defenda o sistema global é o Presidente da China Xi Jin Ping :

[Presidente da China defende globalização em Davos - Instituto Ethos -2017](http://www3.ethos.org.br/cedoc/presidente-da-china-defende-globalizacao-em-davos/#.WJRxXFMrLIU)
<http://www3.ethos.org.br/cedoc/presidente-da-china-defende-globalizacao-em-davos/#.WJRxXFMrLIU> .

Até nos organismos financeiros internacionais tem crescido o entendimento de que o grande problema contemporâneo não são os déficits públicos, mas a desconcertando e crescente concentração da renda, cujos efeitos, aliás, transbordam para o sistema político comprometendo a democracia. Aí se insere a recente admoestação da Presidente do FMI ao Ministro Henrique “Plácido” Meirelles. Plácido, porque ainda navega no doce sonho da globalização dourada dos anos de 90...Tenho registrado, no sentido de uma nova era da esquerda europeia, para a ruptura das alianças tradicionais entre esquerda e direita, evidenciando a abertura de novas tendências cada vez mais críticas ao Consenso de Washington e aos rigores fiscalistas das autoridades financeiras.

A fenda nas esquerdas, situa, de um lado, os mais radicais e ortodoxos, que sempre condenaram a União Europeia e que

consideram, embora mais retórica do que estrategicamente, que o passo para a superação da crise é o advento do socialismo; de outro, setores da esquerda, cada vez mais hegemônicos pelos gregos, que, sem abdicar do horizonte socialista continuam acreditando no movimento pela aprofundamento da democracia, através, inclusive, de uma constituinte para mudar estruturalmente o processo decisório no interior da União Europeia. Neste sentido, a posição de Varoufakis, ex Ministro da Fazenda do Governo SIRITZA, na Grécia, não é propriamente nova, nem, de longe, significa um retrocesso ao denominado AUSTERICÍDIO, preconizados pelos técnicos da Troika. É, sim, uma nova abordagem à crise, submetendo-a aos imperativos do aprofundamento da democracia.

Não se rejubile, entretanto, a esquerda latino-americana que sonha com a revolução ou que não abre mão de “colocar em seu discurso a questão do socialismo”. Nas suas duas vertentes, a esquerda europeia há muito abandonou o idealismo, ainda que haja, sim, entre os ortodoxos marxistas uma ou outra recaída - Domenico Losurdo in Como nasceu e como morreu o marxismo ocidental -

<http://www.novacultura.info/single-post/2016/02/27/Losurdo-Como-nasceu-e-como-morreu-o-marxismo-ocidental>

Ambas, no entanto, repetem a ladainha revolucionária e o tributo a Karl Marx como um mantra compensatório à sua herança colonialista, barbaridades fascistas e estalinistas de antepassados, ou imorredouras pretensões etnocentristas. A nova esquerda emergente, porém, seja o SYRITZA, na Grécia, seja o BLOCO DE ESQUERDA, em Portugal, seja o PODEMOS, na Espanha, seja, agora, Le Petit Ben, candidato socialista à Presidência da França, têm fortes componentes de rebeldia ao establishment mas aposta mais na democracia do que na “velha toupeira” :

Emir Sader : O anjo torto - As surpresas da toupeira

<http://revolucoes.org.br/v1/seminario/emir-sader/anjo-torto>

Nisso, aliás, difere a esquerda latino-americana de sua matriz europeia, temperada pela Teologia da Libertação.. Ela crê sinceramente no que fala...Aí poderíamos, até, parafrasear o grande J.C. Mariátegui: Se a esquerda europeia é inautêntica, a nossa é, sem dúvida, embora deslustrada, iluminada.

Isso, esta inclinação à democracia na esquerda europeia e, em certa medida, uma novidade, à luz da velha dicotomia sempre sublinhada por N.Bobbio, da distinção entre direita e esquerda, como afirmação dos princípios da liberdade e da igualdade, respectivamente. Apostar na democracia como saída para a crise, tal como a grande maioria dos intelectuais e protagonistas da nova esquerda europeia propugnam, é apostar mais nos direitos humanos e nas liberdades civis e políticas do que nas políticas de equalização social. Isso pode não ser muito claro no discurso, em obediência ao sagrado culto da epifania socialista, mas fica claro quando, em lugar da revolução e da escatologia do apocalipse do sistema, sucedem-se propostas concretas para a reformulação do sistema político e econômico.

Este o pano de fundo da escolha de Benoît Hamon, por 2 milhões de votos no segundo turno das primárias do Partido Socialista Francês, para a Presidência da República contra seu rival Valls, homem forte do Governo Alemão. A fenda que já atingira Espanha e Portugal, agora chega à França. A ala de esquerda do PS se impõe e vai às urnas.

Benoît, apelidado le “Petit Ben”, 49 anos, é um filho da classe média do interior da França, em Brest, na Bretanha, mas com passagem na infância pelo Senegal, o que lhe valeu, certamente, um espírito mais aberto à diversidade cultural e ao colonialismo, mas que lhe valeu a pecha de islamo-esquerdista. Fez carreira no próprio Partido, no grupo que cultuava a liderança de Michel Rocard, morto recentemente tendo pouca vivência como trabalhador no setor privado. O oposto de um Mitterrand, ou de um Trump. Um homem simples, de hábitos simples. Enragé. Engagé. Apreciado pelos que o rodeiam.

Sua súbita assunção iniciou-se em 2014, quando apoiou Vals em suas aspirações à chefia do gabinete francês.

“A conspiração começou a orquestrar-se no início de 2014. Manuel Valls, então ministro do Interior do governo de François Hollande, acreditava que o primeiro-ministro Jean-Marc Ayrault não tinha capacidade para liderar o governo e ambicionava tomar o seu lugar. Nesse sentido, aproximou-se de duas importantes figuras da ala esquerda do Partido Socialista (PS) francês – Benoît Hamon e Arnaud Monteburg —, prometendo-lhes mais influência no novo executivo em troca de apoio na pressão interna para derrubar Ayrault.”

O projeto deu certo. Manuel Vals ascendeu ao posto almejado e Hamon e Monteburg se converteram em seus ministros. Mas logo sobreveio a defecção. À medida em que Hollande se inclina aos planos de austeridade afinados com a banca internacional, Vals segue-lhe enquanto Hamon e Monteburg se rebelam e se afinam ao grupo de 40 outros parlamentares socialistas que abrem acirrada oposição ao seu próprio Governo. As idéias juntam e os ideais separam. Os três aliados de 2014 se separam e cada um deles se apresenta como candidato à Presidência no início deste ano de 2016, logo polarizada, dentro do Partido por Hamon e Vals.

*” Enquanto Valls baseou a sua campanha numa plataforma estritamente realista, aborrecida para alguns, de crescimento económico sustentado e fortalecimento da lei e da ordem, Hamon agitou o debate com ideias disruptivas como a **introdução do rendimento universal com o pagamento de 750 euros a todos os franceses maiores de idade. Para a financiar, sugeriu a angariação de receitas fiscais através da legalização da canábis e a taxação de robots**, ou seja, passar a cobrar impostos às empresas pela riqueza gerada pela automação e não pelo trabalho dos seus funcionários. As propostas deram origem a todo o tipo de reações – aplausos, risos e críticas —, mas surtiram o efeito desejado: tornaram-se o centro da discussão na campanha. **“O discurso de Valls foi sempre direccionado para uma vitória nas presidenciais, que todos sabem ser impossível. Hamon, que muitos acusam de ser utópico, foi mais realista. Consciente da impossibilidade de se tornar Presidente, optou por aliciar o eleitorado socialista com propostas inteligentes e apelativas, de forma a tomar as rédeas do partido e ser líder da oposição nos próximos cinco anos”**, diz Martin Vaugoude, editor do jornal Le Télégramme, que, por ser da*

Bretanha, região natal de Hamon, tem sido o que há mais tempo acompanha o progresso do político socialista.”

Deu certo, le Petit Ben, como é conhecido, ganhou as primárias do Partido, fiel a um ideário mais à esquerda e , com isso, quebra a hegemonia liberalizante dos socialistas franceses dominante desde Mitterrand, à despeito da passagem de Michel Rocard (10 de maio de 1988 a 15 de maio de 1991, e foi desde 1994), um ícone dos socialistas de esquerda. Trata-se , agora, de enfrentar o pleito, o que não lhe será fácil, com apenas 15 % da preferência dos eleitores. Para tanto terá duas grandes missões: Unir o próprio OS, dilacerado entre duas tendências quase antagônicas, com a direita encastelada no Poder e com forte apoio conservador externo, e unir a ampla esquerda francesa. Em seu discurso ao final das primárias no Partido, ele deu conta destes passos demonstrando preocupação com o vazamento de votos a favor do mais liberal candidato Macron, do Partido Em Marche e abrindo as portas ao melhor entendimento entre Jean-Luc Mélenchon, candidato da Frente de Esquerda, e com o ecologista Yannick Jadot, os quais – Humon + Mélenchon_ Jadot - juntos não passariam , em princípio, dos 27%, dos votos no segundo turno.

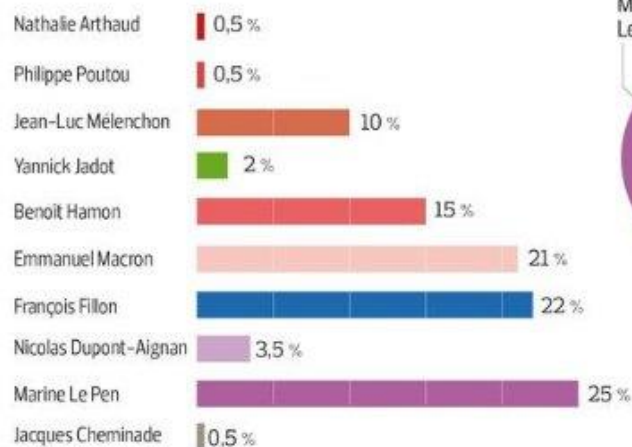
Há , com efeito, uma pluralidade de Partidos e candidatos, o que dificulta a vitória de Humon, no qual se destaca a ultradireitista Marine Le Pen, todos com forte apelo popular.

Veja-se o cenário previsível, que lhe é adverso, no qual, inclusive ainda não é mencionado como candidato ao segundo turno:

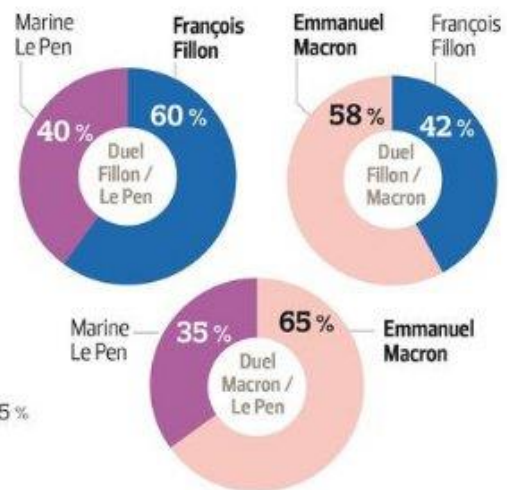
[View image on Twitter](#)

Intentions de vote à l'élection présidentielle...

... POUR LE PREMIER TOUR



... POUR LE SECOND TOUR



[Electograph](#) @Electograph



#France | @TNS_Sofres poll

for #Presidentielle2017: @benoithamon (4th) would fail to qualify for the 2nd

round <http://www.lefigaro.fr/elections/presidentielles/2017/01/29/35003-20170129ARTFIG00201-presidentielle-fillon-et-macron-au-coude-a-coude-le-pen-en-tete.php> ...

[6:49 PM - 29 Jan 2017](#)

Concluindo, a crise que se abriu na economia mundial no ano de 2008, embora mitigada por ligeiras recuperações em um e outro país, continua castigando as sociedades ocidentais vindo a sepultar as expectativas de uma globalização glamorosa que traria paz no mundo e prosperidade geral aos povos integrados. Isso repercute particularmente na Europa rompendo a aliança social-liberal que sustentou o avanço da globalização nos anos 90 e na radicalização de posições. Cada vez mais, fica evidente que social-democratas e socialistas se dividirão internamente, abrindo fendas inelutável entre os que permanecem fiéis a um ideário de redução de desigualdades, mesmo desencarnando da epifania revolucionário

como marco de uma nova ordem, e segmentos que ainda sustentam a aliança liberal com o endosso das diretrizes do Consenso de Washington e das autoridades financeiras. O caso da eleição de Benn Humon apenas ilustra e reedita o que já se vem percebendo em outros países. Resta, entretanto, saber se ele irá engrossar as fileiras dos que apostam no aprofundamento da democracia, como saída para a crise, nos moldes da facção de esquerda liderada pelos gregos e que preconiza uma nova Constituição para a União Europeia em 2025, ou se preferirá radicalizar-se no ideário socialista clássico da procura da saída através de uma ruptura com o establishment -

<http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obras%20do%20Timm/160722014246ALTERNATIVAS PARA A ESQUERDA NA EUROPA.pdf> .

Anexo –

I

Os candidatos concorrentes a Humon

Jean-Luc Mélenchon - wiki

Político

Jean-Luc Mélenchon é um político francês, atual líder da Frente de Esquerda da França, e co-presidente do Partido de Esquerda. [Wikipédia](#)

Nascimento: 19 de agosto de 1951 (65 anos), [Tânger, Marrocos](#)

Altura: 1,74 m

Obras: [L'Ere du peuple](#), [mais](#)

Partido Político: [Corrente Comunista Internacionalista \(?–1977\)](#), [mais](#)

Educação: [University of Franche-Comté](#), [Lycée Pierre-Corneille](#)

François Fillon- wiki

Ex-Primeiros-ministros da França

François Charles Amand Fillon, também conhecido como François Fillon, é um político francês e foi primeiro-ministro do seu país de 17 de maio de 2007 a 10 de maio de 2012, sob a presidência de Nicolas ...[Wikipédia](#)

Nascimento: 4 de março de 1954 (62 anos), [Le Mans, França](#)

Altura: 1,75 m

Cônjuge: [Penelope Fillon](#) (desde 1980)

Partido: [Os Republicanos](#)

Obras: [Les retraites](#), [Vaincre le totalitarisme islamique](#), [Faire, mais](#)

[Emmanuel Macron - wiki](#)

Funcionário

Emmanuel Jean-Michel Frédéric Macron, também conhecido como Emmanuel Macron, é um economista, banqueiro, funcionário público e político francês. [Wikipédia](#)

Nascimento: 21 de dezembro de 1977 (39 anos), [Amiens, França](#)

Cônjuge: [Brigitte Trogneux](#) (desde 2007)

Partido: [En Marche!](#)

Educação: [Escola Nacional de Administração](#) (2002–2004), mais

Obra: [Révolution](#)

Na França, hoje domingo 29 de janeiro : o Partido Socialista a um passo de cometer o suicídio político

Hamon é favorito nas primárias socialistas francesas de hoje, domingo 29 de janeiro. Propõe a introdução de um rendimento universal de 750 euros e a legalização das drogas leves. Referências? Varoufakis e Bernie Sanders

A conspiração começou a orquestrar-se no início de 2014. Manuel Valls, então ministro do Interior do governo de François Hollande, acreditava que o primeiro-ministro Jean-Marc Ayrault não tinha capacidade para liderar o governo e ambicionava tomar o seu lugar. Nesse sentido, aproximou-se de duas importantes figuras da ala esquerda do Partido Socialista (PS) francês – Benoît Hamon e Arnaud Monteburg —, prometendo-lhes mais influência no novo executivo em troca de apoio na pressão interna para derrubar Ayrault.

As possibilidades de êxito deste pacto eram remotas. **Embora se conhecessem há 20 anos, do tempo em que todos militavam na Juventude Socialista e pertenciam à falange de seguidores do reformador Michel Rocard, os três homens não podiam estar em campos ideológicos mais longínquos no PS** – Valls era a cara da via liberal e até já tinha proposto a eliminação do termo “socialista” do nome do partido, enquanto Hamon e Monteburg se mantinham fiéis às políticas sociais e repudiavam as medidas económicas cada vez mais austeras tomadas por Hollande. Contudo, o acordo consumou-se. E, pouco depois, Valls era indicado chefe de governo, Monteburg via fortalecida a sua posição como ministro da Economia e Hamon estreava-se como ministro com a pasta da Educação.

A parceria durou menos de cinco meses. Incompatibilizados com o rumo que a governação estava a tomar, Hamon e Monteburg bateram com a porta. Desde então, tornaram-se deputados *frondeurs* (rebeldes); juntaram-se a um grupo de cerca de 40 parlamentares de esquerda que votaram contra quase todas as propostas apresentadas pelo executivo, forçando a dupla

Valls/Hollande a recorrer sistematicamente a emendas constitucionais de exceção para aprovar legislação.

Os velhos camaradas seguiam por caminhos totalmente opostos. Mas a política é pródiga em reencontros inesperados. No verão do ano passado, Hamon, primeiro, e Monteburg, dias mais tarde, apresentaram as suas candidaturas às primárias do partido que iam determinar o candidato do PS às eleições presidenciais de 2017. **No outono, foi a vez de Valls anunciar a sua participação, após o Presidente François Hollande ter tomado a inédita decisão de não se recandidatar – nunca antes na República francesa um Presidente tinha abdicado da corrida a um segundo mandato depois de um quinquénio no poder (nem nunca um Presidente tinha tido apenas 4% de aceitação pública).**

O embate aconteceu a 22 de Janeiro. Nessa manhã, poucos socialistas acreditariam que o relativamente desconhecido Hamon poderia vencer os adversários: **Valls era o favorito, embora com a imagem desgastada pela liderança do governo mais impopular da história da democracia francesa**, e Monteburg estava bem posicionado para apurar-se para a segunda volta. A noite trouxe resultados surpreendentes: com 36,2% dos votos, Hamon venceu as eleições, deixando o antigo primeiro-ministro a cinco pontos de distância e Monteburg fora da corrida (apelando imediatamente a um voto maciço dos seus apoiantes em Hamon na segunda volta). **Como é que o político bretão, de 49 anos, baixo e franzino, conseguiu cativar mais de 600 mil eleitores socialistas?**

Benoit Hamon e Manuel Valls chegaram a formar uma aliança, mas durou apenas meses

“Os resultados podem ter sido surpreendentes para os analistas políticos, mas não para mim”, diz Nadège Soubiale, de 51 anos, professora e investigadora de Psicologia da Comunicação na Universidade de Bordéus, há quatro anos militante do PS. “Valls representa a decadência do Partido Socialista com a sua ideologia neoliberal e colagem à direita. Foi ele, juntamente com Hollande, que defraudou todas as expectativas do eleitorado socialista nos últimos anos. **Hamon, por seu lado, apresentou na campanha ideias que, embora criativas e inovadoras, reaproximam o partido da sua génese de esquerda e da social-democracia**”.

Hamon agitou o debate com ideias disruptivas como a introdução do rendimento universal com o pagamento de 750 euros a todos os franceses maiores de idade.

Enquanto Valls baseou a sua campanha numa plataforma estritamente realista, aborrecida para alguns, de crescimento económico sustentado e fortalecimento da lei e da ordem, Hamon agitou o debate com ideias disruptivas como a introdução do rendimento universal com o pagamento de 750 euros a todos os franceses maiores de idade. Para a financiar, sugeriu a angariação de receitas fiscais através da legalização da canábis e a taxação de robots, ou seja, passar a cobrar impostos às empresas pela riqueza gerada pela automação e não pelo trabalho dos seus funcionários. As propostas deram origem a todo o tipo de reações — aplausos, risos e críticas —, mas surtiram o efeito desejado: tornaram-se o centro da discussão na campanha. **“O discurso de Valls foi sempre direccionado para uma vitória nas presidenciais, que todos sabem ser impossível. Hamon, que muitos acusam de ser utópico, foi mais realista. Consciente da impossibilidade de se tornar Presidente, optou por aliciar o eleitorado socialista com propostas inteligentes e apelativas, de forma a tomar as rédeas do partido e ser líder da oposição nos próximos cinco anos”**, diz Martin Vaugoude, editor do jornal Le Télégramme, que, por ser da Bretanha, região natal de Hamon, tem sido o que há mais tempo acompanha o progresso do político socialista.

Cartaz com os candidatos à primeira volta das primárias francesas da esquerda

Na última semana, a troca de palavras entre as comitivas dos dois candidatos endureceu. Manchou-se de lama. **O deputado Malek Boutih, apoiante de Valls, acusou Hamon de ser “islamo-esquerdista”** — um termo pejorativo que pegou de moda em França para descrever um alegado laxismo em relação ao islamismo. Franz-Olivier Giesbert, comentador político da France 2, rotulou a sua política como **“trumpismo de esquerda”**. Hamon reagiu com descontração: “Quanto mais críticas recebermos de pessoas do velho mundo, mais estaremos seguros de seguirmos o rumo certo”. **O candidato tem usado frequentemente a expressão “velho mundo” para se referir ao sistema político dominante em França.**

Aquele que é agora o favorito à liderança socialista nasceu há 49 anos na pequena povoação costeira de Saint-Renan, perto de Brest, no nordeste da Bretanha.

Contudo, Hamon faz parte há três décadas desse sistema. Tempo em que, maioritariamente, foi crítico e subversivo no interior da sua própria organização. Aquele que é agora o favorito à liderança socialista, nasceu há 49 anos na pequena povoação costeira de Saint-Renan, perto de Brest, no nordeste da Bretanha. Vive em união de fato com Gabrielle Guallar, francesa com ascendência catalã e dinamarquesa, relações públicas do grupo de luxo Louis Vuitton, com quem tem duas filhas. Gosta de literatura e tem um gosto musical eclético, que vai de Django Reinhardt aos rappers NTM. É apaixonado pelo rugby e joga numa equipa de deputados e senadores. É o primogénito de quatro irmãos, criados por um pai que subiu de operário a engenheiro-chefe no estaleiro de Brest e por uma mãe secretária. “Nunca conheci a pobreza mas percebi desde muito cedo que nem todos nascem com as mesmas oportunidades”, disse Hamon, em 2007, ao Le Télégramme.

Uma França demasiado branca

Quando Benoît tinha oito anos, o pai foi colocado no Senegal e a família mudou-se para Dakar. Estudou do 2.º ao 5.º ano numa escola de freiras maristas: **“Tinha colegas africanos, brancos e libaneses. A educação era muito religiosa, mas o ambiente era profundamente multicultural”**, contou ao jornal bretão. Com o divórcio dos pais, regressou a Brest, onde revelou sérias dificuldades de readaptação: “Estranhei tudo... o frio, o silêncio, os cheiros. Mas o que mais me incomodou foi a constatação de que tudo era demasiado branco, demasiado louro, uniforme”.

Brest quase não tinha imigrantes e Benoît irritava-se por, mesmo assim, muitos dos seus colegas manifestarem ódio contra estrangeiros. Na mesa do refeitório, lembra, havia apenas quatro colegas de esquerda. Já a Frente Nacional (FN), o partido de extrema-direita, contava com dezenas de apoiantes. **A luta contra o racismo foi, assim, a primeira que abraçou. Aos 15 anos estava a colar cartazes à porta de um bar onde havia um concerto de rock, quando viu um grupo de skinheads espancar dois paquistaneses.** “Ficámos tão revoltados que fomos tentar defendê-los e andamos à pancada”, contou na sua entrevista ao Le Télégramme. Foi a sua primeira escaramuça com nacionalistas. No passado mês de Dezembro, num programa de política da France 2,

voltou a pegar-se com a FN, desta feita com palavras e não com os punhos, dirigidas a Julien Sanchez, presidente de câmara eleito pelos nacionalistas em Beaucaire: “Vocês têm uma ideia completamente errada da França. Vocês envergonham a França”. Hamon já revelava na adolescência dotes de liderança. Era nas traseiras da sua casa, na Rue Véronèse, em Brest, que a canalha se juntava para experimentar os primeiros bafos em cigarros. Ele tornou-se num compulsivo fumador de Marlboro. “Aqueles 100 metros de asfalto eram o meu círculo mágico. Foi ali que conversei, brinquei e fumei horas atrás de horas com os meus amigos do liceu. Foi lá que estive sem fazer nada o máximo de tempo possível e o mais assiduamente possível em toda a minha vida”, revelou à revista Paris Match.

Hamon é acusado pela campanha do seu adversário de ser “islamo-esquerdista”

O ócio terminou com a entrada na Universidade da Bretanha-Occidental, onde se licenciou em História. Porém, por esta altura, já era na política que estava focado. Depois da passagem pelo SOS Racismo, onde ajudou a desenvolver o mediático lema “Não toques no meu amigo” (hoje adaptado e usado pela FN: “Não toques no meu povo”), alistou-se aos 19 anos na seção de Brest do Partido Socialista. O timing não podia ter sido melhor: participou activamente nas acesas manifestações estudantis contra o projeto de reforma educativa do ministro Alain Devaquet.

Ele tinha a consciência de pertença a uma geração e de ter uma grande responsabilidade na longa cadeia daqueles que fizeram avançar a sociedade francesa”.

Enturmou-se no clube Forum, uma organização de jovens socialistas que apoiava Michel Rocard, presidido por Manuel Valls, seu atual oponente nas eleições primárias. **Foi então, há trinta anos, que os dois políticos se conheceram.** Hamon começou a construir a sua rede de contactos na juventude socialista e, no final dos anos 80, mudou-se para Paris, onde ficou vivendo numa república com quatro militantes co-partidários. **“Fazíamos grandes tertúlias todos os dias, em que discutíamos a atualidade política. Era um momento de grandes decisões. O PS era o**

nosso cimento, o nosso ponto comum", conta à revista Les Inrocks, Olivier Faure, líder parlamentar da bancada socialista, que se recorda de ver sempre os dois volumes de *Génération*, a obra de Hervé Hamon e Patrick Rotman sobre a odisseia do Maio de 68, no meio da roupa espalhada e das beatas amarfanhadas no quarto de Hamon. "Ele tinha a consciência de pertença a uma geração e de ter uma grande responsabilidade na longa cadeia daqueles que fizeram avançar a sociedade francesa".

Diante da proeminência de outros *rocardiens*, como Valls ou Alain Bauer, Benoît teve dificuldade em destacar-se. Em 1991, porém, teve a sua primeira oferta de trabalho político, como assistente parlamentar do deputado Pierra Brana, que lhe ofereceu 2.000 francos (pouco mais de 300 euros) como primeiro salário. "Não é um homem superficial", diz Brana. "Quando ele se mete num tema, fá-lo a fundo, não é daqueles que pára de ler um livro nas primeiras páginas".

"Petit Ben" cresceu e ninguém reparou

Em 1993, Benoît viveu o episódio que lhe permite estar atualmente para ser o candidato presidencial do PS. De modo a silenciar os militantes mais ambiciosos, os dirigentes do clube Forum decidiram entregar-lhe a presidência do Movimento dos Jovens Socialistas (MJS), que, à época, estava debaixo da alçada do partido. Em ano de eleições, a decisão foi vista como temporária. Porém, há muito que o MJS reclamava a independência em relação à casa-mãe e o bretão era uma das vozes desse coro reivindicativo. Sem meias medidas, convocou a direção nacional que, de surpresa, decretou unilateralmente a autonomia. "Convocámos a reunião às horas e escrevemos o comunicado de imprensa a anunciar a morte do velho MJS", recordou Hamon ao Le Monde.

Inicialmente, o PS tentou pôr cobro à rebelião da sua juventude nomeando um emissário para lhes cortar o ímpeto. Mas seguiu-se uma pesada derrota legislativa e o fim da era de François Mitterrand, com a ascensão de Rocard, a figura de proa da "segunda esquerda" e ídolo dos dirigentes do MJS, como primeiro-secretário dos socialistas. "Esta é a tua oportunidade. Bateste-te pela autonomia quando eras estudante, agora tens a possibilidade de a estabelecer", disse Rocard a Hamon, segundo testemunho do último. Ele agarrou a oportunidade: em dois anos, impulsionou as adesões e organizou algumas ações espectaculares, como uma manifestação noturna em pijama diante do Hotel Matignon, onde o primeiro-ministro Edouard Balladur estava alojado.

“Esse foi o trampolim da carreira política de Hamon, graças ao qual ele conseguiu construir uma rede de apoio muito forte junto da juventude socialista que ainda hoje o segue e, em muitos casos, o venera”, diz Régis Juanico, seu sucessor no MJS e braço-direito da campanha para as primárias. Tal como Régis, o seu grupo de fiéis seguidores tem 20 anos e raízes no MJS autónomo.

Hamon num encontro promovido pelo Movimento de Jovens Socialistas

Daí em diante, o crescimento de Benoît Hamon na esfera socialista foi lento mas sustentado. Em 1997, foi convidado por Martine Aubry, então ministra do Emprego e da Solidariedade, para incorporar o seu gabinete com o dossier de emprego jovem. **Foi ela quem inventou a alcunha pela qual o bretão é conhecido nos bastidores do Partido Socialista – Petit Ben (pequeno Ben).** O mote adequava-se à sua fisionomia, mas escondia também, alegam alguns dos seus apoiantes, uma crença por parte dos altos quadros do PS de que Benoît, prestável e humilde, nunca iria deixar de ser subordinado e almejar posições de chefia. **“As pessoas que trabalharam com ele tiveram sempre a tendência para o subestimar”, diz Régis Juanico.** “Mas ele soube retirar aprendizagens de cada gabinete por onde passou, amadurecer e construir a sua própria casa”.

Hamon teve apenas um emprego no setor privado: entre 2001 e 2004, na direção da Ipsos, uma empresa de sondagens. O resto da carreira fê-la ao serviço do partido. Entre 2004 e 2009, foi eurodeputado, tornando-se vice-presidente da delegação para as relações com os EUA e deixando a sua assinatura em dois relatórios: um sobre a revisão estratégica do FMI e outro sobre a luta contra os paraísos fiscais e o sigilo bancário. **Internamente, votou contra o tratado europeu, em 2005. Em 2008, concorreu à liderança do PS mas ficou fora da segunda volta, com 22,6% dos votos.** Foi, contudo, chamado para ser porta-voz do partido, posição que desempenhou até 2012 e que lhe conferiu mais notoriedade mediática. Neste período, foi acusado de plágio na sua obra *Tourner la Page*. Em 2012, teve a sua primeira importante aventura governativa, assumindo o cargo de secretário de Estado da Economia Social e Solidária e do Consumo.

Tentei focar-me somente no meu trabalho como ministro da Educação e ignorar o resto. Não consegui. Se continuasse, seria em piloto automático e dessa maneira não consigo viver”, revelou ao Le Monde.

Era esse o seu trabalho quando Valls o desafiou para a remodelação do governo. “É inútil dizer que a decisão de apoiar Valls nos deixou estupefatos”, comentou um dos seus aliados à Les Inrocks. “Benoît defendeu-se dizendo que lhe daria mais capacidade de influência sobre a linha governativa, mas nós estávamos longe de partilhar o seu ponto de vista”. Hamon devia ter ouvido os amigos. Quando acompanhou o seu colega ministerial Monteburg nas críticas às reformas laborais e fiscais, Hollande deu-lhe a escolher entre a sua imagem e o seu posto. “Tentei focar-me somente no meu trabalho como ministro da Educação e ignorar o resto. Não consegui. Se continuasse, seria em piloto automático e dessa maneira não consigo viver”, revelou ao Le Monde.

Sacrificou o posto. Nos dois anos seguintes, opôs-se cabalmente às reformas laborais propostas pelo governo de Valls, foi uma das principais vozes contra a penalização do uso do “burqini” nas praias francesas e a destituição de nacionalidade para os suspeitos de ligação ao fundamentalismo islâmico. **O “pequeno Ben” já não existia. Hamon atingira a maturidade política e estava pronto para assaltar o comando do PS.**

Um partido entrincheirado

Hamon foi bastante pragmático desde 16 de agosto de 2015, o dia do anúncio da sua candidatura às primárias: “Contra a direita total de François Fillon (candidato presidencial do Partido Republicano), um programa de esquerda total”. **Acolhimento de refugiados, reforma do Estado social, combate à pobreza e, sobretudo, ecologia, marcam o inventário de medidas propostas pelo mais esquerdista dos candidatos.** “Não posso nunca afirmar-me como socialista, sem afirmar-me primeiro como ecologista”, anunciou, na apresentação da campanha, traçando como meta até 2025 a produção de 50% da energia nacional a partir de fontes renováveis. Opôs-se cabalmente às reformas laborais propostas pelo governo de Valls, foi uma das principais vozes contra a penalização do uso do “burqini” nas praias francesas e a destituição de nacionalidade para os suspeitos de ligação ao fundamentalismo islâmico.

A medida que rapidamente centrou o debate público não foi, todavia, ecológica, mas sim a introdução do rendimento universal – Hamon prometeu substituir as pensões sociais por um

novo sistema, a implementar faseadamente, que prevê o pagamento de 750 euros a todos os franceses maiores de idade, independentemente dos seus rendimentos e contribuições fiscais. Este modelo, já rejeitado em referendo na Suíça e atualmente em teste na Finlândia, tem recebido cada vez mais atenção por ser uma das possíveis vias de resposta à revolução tecnológica e ao gradual desaparecimento de postos de trabalho. Segundo o Fórum Económico Mundial, cerca de 5 milhões de empregos irão desaparecer até 2020. “Não pode ser feito de um dia para o outro, mas é realista”, defendeu Hamon, na rádio Europe 1.

Hamon prometeu substituir as pensões sociais por um novo sistema, a implementar faseadamente, que prevê o pagamento de 750 euros a todos os franceses maiores de idade, independentemente dos seus rendimentos e contribuições fiscais.

Muitos não pensam o mesmo. Segundo Hamon, o custo do subsídio universal seria de 300 bilhões de euros — quase todo o Orçamento do Estado francês para 2016 (374 mil milhões). “O que propõe Hamon é um quinquénio que custa 500 bilhões. Ninguém pode achar isso credível. Não nos podemos fiar nesse projeto porque a esquerda se vai afundar e perder credibilidade. Eu sou o candidato do realismo, não o da utopia e folia fiscal, deixo isso para o meu oponente”, disse Manuel Valls ao jornal Le Opinión. De modo a financiar esta medida libertária, Hamon sugere a cobrança de impostos aos robots incorporados pelas empresas e o aumento de receitas proveniente da taxaçaõ da venda legal de canábis. Se não chegar, prevê um aumento da carga fiscal, mas só para os mais ricos. “É muito interessante que Hamon tenha trazido o rendimento universal para o debate público”, diz Marc de Basquiat, presidente da Associação para a Instauração do Rendimento Universal (AIRE). “Mas este é um tema bastante complexo para ser abordado numa campanha. As ideias de Hamon são para já muito vagas e desfiguradas, mas pode ser o início de algo mais concreto”.

As propostas revolucionárias não ficam por aqui: o bretão pretende reduzir a semana de trabalho para 32 horas e revogar a Constituição francesa. A 5ª República, existente desde 1958, daria lugar a uma 6ª República, em que os poderes do Presidente seriam encurtados e a sua jurisdição subtraída para um único mandato de sete anos. Na 6ª República de Hamon, qualquer petição assinada por mais de 450 mil cidadãos forçaria o Parlamento a vetar ou analisar a lei em questão.

“Nestas primárias, os eleitores socialistas queriam o candidato com o programa mais claramente à esquerda, que lhes desse esperança, sonhos e temas de debate. Valls afirma que as pretensões de Hamon não são exequíveis mas não conseguiu encontrar argumentos legítimos, até porque está descredibilizado. Assim, a esquerda utópica superiorizou-se à esquerda realista na primeira volta”, analisa Martin Vaugoude. **Não foram os mais jovens que se deixaram seduzir pelos sonhos de Hamon: o resultado na franja eleitoral dos 18 aos 34 anos deu um empate técnico (33% para Valls, 32% para Hamon). Foi o grupo etário dos profissionais jovens, com idades entre os 34 e os 49 anos, que lhe deu uma vitória esmagadora:** “Ideias como o rendimento universal ou o futuro das condições de trabalho agradam muito aos trabalhadores que, embora economicamente desfavorecidos, têm um capital cultural elevado”, analisa Bruno Jeanbart, director-adjunto do centro de análise política Opinion Way. “Benoît Hamon seduziu a esquerda urbana.”

“Nestas primárias, os eleitores socialistas queriam o candidato com o programa mais claramente à esquerda, que lhes desse esperança, sonhos e temas de debate. Valls afirma que as pretensões de Hamon não são exequíveis mas não conseguiu encontrar argumentos legítimos, até porque está descredibilizado. Assim, a esquerda utópica superiorizou-se à esquerda realista na primeira volta”

Martin Vaugoude, editor do jornal Le Télégramme

O francês foi buscar inspiração para a sua campanha a alguns dos mais prestigiados porta-estandartes da nova esquerda mundial. Em Setembro de 2015, reuniu-se nos EUA com Bernie Sanders, candidato derrotado às primárias do Partido Democrata, para discutir “a importância da mobilização dos jovens ativos e dos cidadãos que estão à margem da sociedade”. No início deste mês, foi a vez de se cruzar com o ex-ministro das Finanças grego Yanis Varoufakis, desta feita para debater o conceito de “desobediência construtiva”. **Varoufakis congratulou prontamente Hamon pela vitória na primeira volta. O líder do Partido Trabalhista britânico, Jeremy Corbyn, e o espanhol Podemos, de Pablo Iglésias, são duas das suas outras musas.** “Todo o mundo se sente inspirado pelo que está a acontecer nos EUA, em Inglaterra e

em Espanha. Por todo o mundo, face a esta crise, podemos construir soluções solidárias e inovadoras”, disse o francês.

Bernie Sanders é um dos políticos que Benoît Hamon admira

Em Portugal, o PS acompanha estas primárias com um distanciamento muito maior do que o protagonizado em 2012 pelo antigo secretário-geral, António José Seguro, que manifestou um forte apoio às promessas anti-austeridade de François Hollande. **“O PS francês é hoje, por culpa de uma governação falhada, um partido descredibilizado e a viver uma profunda crise ideológica”, diz o deputado socialista Tiago Barbosa Ribeiro.** “O último governo, de que Valls foi parte fundamental, caracterizou-se pelo afastamento dos valores da social-democracia, das classes médias e trabalhadoras e dos sindicatos. O nosso grande interesse é observar como é que o PSF se vai reencontrar consigo próprio e com o eleitorado. E não é com certeza com uma ala de direita, porque o que é esquisito é ter uma ala de direita num partido de esquerda”.

As sondagens mais recentes indicam que qualquer dos vencedores do sufrágio do próximo domingo não tem quaisquer possibilidades de lutar pelas presidenciais – Hamon chegaria aos 7% e Valls aos 10%. Estão a milhas de distância do conservador François Fillon e da nacionalista Marine Le Pen, que encabeçam a tabela de intenções de voto. Como se não bastasse, o candidato socialista vai ficar entrincheirado entre duas opções à esquerda – mais ao centro, o carismático ex-ministro da Economia Emmanuel Macron, que concorre como independente para prevenir qualquer contaminação pela fraca popularidade do PS, e, no extremo, Jean-Luc Mélenchon, apoiado pelos comunistas, que vai arrecadar os votos da esquerda mais radical. Ambos se posicionam à frente de Valls e de Hamon nas previsões. **Se o defensor do rendimento universal vencer no domingo, Macron será o maior beneficiado:** nele serão concentrados os votos dos eleitores de centro-direita. Se o vencedor for Valls, Mélenchon será o escolhido entre a franja mais esquerdista dos socialistas. O PS está no que parece ser um beco escuro e sem saída.

Hamon diz que conhece uma saída. O seu percurso político calculista e paciente indica que o seu derradeiro objetivo possa estar em 2022 e não neste ano. **“Hamon pode estar a planear tornar-se em Junho presidente do partido para, nos cinco anos**

seguintes, reconstruir a identidade do PS e apresentar-se às presidenciais de 2022 com hipóteses de vencer”, diz o analista Bruno Jeanbart.

A professora Nédage Soubiale vai votar nele este domingo: “Não porque acredito que ele vá ser Presidente ou porque me revejo em todas as suas propostas, diz. “Vou votar nele porque entre os dois candidatos ele é o único socialista.”

[PRIMÁRIAS NA FRANÇA](#)

Dissidente socialista derrota Valls e será o candidato da esquerda ao Governo francês

Esquerdista capitaneou revoltas internas contra “a guinada liberal” de Hollande e Valls

http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/29/internacional/1485708866_899565.html



CARLOS YÁRNOZ

Paris 29 JAN 2017 - 20:57 BRST

Os dois socialismos da [França](#) saldaram suas contas neste domingo e a maioria de seus eleitores retirou seu voto de confiança do reformista para entregá-lo ao esquerdista. [O rebelde ex-ministro Benoît Hamon](#) já é o candidato da esquerda ao Governo francês, depois de arrasar no segundo e definitivo turno das primárias para o lugar do ex-primeiro ministro [Manuel Valls](#), que se demitiu em dezembro para alistar-se na corrida. Hamon enfrenta agora a difícil tarefa de unir-se aos progressistas e Valls, uma dura travessia em seu complicado futuro político.



Benoît Hamon ao ser comunicado de sua vitória neste domingo. FRANCOIS MORI AP

Com o triunfo de Hamon, [que capitaneou revoltas internas contra “a guinada liberal”](#) de François Hollande e Valls, fica provisoriamente definido um ajuste de contas pendente durante boa parte desta legislatura. O rebelde ex-ministro da Educação até agosto de 2014 conseguiu 59% dos votos diante dos 41% de Valls, segundo dados provisórios depois da contagem de um terço das 7.000 mesas eleitorais.

Os militantes e simpatizantes da esquerda francesa se mobilizaram neste domingo mais do que há uma semana na hora de escolher seu candidato ao Palácio do Eliseu. Na segunda rodada das primárias abertas, o índice de participação no meio da tarde era 23% superior ao da primeira rodada, que o esquerdista Benoît Hamon venceu com 36% dos votos, seguido do reformista Manuel Valls (31%).

MAIS INFORMAÇÕES

- [Socialistas em pé de guerra na França](#)

- França pede “resposta com firmeza” da Europa contra as medidas de Trump
 - França reconhece direito de se desconectar do trabalho
-

Nesta eleição se enfrentaram as duas esquerdas irreconciliáveis derivadas da crise da social-democracia

Os votantes decidiram não só quem os representará nas eleições presidenciais de abril (primeiro turno) e maio, mas também o futuro da dividida e árida esquerda. Todas as pesquisas apontam que o dirigente socialista eleito não só não terá nenhuma opção para suceder [François Hollande](#), como ficará na quinta posição, atrás da direita, da ultradireita, da esquerda radical de Jean-Luc Mélenchon e da centro-esquerda de Emmanuel Macron.

Nesta eleição se enfrentaram as duas esquerdas irreconciliáveis derivadas da crise da social-democracia. A social liberal, encarnada pelo ex-primeiro ministro Valls, e a esquerda ortodoxa, representada pelo também ex-ministro Hamon, que capitaneou revoltas internas que amargaram a legislatura para Hollande e seu chefe de Governo.

Por isso, as primárias foram também um ajuste de contas dessas duas concepções da esquerda diante do legado de Hollande, acusado de ter traído os princípios da esquerda ortodoxa. Em alguns locais de votação, neste domingo se repetiu a presença de cédulas de Valls rasgadas na entrada dos colégios eleitorais ou junto às urnas, em um gesto de claro rechaço ao candidato apoiado pela maioria de ministros e deputados socialistas, assim como pela cúpula do partido.

Por tudo isso, a eleição também é decisiva para o Partido Socialista, que vive uma das crises internas mais profundas de seus 112 anos de história.

Um aumento da votação beneficiou seu rival, apoiado pelos críticos e rebeldes do partido, incluído o igualmente ex-ministro Arnaud Montebourg, que ficou na terceira posição no primeiro turno com 17% dos votos.

Estas primárias são também um ajuste de contas dessas duas concepções de esquerda

Colaboradores de Hamon, a quem chamam de *Asterix da Europa*, afirmaram que seu líder negociaria um acordo com Mélenchon em caso de vitória.

Valls, por sua vez, assegurou que, caso perca, desaparecerá da primeira linha política. “Me desligarei, não poderei defender o programa.”

Enquanto Valls defendeu a cultura do trabalho, do esforço e do crescimento econômico, Hamon defendeu um salário social universal de 800 euros por mês e imposto sobre os robôs. O pragmatismo diante da utopia, como assumiram as duas partes.

No primeiro turno foram contabilizados 1,65 milhões de votos (dois milhões estimados até agora) nas quase 7.000 mesas distribuídas por todo o país. Os votantes, tanto em um como em outro turno, pagam um euro antes de depositar seu voto. O dinheiro será para financiar os gastos da eleição, estimados em 3,5 milhões de euros.

Benoît Hamon. Quem é e que hipóteses tem de chegar ao Eliseu?

Christopher Marques - RTP 30 Jan, 2017, 10:43 / atualizado em 30 Jan, 2017, 13:58 | [Mundo](#)

http://www.rtp.pt/noticias/mundo/benoit-hamon-quem-e-e-que-hipoteses-tem-de-chegar-ao-eliseut_n979393



| **Christian Hartmann - Reuters**

Confrontados entre duas escolhas bem distintas, os socialistas franceses escolheram a opção mais à esquerda. Benoît Hamon venceu largamente e barrou o caminho a Manuel Valls, o ex-primeiro-ministro que abandonou o Governo para tentar chegar ao Eliseu. Começam agora as difíceis missões de Benoît Hamon: unir o partido, unir a esquerda e conseguir um lugar na segunda volta.

As sondagens começaram por afastá-lo dos lugares cimeiros e da possibilidade de vencer as Primárias mas, tal como tinha acontecido nas Primárias da Direita, a surpresa acabou por surgir. Benoît Hamon venceu a primeira volta, deixando para trás o também ex-ministro socialista Arnaud Montebourg.

Na segunda volta, Hamon levou a melhor sobre o seu ex-primeiro-ministro Manuel Valls. Com 58,78 por cento dos mais de dois milhões de votos registados, o candidato da ala esquerda acedeu à vaga socialista para concorrer ao Eliseu.

A vitória de Benoît Hamon encaminha o partido para a esquerda. Desde cedo que militou para esse lado, frequentemente ao lado de Arnaud Montebourg e Vincent Peillon, que também concorreram às primárias. O posicionamento político de Hamon fica bem marcado

na manchete desta segunda-feira do diário *Libération*: “*Une gauche de gauche*”, ou seja “Uma esquerda de esquerda”.



Share

Reportagem de Rosário Salgueiro – RTP

Hamon não é novo nos corredores do PS francês. O candidato de 49 anos foi eurodeputado, defensor do Não no referendo à constituição europeia de 2005 e porta-voz do Partido Socialista a partir de 2008.

Integrou o Governo de François Hollande em 2012 como ministro-adjunto para a Economia Social, integrando a equipa do atual comissário europeu Pierre Moscovici.

Com a mudança de primeiro-ministro em abril de 2014, Benoît Hamon passou a ministro da Educação, mas não por muito tempo. Sai ao fim de quatro meses, em desacordo com a política seguida pela dupla Valls e Hollande. O mesmo Manuel Valls que derrotou agora nas chamadas Primárias da Cidadania.

Juntamente com Arnaud Montebourg, Hamon pretendia que Paris se apresentasse como alternativa ao pensamento da direita alemã de Angela Merkel, deixando de privilegiar a redução do défice e apostando no crescimento económico e na procura.

Saiu do Governo em 2014 mas manteve-se por perto. Anunciou no verão de 2016 a candidatura às Primárias da esquerda, na defesa de uma “alternativa de esquerda”, do “progresso social e ecológico”, por uma “República humanista”. A aposta seduziu o eleitorado socialista, resta agora tentar conquistar o povo francês.

As propostas de Hamon

Durante a campanha, Benoît Hamon não poupou nas críticas ao mandato de François Hollande. Acusou a esquerda de ter fracassado “no fundamental: a redução das desigualdades”. Apesar de ser do mesmo partido do Presidente francês, os objetivos são bem distintos.

Benoît Hamon quer instaurar um Rendimento Básico Universal no valor de 600 euros e que seria entregue a todos os jovens que tenham entre 18 e 25 anos. O candidato quer ainda que a existência do Rendimento Básico Universal seja alvo de uma discussão no país.

No olhar que lança à Europa, Hamon apresenta-se contra o TTIP e o CETA e a favor de um salário mínimo europeu. O candidato promete ainda defender a “anulação da dívida acumulada desde 2008 dos Estados membros mais endividados”, insistindo na necessidade de “desapertar o nó que sufoca os países do Sul”.

O agora candidato socialista pretende limitar o uso do artigo 49.3 da Constituição apenas a textos orçamentais. Foi através deste princípio que Manuel Valls conseguiu ver aprovada a reforma laboral sem voto no Parlamento, temendo o voto desfavorável de deputados socialistas. Entre os opositores encontrava-se precisamente Benoît Hamon.

A revogação da reforma laboral é mesmo um dos seus objetivos, assim como um aumento de dez por cento do salário mínimo nacional. Hamon quer ainda encorajar a redução da carga horária semanal, cuja regra atualmente são as 35 horas.

O ex-ministro da Educação fez também da ecologia uma arma de campanha. O jornal [Le Monde](#) assinala que o pretendente socialista ao Eliseu é defensor de uma fiscalidade verde, nomeadamente no que diz respeito às taxas de IVA. Pretende lutar contra os maus tratos a animais, acabar com o gasóleo no país até 2025 e reduzir a

produção de energia nuclear.

Liberal nos costumes, Hamon pretende legalizar a eutanásia, o consumo de canábis e alargar a Procriação Médica Assistida às mulheres solteiras e casais homossexuais.

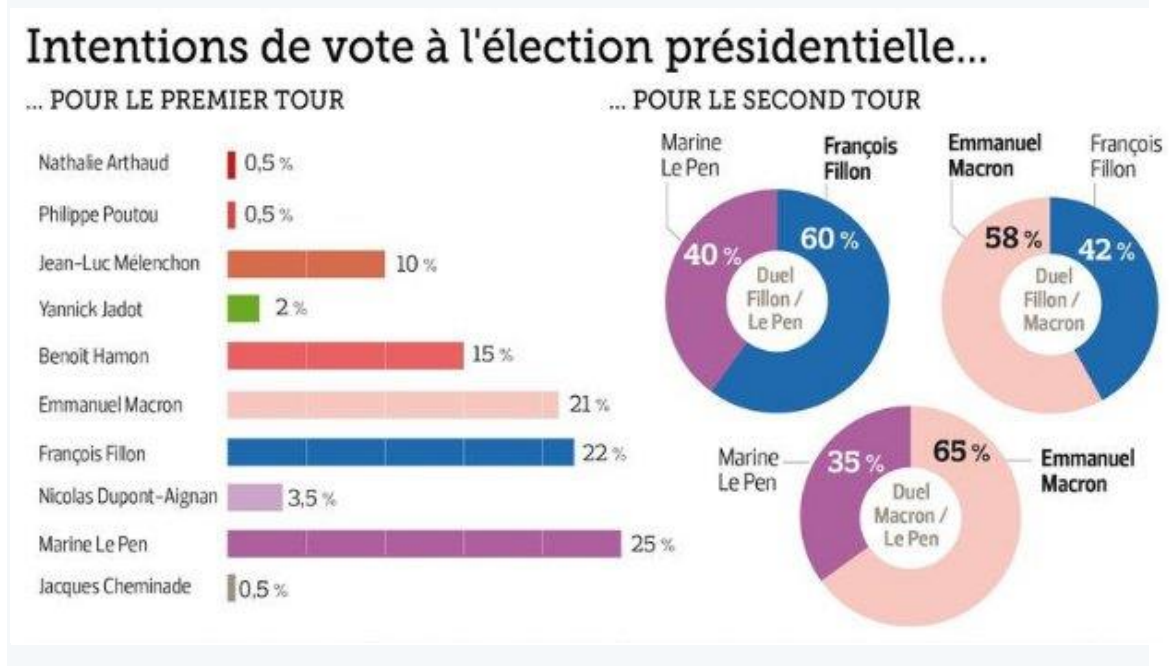
Esperança na segunda volta?

Apesar da vitória de domingo, as sondagens não são nada favoráveis ao candidato. Os números revelados por *Le Figaro* indicam que Hamon ficará em quarto lugar na primeira volta das Presidenciais, atrás da nacionalista Marine Le Pen, do conservador François Fillon e do ex-ministro Emmanuel Macron.

O candidato socialista falharia assim o acesso à segunda volta das eleições marcadas para abril e maio deste ano.

A missão não se apresenta fácil para Benoît Hamon com duas árduas missões: unir o partido e unir uma esquerda francesa que apresenta uma multiplicidade de candidatos. O primeiro objetivo passa por impedir a fuga de votos para o mais liberal Emmanuel Macron.

[View image on Twitter](#)



[Follow](#)



[Electograph](#) @Electograph



#France | @TNS_Sofres poll

for #Presidentielle2017: @benoithamon (4th) would fail to qualify for the 2nd

round <http://www.lefigaro.fr/elections/presidentielles/2017/01/29/35003-20170129ARTFIG00201-presidentielle-fillon-et-macron-au-coude-a-coude-le-pen-en-tete.php> ...

[6:49 PM - 29 Jan 2017](#)

•

Macron foi ministro da Economia de Manuel Valls e partilha com ele uma visão mais social-liberal, distinta da corrente esquerdista defendida por Benoît Hamon.

O segundo objetivo passa pela procura de pontes com os candidatos mais à esquerda. No discurso de vitória, Hamon abriu a porta à cooperação com Jean-Luc Mélenchon, candidato da Frente de Esquerda, e com o ecologista Yannick Jadot.

Segundo os números revelados por *Le Figaro*, os três candidatos apresentam juntos 27 por cento de votos. A união da esquerda em torno de um único candidato poderia evitar uma fragmentação de votos e dar novo fôlego à luta por um lugar na segunda volta.

A confirmar-se o atual tabuleiro eleitoral, as sondagens indicam que as Presidenciais se decidirão entre Marine Le Pen, François Fillon e Emmanuel Macron. Os números publicados por *Le Figaro* dão empate técnico entre Emmanuel Macron e François Fillon no segundo lugar, com ligeira vantagem para o candidato

conservador.

Marine Le Pen chegaria em primeiro lugar na primeira volta mas seria vencida por qualquer um dos dois candidatos na derradeira votação. As eleições presidenciais realizam-se a 23 de abril e 7 de maio.

Benoît Hamon, o candidato mais à esquerda do PS francês, ganha as primárias

Manuel Valls fica em segundo lugar, e é pouco provável que consiga a nomeação para concorrer às eleições presidenciais.



CLARA BARATA

22 de Janeiro de 2017, 19:49 actualizado a 22 de Janeiro às 20:26

- <https://www.publico.pt/2017/01/22/mundo/noticia/benoit-hamon-ganha-as-primarias-da-esquerda-francesa-1759286>



Foto

Benoît Hamon tem um programa inspirado por Bernie Sanders JACKY NAEGELEN/REUTERS

PUB

Benoît Hamon ganhou a primeira volta das primárias da esquerda francesa em que se escolhe o candidato para as eleições presidenciais, com 35,21% dos votos, seguido de Manuel Valls, com 31,56% - isto quando estavam contados mais de um terço dos votos. Passam assim os dois à segunda volta, daqui a uma semana.

PUB

Este resultado significa que Hamon deverá ser o vencedor da segunda volta, no próximo domingo. Valls não deverá contar com nenhum grande apoio, embora Sylvia Pinel, do Partido Radical de Esquerda, possa apoiá-lo (teve 1,6%). Já Hamon contou quase imediatamente com o apoio de Arnaud Montebourg, o terceiro classificado, com 18,7%. "No próximo domingo, votarei Benoît Hamon, e convido-os a fazer o mesmo", afirmou.

"O imperativo que pesa sobre as nossas costas é a união das esquerdas. Sem essa união, não haverá solução, entre o candidato liberal brutal que é François Fillon [escolhido nas primárias do centro-direita, em Novembro] e a família Le Pen", afirmou o ex-ministro da Economia, que abandonou o Governo socialista juntamente com Hamon, formando um grupo de deputados revoltados contra o caminho seguido durante o mandato de François Hollande.

"Deram-me uma mensagem clara de esperança e de renovação. Expressaram o desejo de abrir uma nova página para a esquerda",

afirmou Hamon, no seu discurso de vitória, em que agradeceu a Montebourg.

Hamon, ex-ministro da Educação, é o candidato socialista destas primárias com o programa mais à esquerda, propondo a criação de um rendimento universal em França no valor de 750 euros. Colheu inspiração em Bernie Sanders [o candidato que perdeu as primárias democratas nos Estados Unidos para Hillary Clinton] ou Jeremy Corbyn, o líder trabalhista britânico. É também alguém que eventualmente poderá estabelecer pontes com Jean-Luc Mélenchon, apoiado por vários pequenos partidos de esquerda, e até com a Europa Ecologia-Os Verdes.

O melhor do Público no email

Subscreva gratuitamente as newsletters e receba o melhor da actualidade e os trabalhos mais profundos do Público.

Subscrever×

François Hollande, no polémico livro *Un Président ne devrait pas dire ça*, não o tinha em grande consideração. "Hamon, il est quoi? Pas grand chose" (Hamon, quem é ele? Não é grande coisa). Nestas primárias, o Presidente que renunciou a recandidatar-se não foi um dos 1,9 milhões de cidadãos que foram votar. Está bem longe: no Chile, no deserto de Atacama, diz o jornal *Le Figaro*.

Manuel Valls não baixou os braços. Concedeu a derrota, mas lançou um apelo: "Começa aqui uma nova campanha".

O desafio agora para Hamon é de facto manter o Partido Socialista unido, com a inflexão à esquerda, impedindo que os sectores mais à direita não prefiram dar o seu voto a Emmanuel Macron, o candidato independente que tem estado sempre a subir nas intenções de voto, captando eleitores um pouco de todos os campos ideológicos.

Eleição presidencial da França em 2017

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

Este artigo ou seção é sobre uma [eleição futura](#).

As informações apresentadas podem mudar rapidamente. *Editado pela última vez em 31 de janeiro de 2017.*

Eleição presidencial da França em 2017

[2012](#) ←  → 2022

[23 de abril](#) de [2017](#) (primeiro turno)

[7 de maio](#) de [2017](#) (segundo turno)



Candidato [Benoît Hamon](#) [Emmanuel Macron](#) [François Fillon](#)

Partido [PS](#) [Independente](#) [LR](#)



Candidato [Marine Le Pen](#) [Jean-Luc Mélenchon](#) Yannick Jadot

Partido [FN](#) [PG](#) [EELV](#)

A décima-primeira **eleição presidencial da Quinta República Francesa em 2017** será realizada no primeiro turno em **23 de abril** e a **7 de maio** em um eventual segundo turno. O presidente eleito recebe um mandato de cinco anos, sucedendo **François Hollande**.

Índice

[esconder]

- **1**[Candidatos](#)
 - **1.1**[Bela Aliança Popular](#)
 - **1.2**[Em Marcha!](#)
 - **1.3**[Europa Ecologia - Os Verdes](#)
 - **1.4**[França Insubmissa](#)
 - **1.5**[Frente Nacional](#)
 - **1.6**[Movimento Democrata](#)
 - **1.7**[Os Republicanos](#)
- **2**[Posição política dos candidatos](#)
- **3**[Pesquisas](#)
- **4**[Resultados](#)
- **5**[Referências](#)

Candidatos[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

Bela Aliança Popular[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

A *Bela Aliança Popular* (BAP) é uma iniciativa lançada por Jean-Christophe Cambadélis, primeiro-secretário do [Partido Socialista](#) (PS), com o objetivo de criar uma federação unificada de [esquerda](#) envolvendo todos os partidos e forças políticas progressistas em um processo de primárias presidenciais abertas, no qual todos os eleitores franceses poderiam votar, independentemente de filiação partidária.^[1] Sua criação foi anunciada no dia 13 de abril de 2016.^[2]

No momento do lançamento da BAP, ainda existiam especulações sobre uma possível candidatura à reeleição do presidente [François Hollande](#). Nesse contexto, as críticas de diversos partidos à possível presença do [chefe de Estado](#) nas primárias, somadas a insatisfações com a forma como o PS conduziu o processo de prévias, levaram diversos atores políticos a recusar a participar das mesmas, virtualmente restringindo sua amplidão. Ao longo de 2016, grupos políticos que chegaram a afirmar a necessidade de primárias unificadas da [esquerda](#), como o [Partido de Esquerda](#) (PG), o [Partido Comunista Francês](#) (PCF) e os [ecologistas](#) (EELV), assim como o pré-candidato independente [Emmanuel Macron](#), anunciaram que não integrariam a *Bela Aliança Popular*.^[3]

Diante da divisão da [esquerda](#), o presidente [François Hollande](#) declarou não se apresentar à reeleição em **1º de dezembro** de 2016, primeiro dia de inscrição das primárias de seu campo político.^[4] Na ocasião, Hollande afirmou que sua candidatura não seria capaz de reunir os setores progressistas, favorecendo a vitória do [conservadorismo](#) ou do [extremismo de direita](#).^[4]

Sete candidatos se inscreveram nas primárias da BAP. Entre os candidatos socialistas figurava o ex-[primeiro-ministro](#) [Manuel Valls](#), que oficializou sua campanha e se afastou do governo em **5 de dezembro** de 2016.^{[5][6]} Entre os outros candidatos estavam os socialistas Arnaud Montebourg, antigo ministro da Economia, e dois antigos ministros da Educação, Vincent Peillon e [Benôit Hamon](#). Os três exerceram suas funções a presidência de [François Hollande](#), mas tornaram-se críticos do que julgaram ter sido um abandono dos valores progressistas pelo governo.^{[7][8]}

Houve três candidatos fora dos quadros socialistas: François de Rugy, do pequeno Partido Ecologista, Jean-Luc Bennahmias, do grupo Frente Democrática, e Sylvia Pinel, antiga ministra da Habitação de [François Hollande](#), do [Partido Radical de Esquerda](#) (PRG). Membro fundador da *Bela Aliança Popular*, o PRG chegou a acusar o PS de monopolizar a iniciativa e utilizá-la para sobreviver politicamente, chegando a abandonar a aliança em junho de 2016 e oficializando a candidatura própria à presidência em 26 de novembro de 2016.^{[9][10]} Em 14 de dezembro de 2016, contudo, o PRG declarou que reintegraria a BAP, participando do processo de primárias.^[11]

O primeiro turno das primárias abertas da BAP para escolher seu candidato à presidência ocorreu no dia 22 de janeiro de 2017.^[12] O segundo turno, disputado no dia 29 de janeiro de 2017, opôs [Benoît Hamon](#) a [Manuel Valls](#), sagrando o primeiro como vencedor.^[13]

Resultados						
Candidatos		Partido	Primeiro turno		Segundo turno	
			Votos	%	Votos	%
	Benoît Hamon	PS	454 041	36,83%	0 *3	58,87%
	Manuel Valls	PS	388 603	31,52%	0 *3	41,13%
	Arnaud Montebourg	PS	218 885	17,75%		
	Vincent Peillon	PS	85 575	6,94%		
	François de Rugy	PE *1	48 521	3,94%		
	Sylvia Pinel	PRG	24 657	2,00%		
	Jean-Luc Bennahmias	FD *2	12 609	1,02%		
Votantes				100,00	2 008 330	100,00

Votos Válidos	1 232 891	98,59		98,66
Branco e nulos	17 659	1,41	0	1,34

*1 PE = Partido Ecologista, em francês *Parti écologiste*.

*2 FD = Frente Democrática, em francês *Front démocrate*.

*3 Os votos válidos, branco e nulos, e a quantidade de votos para cada um dos dois, ainda não foi divulgado. Apenas a participação, a porcentagem de cada um, e a porcentagem de branco e nulos.

Em Marcha![\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

O movimento *Em Marcha!*, lançado por [Emmanuel Macron](#), apresentará este outro antigo ministro da Economia de [François Hollande](#) como candidato à presidência.^[14] Macron já declarou que não participará de primárias abertas comuns da *Bela Aliança Popular* (BAP), organizada pelo [Partido Socialista](#).^{[1][15]}

Europa Ecologia - Os Verdes[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

A primária do partido [Europa Ecologia - Os Verdes](#) (EELV) designou o deputado europeu Yannick Jadot como seu candidato presidencial para a disputa de 2017. Jadot derrotou Michèle Rivasi no segundo turno da disputa, depois desses dois candidatos terem eliminado a favorita Cécile Duflot no primeiro turno.^[16]

Resultados						
Candidatos		Partido	Primeiro turno		Segundo turno	
			Votos	%	Votos	%
	Yannick Jadot	EELV	4 395	35,61%	7 430	57,41%
	Michèle Rivasi	EELV	3 723	30,16%	5 513	42,39%
	Cécile Duflot	EELV	3 013	24,41%		
	Karima Delli	EELV	1 212	9,82%		
Inscritos			17 146	100,00%	17 146	100,00%

Participação	12 582	73,38%	13 940	80,76%
Votos válidos	12 343	98,10%	13 348	95,75%
Branco e nulos	239	1,90%	677	4,25%

França Insubmissa[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

Como em 2012, a aliança que reúne o [Partido de Esquerda](#) (PG) e o [Partido Comunista Francês](#) (PCF), antes chamada de [Frente de Esquerda](#), apresentará o deputado europeu [Jean-Luc Mélenchon](#) como candidato a presidente. Formalmente, a candidatura de Mélenchon é constituída pelo movimento *França Insubmissa*, cujo objetivo é o uso das eleições presidenciais como pretexto para a defesa de uma "revolução cidadã" que instauraria uma nova [Assembleia Constituinte](#) e fundaria uma Sexta República.^[17]

A participação dos comunistas nesse movimento não foi consensual dentro do PCF. A posição favorável a tal iniciativa, defendida por Pierre Laurent, secretário nacional do PCF, chegou a ser revertida pelos órgãos dirigentes da agremiação, mas foi confirmada em apertada disputa interna na qual se pronunciaram os militantes do partido.^[18]

Frente Nacional[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

Candidata à presidência em 2012 e líder da [Frente Nacional](#) (FN), [Marine Le Pen](#) será candidata do partido de [extrema-direita](#) no pleito de 2017. A agremiação não realizará prévias para a seleção de seu candidato.

Movimento Democrata[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

[François Bayrou](#), presidente do partido de [centro](#) Movimento Democrata (MoDem), declarou que não se apresentaria como candidato presidencial caso [Alain Juppé](#) vencesse [Nicolas Sarkozy](#) nas primárias organizadas pelo partido [Os Republicanos](#).^[19] Com a inesperada vitória de [François Fillon](#), contudo, especula-se que o líder centrista poderá se candidatar como fizera nas eleições de 2002, 2007 e 2012.

Os Republicanos[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

O principal partido de centro-direita da França, [Os Republicanos](#) (LR), organizou primárias nos dias 20 de novembro de 2016 (primeiro turno) e 27 de novembro de 2016 (segundo turno). O processo envolveu diversos partidos identificados com a [direita](#) e o [centro](#). Tratou-se da primeira vez em que esse campo político realizou primárias abertas, possibilitando a participação de todos os eleitores do país, independentemente da filiação partidária. Se apresentaram sete candidaturas: [Alain Juppé](#), Bruno Le Maire, [François Fillon](#), Jean-François Copé, Jean-Frédéric Poisson, Nathalie Kosciusko-Morizet e [Nicolas Sarkozy](#).

Salvo Jean-Frédéric Poisson, presidente do Partido Cristão-Democrata (PCD), todos os candidatos eram filiados ao grupo [Os Republicanos](#). Segundo as regras internas desse partido, para participar do escrutínio, os candidatos precisavam obter apoio de pelo menos duzentos e cinquenta políticos eleitos, dentre os quais ao menos vinte parlamentares, divididos em pelo menos trinta departamentos franceses.^[20]

O segundo turno opôs François Fillon e Alain Juppé, sagrando o primeiro como vencedor.^[21]

Resultados						
Candidatos		Partido	Primeiro turno		Segundo turno	
			Votos	%	Votos	%
	François Fillon	LR	1 890 266	44,08%	2 919 874	66,49%
	Alain Juppé	LR	1 224 855	28,56%	1 471 898	33,51%
	Nicolas Sarkozy	LR	886 137	20,66%		
	Nathalie Kosciusko-Morizet	LR	109 655	2,56%		
	Bruno Le Maire	LR	102 168	2,38%		
	Jean-Frédéric Poisson	PCD	62 346	1,45%		
	Jean-François Copé	LR	12 787	0,30%		
Votantes			4 298 097	100,00	4 404 812	100,00
Votos Válidos			4 288 214	99,77%	4 391 772	99,70%
Brancos e nulos			9 883	0,23%	13 040	0,30%

* PCD = Partido Cristão-Democrata, em francês *Parti chrétien-démocrate*.

Posição política dos candidatos[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

Candidato(a)	Partido	Espectro
Nathalie Arthaud	LO	Extrema-esquerda
Philippe Poutou	NPA	Extrema-esquerda
Jean-Luc Mélenchon	FDG	Esquerda
Yannick Jadot	EELV	Centro-esquerda
Benoît Hamon	PS	Centro-esquerda
Emmanuel Macron	Em Marcha!	Centro-esquerda
François Bayrou	Movimento Democrata	Centro
Jacques Cheminade	Solidariedade e Progresso	Centro
François Fillon	LR	Centro-direita
Nicolas Dupont-Aignan	Levantar a República	Direita
Marine Le Pen	FN	Extrema-direita

Pesquisas[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

1º Turno

Data	Instituto	Jacques Cheminade	Nathalie Arthaud	Philippe Poutou	Jean-Luc Mélenchon	Yannick Jadot	Benoît Hamon	Emmanuel Macron	François Bayrou	François Fillon	Nicolas Dupont-	Marine Le Pen
------	-----------	-------------------	----------------------------------	-----------------	------------------------------------	---------------	------------------------------	---------------------------------	---------------------------------	---------------------------------	-----------------	-------------------------------

		(S&P)	(LO)	(NPA)	(FDG)	(EELV)	n (PS)	(EM!)	(MoDem)	(LR)	Aignan (DLF)	(FN)
26 a 27/01/ 2017	Kantar Sofres OnePoll ^[22]	<0,5%	0,5%	0,5%	10%	2%	13%	20%	5%	21%	3%	25%
26 a 27/01/ 2017	Kantar Sofres OnePoll ^[23]	0,5%	0,5%	0,5%	10%	2%	15%	21%	0%	22%	3,5%	25%

Resultados^{[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]}

1º Turno

Candidato	Partido	Votos	%	
Benoît Hamon	PS	0	0.00	
François Bayrou	MoDem	0	0.00	
Emmanuel Macron	Em Marche!	0	0.00	
François Fillon	LR	0	0.00	
Jacques Cheminade	S&P	0	0.00	
Jean-Luc Mélenchon	FDG	0	0.00	
Marine Le Pen	FN	0	0.00	

Nathalie Arthaud	LO	0	0.00	
Nicolas Dupont-Aignan	DLF	0	0.00	
Philippe Poutou	NPA	0	0.00	
Yannick Jadot	EELV	0	0.00	
Ordem	Resultado Final	Votos	%	
1	Votos válidos	0	0.00	
2	Votos blancos	0	0.00	
3	Votos nulos	0	0.00	
4	Total	0	0.00	
Fonte:				

Referências

1. ↑ [Ir para: a b](#) «Appel pour la constitution de la Belle Alliance Populaire». *Belle Alliance Populaire*
2. [Ir para cima](#) ↑ «La Belle Alliance populaire suscite une impression de déjà-vu et de rafistolage». *Le Monde*. 13 de abril de 2016
3. [Ir para cima](#) ↑ «Primaire de la gauche : mode d'emploi et candidats». *Les Echos*. 21 de novembro de 2016
4. ↑ [Ir para: a b](#) «François Hollande : "J'ai décidé de ne pas être candidat à l'élection présidentielle"». *Le Monde*. 1 de dezembro de 2016
5. [Ir para cima](#) ↑ «Présidentielle 2017 : et maintenant Manuel Valls ?». *Le Parisien*. 1 de dezembro de 2016
6. [Ir para cima](#) ↑ «Premiê francês Manuel Valls anuncia candidatura presidencial para 2017». *Sputnik*. 5 de dezembro de 2016
7. [Ir para cima](#) ↑ «Primaire à gauche : les parcours enchevêtrés de Montebourg et Hamon». *Le Point*. 8 de outubro de 2016

8. [Ir para cima↑](#) «Primaire à gauche : qui sont les neuf candidats déclarés ?», *Le Monde*. 15 de dezembro de 2016
9. [Ir para cima↑](#) «Primaire à gauche : gros couac dans la "Belle Alliance populaire"», *Les Echos*. 30 de junho de 2016
10. [Ir para cima↑](#) «Le PRG investit Sylvia Pinel à la présidentielle, sans passer par la primaire de la gauche», *Le Monde*. 26 de novembro de 2016
11. [Ir para cima↑](#) «Sylvia Pinel candidate à la primaire : les dessous d'un revirement», *Franceinfo*. 15 de dezembro de 2016
12. [Ir para cima↑](#) «Primaire à gauche : la joie sur la péniche de campagne de Benoît Hamon», *Le Monde*. 22 de janeiro de 2017
13. [Ir para cima↑](#) «Les Résultats Nationaux», *Primaires Citoyennes*. 29 de janeiro de 2017
14. [Ir para cima↑](#) «Emmanuel Macron (enfin) candidat à l'élection présidentielle», *Le Monde*. 16 de novembro de 2016
15. [Ir para cima↑](#) «Présidentielle 2017 : pourquoi Emmanuel Macron ne veut pas passer par la primaire de gauche», *LCI*. 15 de novembro de 2016
16. [Ir para cima↑](#) «Primaire EELV : Jadot remporte le second tour avec 54,25% des voix», *Le Parisien*. 8 de novembro de 2016
17. [Ir para cima↑](#) «Convoquer l'assemblée constituante et passer à la 6e République», *France insoumise*
18. [Ir para cima↑](#) «Jean-Luc Mélenchon sera le candidat du PCF», *Le Point*. 26 de novembro de 2016
19. [Ir para cima↑](#) «Pour François Bayrou, le projet de François Fillon "pose de nombreuses questions"», *Le Monde*. 27 de novembro de 2016
20. [Ir para cima↑](#) «Primaire de la droite : qui parraine qui ?», *Le Monde*. 12 de setembro de 2016
21. [Ir para cima↑](#) «Primaire de la droite : François Fillon s'impose largement», *Le Monde*. 27 de novembro de 2016
22. [Ir para cima↑](#) (em francês). 29 de janeiro de 2017 <http://www.lefigaro.fr/elections/presidentielles/2017/01/29/35003-20170129ARTFIG00201-presidentielle-fillon-et-macron-au-coude-a-coude-le-pen-en-tete.php>. Consultado em 29 de janeiro de 2017 Em falta ou vazio |title= (ajuda)
23. [Ir para cima↑](#) (em francês). 29 de janeiro de 2017 <http://www.lefigaro.fr/elections/presidentielles/2017/01/29/35003-20170129ARTFIG00201-presidentielle-fillon-et-macron-au-coude-a-coude-le-pen-en-tete.php>. Consultado em 29 de janeiro de 2017 Em falta ou vazio |title= (ajuda)

François Fillon

Ex-Primeiros-ministros da França

François Charles Amand Fillon, também conhecido como François Fillon, é um político francês e foi primeiro-ministro do seu país de 17 de maio de 2007 a 10 de maio de 2012, sob a presidência de Nicolas ...[Wikipédia](#)

Nascimento: 4 de março de 1954 (62 anos), [Le Mans](#), [França](#)

Altura: 1,75 m

Cônjuge: [Penelope Fillon](#) (desde 1980)

Partido: [Os Republicanos](#)

Obras: [Les retraites](#), [Vaincre le totalitarisme islamique](#), [Faire](#), mais

Emmanuel Macron

Funcionário

Emmanuel Jean-Michel Frédéric Macron, também conhecido como Emmanuel Macron, é um economista, banqueiro, funcionário público e político francês. [Wikipédia](#)

Nascimento: 21 de dezembro de 1977 (39 anos), [Amiens, França](#)

Cônjuge: [Brigitte Trogneux](#) (desde 2007)

Partido: [En Marche!](#)

Educação: [Escola Nacional de Administração](#) (2002–2004), [mais](#)

Obra: [Révolution](#)

Marine Le Pen

Membro do parlamento europeu

Marine Le Pen é uma advogada e política de direita da França. Deputada do Parlamento Europeu desde 2004, foi eleita presidente da Frente Nacional em 16 de janeiro de 2011, em substituição a seu pai, Jean-Marie Le Pen. [Wikipédia](#)

Nascimento: 5 de agosto de 1968 (48 anos), [Neuilly-sur-Seine, França](#)

Altura: 1,74 m

Companheiro: [Louis Aliot](#) (desde 2009)

Cargo: [Regional Councillor of Hauts-de-France](#) desde 2016

Partido: [Frente Nacional](#)

Será ? O que pensam vocês, caros amigos ?

Vieilles lunes et autres fadaïses économiques

*Charles Wyplosz

31 janvier 2017

Durant les primaires du PS, pardon de la BAP, Benoît Hamon n’a cessé de contraster le caractère innovant de ses propositions avec les vieilles idées recyclées par Manuel Valls. Le plus stupéfiant est que Valls n’a jamais su renverser cette contre-vérité. Les propositions phares de Hamon, le revenu minimum et les 32 heures, sont de vieilles lunes et leurs justifications font

partie du panthéon des erreurs de raisonnement. Le PS va se noyer dans le Loch Ness à force d'y repêcher le vieux monstre des fadaises économiques.

L'idée de donner à chacun selon ses besoins ne remonte pas seulement à Marx. Au début du 16^e siècle, Thomas More l'avait déjà envisagée. Elle est revenue périodiquement depuis lors, faisant l'objet de milliers de publications et de dizaines de variantes. Elle a même été expérimentée à plusieurs reprises, à commencer au Canada dans les années 1970 et existe aujourd'hui en Iran. Elle revit un peu partout dans le monde en ce moment. Rien d'original ou de nouveau donc. Par contre, la compréhension de ce mécanisme a bien avancé. Il est désolant que rien de ce savoir n'ait été mis à profit pendant la première sinon que, tel que décrit par Hamon, c'est horriblement coûteux.

On a compris que la question essentielle concerne l'impact sur l'emploi. Si vous avez le choix entre ne pas être payé sans travailler, et travailler et payer des impôts pour verser un revenu à ceux qui ne travaillent pas, que ferez-vous ? Si un grand nombre de gens choisissent de ne pas travailler ou travailler moins, d'où proviendra l'argent pour financer leur revenu ? La conclusion générale est qu'il est impossible d'établir ce programme sans conditionnalité. Autrement dit, le revenu ne peut pas être universel. Un grand nombre de variantes ont été proposées pour résoudre cette difficulté. La plupart restreignent le versement à ceux qui travaillent, et en réduisent le montant en fonction du salaire. Peu importent les détails, on est loin du revenu universel. En fait, on en revient vite à... ce qui existe déjà, les multiples aides, y compris les retraites, les allocations familiales et les revenus supplémentaires (1). On peut consolider le maquis existant pour réduire les coûts de gestion et éviter les fraudes, mais ces considérations nous éloignent du rêve distillé par Hamon. La Bible nous avait déjà expliqué que nous avons été chassés du paradis pour ne plus jamais y revenir.

L'autre proposition de Hamon, les 32 heures, est encore plus stupéfiante. On a compris, me semble-t-il, que le passage aux 35 heures a été une véritable catastrophe économique. Depuis lors, on a essayé d'en réduire la portée, avec succès puisque la durée moyenne du travail est revenue aux alentours de 39 heures, mais au prix d'un alourdissement du coût horaire du travail, l'une des causes du chômage de masse. Pourquoi en remettre une louche, alors ?

La réponse vient d'une vision extraordinairement passéiste du progrès technologique. Les robots nous volent les emplois, dit Hamon, et donc le travail va se raréfier, il n'y en aura pas pour tout le monde, autant alors se partager ce qui restera. On se croirait revenu aux révoltes des soyeux de Lyon ! Les faits, d'abord. La révolution numérique n'est que la version présente du progrès technologique qui s'est brutalement accéléré au 19^e siècle, et qui a d'ailleurs beaucoup ralenti depuis. A-t-on assisté à une hausse permanente du chômage ? Par ailleurs, le progrès avance à peu près à la même vitesse dans

les pays développés, et encore plus vite dans certains pays émergents. Certes, le chômage peut avoir augmenté dans certains pays, mais les États-Unis, l'Allemagne, la Suisse ou la Suède sont au plein-emploi. Comment la même cause produirait-elle des effets divergents ? Les raisons de cette divergence sont bien comprises. La première d'entre elles est le marché du travail : là où il est flexible, les entreprises peuvent s'adapter rapidement aux évolutions technologiques, là où il est rigide elles sont prises au piège. La seconde raison est la réglementation des marchés, qui produit des effets similaires.

Le raisonnement sur la quantité de travail disponible est un piège classique. On voit les robots remplacer les employés, mais il faut bien fabriquer et entretenir les robots et les programmes informatiques qui les font fonctionner. Des emplois sont détruits, mais d'autres sont créés. Ceux qui sont détruits, le travail à la chaîne et les tâches répétitives, sont pénibles alors que ceux qui sont créés, le développement d'algorithmes, sont valorisants. En fin de compte, les mutations en cours sont positives et ne peuvent pas plus faire chuter le volume de travail que les métiers à tisser. Certes, ce ne sont pas les mêmes personnes qui perdent leur emploi et qui développent les nouveaux modes de production. Il est important d'accompagner la mutation en cours par des aides diverses à ceux qui en pâtissent, mais ce n'est pas du tout ce dont Hamon nous parle, alors que c'est le vrai sujet. Le progrès technologique a toujours été la source d'élévation du niveau de vie. C'est une opportunité à saisir, pas une menace à éviter. Taxer les robots ou les algorithmes d'intelligence artificielle, donc décourager l'adoption du progrès technologique, en est l'exact contraire. Les enjeux consistent à rendre l'économie plus capable de s'adapter, à former correctement les gens à l'école et tout au long de la vie, et à s'assurer que ceux qui ne peuvent pas suivre puissent vivre dignement.

Les hommes politiques se déshonorent en faisant des promesses qu'ils ne pourront pas tenir. Le PS aurait dû s'en rendre compte après la pitoyable présidence qui s'achève, mais non, la base semble avoir cru les promesses du Bourget et elle est aujourd'hui frustrée, punie de son étrange crédulité. Nous vivons une période étrange où les promesses les plus incroyables, que ce soit celles de Trump ou celles de Hamon, sont prises au sérieux. La question est de savoir pourquoi on assiste à une sorte de retour de l'obscurantisme. La réponse est bien au-delà de mes compétences. Un mot, cependant.

Valls n'a pas engagé le débat, sans doute par calcul politique, de crainte de prendre à rebours les électeurs. Mais ceux qui secouent les raisonnements indigents prétendument populaires, Fillon et Macron, rencontrent un écho spectaculaire. La presse dans son ensemble s'est bien gardée de souligner l'inanité de la vision économique de Hamon. Les réseaux sociaux tournent en boucle des fables. Nous semblons vivre une période de carence de l'information. La révolution numérique a aussi des effets pervers.

1. À la fin du 19^e siècle, l'écrivain américain Edward Bellamy, considéré comme un des pionniers du revenu universel, avait décrit l'an 2000 comme celui où l'État fournirait à tous les citoyens de quoi de loger, se nourrir, se soigner et s'éduquer. Mission presque accomplie.

*Charles Wyplosz, Professeur d'économie, Institut de Hautes Etudes Internationales et du Développement (Genève)

© Telos. Reproduction strictement interdite.

Será ? O que pensam vocês, caros amigos ?

Vieilles lunes et autres fadaises économiques

*Charles Wyplosz

31 janvier 2017

Durant les primaires du PS, pardon de la BAP, Benoît Hamon n'a cessé de contraster le caractère innovant de ses propositions avec les vieilles idées recyclées par Manuel Valls. Le plus stupéfiant est que Valls n'a jamais su renverser cette contre-vérité. Les propositions phares de Hamon, le revenu minimum et les 32 heures, sont de vieilles lunes et leurs justifications font partie du panthéon des erreurs de raisonnement. Le PS va se noyer dans le Loch Ness à force d'y repêcher le vieux monstre des fadaises économiques.

L'idée de donner à chacun selon ses besoins ne remonte pas seulement à Marx. Au début du 16^e siècle, Thomas More l'avait déjà envisagée. Elle est revenue périodiquement depuis lors, faisant l'objet de milliers de publications et de dizaines de variantes. Elle a même été expérimentée à plusieurs reprises, à commencer au Canada dans les années 1970 et existe aujourd'hui en Iran. Elle revit un peu partout dans le monde en ce moment. Rien d'original ou de nouveau donc. Par contre, la compréhension de ce mécanisme a bien avancé. Il est désolant que rien de ce savoir n'ait été mis à profit pendant la primaire sinon que, tel que décrit par Hamon, c'est horriblement coûteux.

On a compris que la question essentielle concerne l'impact sur l'emploi. Si vous avez le choix entre ne pas être payé sans travailler, et travailler et payer des impôts pour verser un revenu à ceux qui ne travaillent pas, que ferez-vous ? Si un grand nombre de gens choisissent de ne pas travailler ou travailler moins, d'où proviendra l'argent pour financer leur revenu ? La conclusion générale est qu'il est impossible d'établir ce programme sans conditionnalité. Autrement dit, le revenu ne peut pas être universel. Un grand nombre de variantes ont été proposées pour résoudre cette difficulté. La plupart restreignent le versement à ceux qui travaillent, et en réduisent le montant en fonction du salaire. Peu importent les détails, on est loin du revenu universel. En fait, on en revient vite à... ce qui existe déjà, les multiples aides, y compris les retraites, les allocations familiales et les revenus supplémentaires (1). On peut consolider le maquis existant pour réduire les coûts de gestion et éviter les fraudes, mais ces considérations nous éloignent du rêve distillé par Hamon. La Bible nous avait déjà expliqué que nous avons été chassés du paradis pour ne plus jamais y revenir.

L'autre proposition de Hamon, les 32 heures, est encore plus stupéfiante. On a compris, me semble-t-il, que le passage aux 35 heures a été une véritable catastrophe économique. Depuis lors, on a essayé d'en réduire la portée, avec succès puisque la durée moyenne du travail est revenue aux alentours de 39 heures, mais au prix d'un alourdissement du coût horaire du travail, l'une des causes du chômage de masse. Pourquoi en remettre une louche, alors ?

La réponse vient d'une vision extraordinairement passéiste du progrès technologique. Les robots nous volent les emplois, dit Hamon, et donc le travail va se raréfier, il n'y en aura pas pour tout le monde, autant alors se partager ce qui restera. On se croirait revenu aux révoltes des soyeux de Lyon ! Les faits, d'abord. La révolution numérique n'est que la version présente du progrès technologique qui s'est brutalement accéléré au 19^e siècle, et qui a d'ailleurs beaucoup ralenti depuis. A-t-on assisté à une hausse permanente du chômage ? Par ailleurs, le progrès avance à peu près à la même vitesse dans les pays développés, et encore plus vite dans certains pays émergents. Certes, le chômage peut avoir augmenté dans certains pays, mais les États-Unis, l'Allemagne, la Suisse ou la Suède sont au plein-emploi. Comment la même cause produirait-elle des effets divergents ? Les raisons de cette divergence sont bien comprises. La première d'entre elles est le marché du travail : là où il est flexible, les entreprises peuvent s'adapter rapidement aux évolutions technologiques, là où il est rigide elles sont prises au piège. La seconde raison est la réglementation des marchés, qui produit des effets similaires.

Le raisonnement sur la quantité de travail disponible est un piège classique. On voit les robots remplacer les employés, mais il faut bien fabriquer et entretenir les robots et les programmes informatiques qui les font fonctionner. Des emplois sont détruits, mais d'autres sont créés. Ceux qui sont détruits, le

travail à la chaîne et les tâches répétitives, sont pénibles alors que ceux qui sont créés, le développement d'algorithmes, sont valorisants. En fin de compte, les mutations en cours sont positives et ne peuvent pas plus faire chuter le volume de travail que les métiers à tisser. Certes, ce ne sont pas les mêmes personnes qui perdent leur emploi et qui développent les nouveaux modes de production. Il est important d'accompagner la mutation en cours par des aides diverses à ceux qui en pâtissent, mais ce n'est pas du tout ce dont Hamon nous parle, alors que c'est le vrai sujet. Le progrès technologique a toujours été la source d'élévation du niveau de vie. C'est une opportunité à saisir, pas une menace à éviter. Taxer les robots ou les algorithmes d'intelligence artificielle, donc décourager l'adoption du progrès technologique, en est l'exact contraire. Les enjeux consistent à rendre l'économie plus capable de s'adapter, à former correctement les gens à l'école et tout au long de la vie, et à s'assurer que ceux qui ne peuvent pas suivre puissent vivre dignement.

Les hommes politiques se déshonorent en faisant des promesses qu'ils ne pourront pas tenir. Le PS aurait dû s'en rendre compte après la pitoyable présidence qui s'achève, mais non, la base semble avoir cru les promesses du Bourget et elle est aujourd'hui frustrée, punie de son étrange crédulité. Nous vivons une période étrange où les promesses les plus incroyables, que ce soit celles de Trump ou celles de Hamon, sont prises au sérieux. La question est de savoir pourquoi on assiste à une sorte de retour de l'obscurantisme. La réponse est bien au-delà de mes compétences. Un mot, cependant.

Valls n'a pas engagé le débat, sans doute par calcul politique, de crainte de prendre à rebours les électeurs. Mais ceux qui secouent les raisonnements indigents prétendument populaires, Fillon et Macron, rencontrent un écho spectaculaire. La presse dans son ensemble s'est bien gardée de souligner l'inanité de la vision économique de Hamon. Les réseaux sociaux tournent en boucle des fables. Nous semblons vivre une période de carence de l'information. La révolution numérique a aussi des effets pervers.

1. À la fin du 19^e siècle, l'écrivain américain Edward Bellamy, considéré comme un des pionniers du revenu universel, avait décrit l'an 2000 comme celui où l'État fournirait à tous les citoyens de quoi de loger, se nourrir, se soigner et s'éduquer. Mission presque accomplie.

*Charles Wyplosz, Professeur d'économie, Institut de Hautes Etudes Internationales et du Développement (Genève)

© Telos. Reproduction strictement interdite.

A insurgência política abala a Europa

Por Gemma Casadevall

Na verdade, a Europa deveria estar satisfeita com o surgimento de novas formações políticas em tempos de participação eleitoral decrescente. Partidos como o Syriza, na Grécia, e o Podemos, na Espanha, não estão sendo guiados por inábeis adversários do sistema, mas por líderes jovens e bem preparados. Na Grécia, trata-se de Alexis Tsipras, um engenheiro brilhante com sorriso carismático; na Espanha, do professor universitário Pablo Iglesias. Eles instam os cidadãos a fazer uso dos instrumentos democráticos por excelência: os próprios votos.

Tsipras e Iglesias representam uma nova esquerda europeia, que sabe como conquistar os votos dos desesperados. Por outro lado, eles mantêm a maior distância possível do establishment político dos partidos tradicionais. Isso pode ser visto na decisão de Tsipras de formar uma coalizão com os nacionalistas conservadores do partido Gregos Independentes e no tom que o novo primeiro-ministro grego usa para se dirigir a Bruxelas e Berlim. O novo governo grego se recusa a reconhecer a troica, formada pelo Banco

Central Europeu (BCE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Comissão Europeia, como interlocutora.

O aliado espanhol de Tsipras, Iglesias, também aposta na provocação ao dar entrevistas para a emissora iraniana Hispan TV, transmitida em espanhol. Ele enfrenta agora tanto o rótulo de ter se colocado a serviço do regime iraniano quanto o de querer importar o modelo chavista da Venezuela para a Espanha. O jovem movimento espanhol é visto como populista também pelos adversários políticos e pelos meios tradicionais de comunicação.

Isso não parece impressionar os seguidores do Podemos. No último sábado, eles lotaram a Puerta del Sol, local onde, em 2011, o movimento dos "indignados" ganhou forma a partir de um imenso acampamento de barracas. O eleitorado do Podemos se alimenta desses "indignados", grupo composto majoritariamente por jovens acadêmicos com boa formação, num país onde o desemprego entre os jovens é tão alto que se fala de uma "geração perdida".

Todas as tentativas de desacreditar o partido têm falhado junto a uma geração de seguidores, que não acredita mais nem nos políticos nem nos meios de comunicação: segundo eles, ambos teriam se vendido aos respectivos financiadores. Algumas "tentativas de desmascaramento" ganharam um caráter grotesco, como os esforços de aniquilar as carreiras acadêmicas de alguns importantes representantes do Podemos. É questionável a tentativa de se fazer tais "revelações" num país em que foram abertos centenas de processos de corrupção contra políticos de todas as facções, que estão ou não no poder – em nível nacional, em regiões autônomas e nos municípios.

A Europa deveria ter medo diante do peso dessa nova esquerda? Em circunstâncias normais, o Syriza e suas propostas radicais teriam fracassado nas urnas. O ponto forte do movimento não está no sorriso de Tsipras, mas na devastação provocada pelas medidas

de austeridade econômica que a troica impôs à população. Para os cidadãos, o ex-premiê grego [Antonis] Samaras e o atual homólogo espanhol [Mariano] Rajoy, personificam a submissão à imposição.

Após a vitória do Syriza, representantes dos grandes partidos espanhóis repetiram, como um mantra e em diferentes variações, a frase: "A Espanha não é a Grécia." Nela, reflete-se a consternação geral diante do Podemos. Mas, em certo sentido, a sentença é verdadeira: embora a recuperação da economia espanhola não tenha chegado de verdade aos cidadãos, ao contrário da Grécia, o país não está sentado sobre uma montanha de dívidas.

A Marcha da Mudança até a Puerta del Sol foi uma demonstração de força. Mas, até as eleições parlamentares, o Podemos ainda vai ter que passar por muitas provas, que irão mostrar qual a impressão que os eleitores têm do partido. Entre março e setembro, estão programadas diversas eleições regionais e municipais. Durante esses meses, a posição de Tsipras com relação à União Europeia pode se tornar o maior inimigo do Podemos. Um confronto radical, que viesse a pôr em questão a permanência da Grécia na zona do euro, teria um efeito dissuasivo sobre o eleitorado moderado que segue agora a onda do Podemos.

Talvez venha a ser Iglesias [líder do Podemos] quem vai insistir em dizer: "A Espanha não é a Grécia." Então, sua primeira vítima não seria o Partido Popular do premiê Rajoy, mas desde esquerda tradicional até os socialistas espanhóis – engolidos pela força da onda de sucesso do Podemos, assim como aconteceu com o partido socialista grego Pasok diante do Syriza.

O erro da "Nova Esquerda" europeia, e as possibilidades de uma guerra civil na Europa

<http://infielatento.blogspot.pt/2016/05/nova-esquerda-europeia-guerra-civil-Europa.html>

quinta-feira, 12 de maio de 2016

Neste artigo, eu uso o termo "Nova Esquerda" para os socialistas órfãos pela queda da União Soviética e adeptos da Teoria Crítica. (Você os identifica pelo uso de sentenças e frases que não fazem o menor sentido. Os socialistas clássicos eram/são mais fáceis de entender, e também mais lógicos.)

Os socialistas europeus, órfãos desde a dissolução da URSS, e afogados pela Teoria Crítica (marxismo cultural), vêm a [Hégira](#), a imigração islâmica em massa, como uma arma contra o nacionalismo europeu. Com isso, eles arriscam a destruição completa da sua cultura e da sua civilização, mas eles não se preocupam com isso. Eles acham que podem usar os muçulmanos para exterminarem, de uma vez por todas, com todo o vestígio do nacionalismo europeu, a ser substituído por um "novo homem europeu", que não será nem alemão, nem francês, nem sueco, nem dinamarquês, nem português e nem espanhol, mas sim um "euro-homem", que provavelmente terá uma esposa em casa que usa um hijab. Mas, para eles, isso não importa.

O problema é que os muçulmanos nunca irão parar para agradecer a estes "novos socialistas" por se alinharem a eles. Os muçulmanos vão simplesmente continuar empurrando a sua agenda. Os socialistas seculares, em geral, usam o "caminho mais fácil" (o caminho de menor resistência), e, acabarão simplesmente se convertendo ao islamismo. Eles não irão lutar pelo secularismo ou pelo ateísmo contra um credo que diz para recitar a Shahada (a profissão de fé islâmica) três vezes senão eles serão degolados. Eles não irão resistir. Se eles não têm coragem de resistir ao islão agora, quando a escolha entre conversão ou morte lhes for apresentada, eles irão simplesmente se converter. É claro que eles ainda vão se comportar dentro do padrão que eles foram educados, mas os seus filhos (se eles tiverem algum) serão educados como muçulmanos, então, adeus secularismo e ateísmo, bem-vindo jihad.

É difícil imaginar a Europa Ocidental resistindo a esta enorme invasão islâmica. Se fossem, digamos, 300 mil homens armados como um exército seria mais fácil. Mas a Europa perdeu o seu alicerce para resistir a invasão de 300 mil homens desarmados, armados apenas com a ideologia islâmica. E sabemos que isto irá continuar nos próximos anos. E são muito mais do que apenas 300 mil homens em idade de serviço militar ... e doidos por sexo com as mulheres europeias, e achando que os homens europeus são todos homossexuais.



Dentro deste aspecto, o rumo mais provável é mesmo uma guerra civil. Neste cenário, a Europa irá se parecer com a Síria, com o Líbano, com a Bósnia, ou mesmo com Ruanda. Quando existem muçulmanos suficientes para elegerem o prefeito de Londres (ele recebeu 1,3 milhões de votos, o mesmo número de muçulmanos residentes em Londres), então, se um conflito surgir, vai ser uma guerra civil. As zonas proibidas (no-go zones) espalhadas pela Europa Ocidental (e são mais de 500) já formam blocos urbanos homogêneos, e eles não serão mais invasores, mas eles estarão lutando no "seu ambiente."



Nos anos 80, a cidade de Hama, na Síria, havia se tornado um reduto da Irmandade Muçulmana, e, dela, saiam carros-bomba para explodirem em Damasco. A situação só se acalmou depois que o presidente Hafez al-Assad, pai do atual presidente sírio, enviou o exército e 25 mil pessoas acabaram mortas (o Massacre de Hama)! Você vê algum governo da Europa Ocidental fazendo isso? É mais provável que algum tipo de acordo entre os governos os jihadistas seja proposto. Algum tipo de acordo seria possível com jihadistas, que apenas aceitam um resultado em qualquer conflito, a saber, a implementação da Sharia? Afinal, eles seguem Maomé e o exemplo de acordo com infiéis segue o [Tratado de al-Hudaybiyya](#).

Ou seja, um cenário de luta constante até a rendição total da Europa é o mais provável. Enquanto isso, a Europa Ocidental irá sofrer o mesmo processo que o Líbano vem passando nos últimos 50 anos (veja vídeo).

Deve-se ressaltar que para o corporativismo globalizante, tanto faz. Para ele, o que interessa é o lucro, independente de quem compre.

No vídeo abaixo, Brigitte Gabriel fala sobre a história recente do Líbano. Tem gente que a acusa de ser racista, xenófoba, fdp, etc. Mas a questão é: **o que ela fala é verdade.**

Brigitte Gabriel fala sobre a história recente do Líbano

A Europa desintegrada?

ÁLVARO VASCONCELOS

16/07/2016 - <https://www.publico.pt/mundo/noticia/a-europa-desintegrada-1738503?page=2>

A derrota dos golpistas será um momento de verdade para o projecto de uma Turquia democrática. Para a União Europeia é igualmente um momento de verdade, pois terá que demonstrar que respeita a legitimidade democrática, mesmo que um qualquer acto eleitoral dê a vitória a um partido islamista.

•

A derrota dos golpistas será um momento de verdade para o projecto de uma Turquia democrática. O Presidente Erdogan tem que vencer a tentação de utilizar esta vitória sobre os golpistas para concentrar ainda mais poder, e sobretudo deve garantir um processo jurídico justo aos golpistas e evitar uma caça às bruxas. Para que a Turquia volte a ser um elemento de esperança no Médio Oriente, Erdogan deve unir o país e retomar o processo de consolidação democrática.

Para a União Europeia é igualmente um momento de verdade, pois terá que demonstrar que respeita a legitimidade democrática, mesmo que um qualquer acto eleitoral dê a vitória a um partido islamista. A União deveria não só condenar energicamente a tentativa de golpe como assumir, de uma vez por todas, que a Turquia é um país europeu. Não pode persistir qualquer dúvida em relação à posição europeia: nenhum golpe, fracassado ou bem-sucedido, encontrará compreensão ou a prossecução de uma "política realista" por parte da União, nenhum Governo militar ou que saia de um golpe poderá ser reconhecido. Este compromisso da União Europeia poderia ser afirmado com uma alteração da política conciliatória face à ditadura militar instalada no Cairo, mostrando que a luta contra o Daesh não justifica alianças com regimes que violam gravemente os direitos humanos.

A União não pode sucumbir à tentação de assumir uma política dita realista, um caminho que as imposições e ameaças a Estados membros, como Portugal ou a Grécia, ou o cínico tratamento dado dos refugiados, prenuncia. Este tipo de política põe directamente em causa a razão de ser da integração europeia. A defesa dos direitos fundamentais, na

ordem interna e internacional, é condição necessária para a unidade da União e logo para a sua sobrevivência.

Antigo Director do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia

Construindo uma Internacional progressista

Pode a humanidade produzir e implementar um sistema que torne o nosso planeta ecológica e economicamente sustentável?

<http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FInternacional%2FConstruindo-uma-Internacional-progressista%2F6%2F36549#.V6e18l33O2M.facebook>

Yanis Varoufakis



ATENAS – A política nas economias avançadas do Ocidente está passando por um estremecimento político não visto desde 1930. A Grande Deflação que agora está arrebatando os dois lados do Atlântico está revivendo forças políticas que estavam dormentes desde o final da 2ª Guerra Mundial. A paixão está voltando para a política, mas não do jeito que esperávamos.

A direita se animou com um fervor anti-establishment que era, até recentemente, uma reserva da esquerda. Nos Estados Unidos, Donald Trump, o candidato presidencial dos Republicanos, está desafiando sua oponente Democrata, Hillary Clinton, por seus laços

com Wall Street, pela vontade de invadir terras estrangeiras e a prontidão em abraçar acordos de livre-comércio que têm prejudicado o padrão de vida de milhões de trabalhadores. No Reino Unido, o Brexit colocou Thatcheristas ardorosos no papel de defensores entusiastas do Serviço Nacional de Saúde.

Essa mudança não é sem precedentes. A direita populista tradicionalmente adotou retóricas quase de esquerda em tempos de deflação. Qualquer um que tenha estômago para aguentar revisitar os discursos de líderes fascistas e nazistas dos anos 1920 e 1930 irá encontrar apelos – os louvores de Benito Mussolini à seguridade social ou as críticas ferinas de Joseph Goebbels ao setor financeiro – que parecem, a uma primeira vista, indissociáveis de objetivos progressistas.

O que estamos vivenciando hoje é a repercussão natural da implosão de políticas centristas, devido a uma crise do capitalismo global na qual um colapso financeiro levou a uma Grande Recessão e à grande deflação de hoje. A direita está simplesmente repetindo seu velho truque de se aproveitar da raiva e frustração das vítimas para avançar com sua agenda repugnante.

Tudo começou com a morte do sistema monetário internacional estabelecido em Bretton Woods em 1944, que forjou um consenso político no período do pós-guerra, baseado em uma economia “mista” que colocava limites à desigualdade, e forte regulação financeira. Essa “era de ouro” se foi com o chamado choque de Nixon em 1971, quando os Estados Unidos deixou de gerar excedentes que, reciclados internacionalmente, mantinham o capitalismo global estável.

Em especial, a hegemonia norte-americana cresceu nessa segunda fase pós-guerra em paralelo com seus déficits do comércio exterior e orçamentário. Mas para continuar financiando esses déficits, os banqueiros tinham que ser libertados de suas restrições do New Deal e de Bretton Woods. Somente então iriam estimular e gerenciar os fluxos de capital para dentro do país, necessários para financiar seus déficits fiscal e da balança de transações correntes.

A financeirização da economia era o objetivo, o neoliberalismo era sua capa ideológica, o aumento das taxas de juros da era Paul Volcker do Federal Reserve eram seu gatilho e o presidente Bill Clinton era último a fechar essa barganha faustiana. E o timing não poderia ter sido mais agradável: o colapso do império soviético e a abertura da China geraram a aparição de mão-de-obra para o capitalismo global – um bilhão de trabalhadores a mais – que aumentaram os lucros e contiveram os aumentos do salário em todo o Ocidente.

O resultado da extrema financerização foi uma desigualdade enorme e uma vulnerabilidade profunda. Mas ao menos a classe trabalhadora do Ocidente tinha acesso a empréstimos baratos e preços de moradia inflacionados para compensar o impacto dos salários estagnados e das transferências fiscais em declínio.

Então veio a crise de 2008 que, nos EUA e na Europa, produziu um excesso massivo tanto de pessoas como de dinheiro. Enquanto muitos perdiam seu empregos, suas casas e suas esperanças, trilhões de dólares em poupanças esparramavam-se pelos centros financeiros mundiais desde então, por cima de mais trilhões que foram bombeados pelos desesperados bancos centrais ansiosos por substituir o

dinheiro tóxico dos financistas. Com as empresas e os atores institucionais muito assustados para investir na economia real, os preços das ações explodiram (os 0.1% do topo não conseguem acreditar em sua sorte), e o resto assiste sem esperanças enquanto as vinhas da ira estão “engrossando e ficando mais pesadas, crescendo pesadas para a colheita.”

E assim essa grande parte da população na América do Norte e na Europa se tornou muito endividada e muito cara para serem qualquer coisa senão descartados – e prontas para serem manipuladas por Trump através da tática do medo, pela xenofobia de Marine Le Pen líder do Front Nacional Francês, ou pela visão dos adeptos do “Brexit” de um Reino Unido que passaram a dominar novamente. Enquanto eles crescem, os partidos políticos tradicionais estão caindo na irrelevância, suplantados pela emergência de dois novos blocos políticos.

Um bloco representa a velha troika da liberalização, globalização e financeirização.

Pode ainda estar no poder, mas seu estoque está se esgotando rapidamente, como podem atestar David Cameron, os democratas socialistas da Europa, Hillary Clinton, a Comissão Europeia, e até o governo do Syriza pós-capitulação.

Trump, Le Pen, os adeptos do “Brexit” de direita do Reino Unido, os governos iliberais da Polônia e da Hungria e o presidente russo Vladimir Putin estão formando o segundo bloco. O deles é uma Internacional nacionalista – uma criatura clássica em períodos deflacionários – unidos por um desprezo à democracia liberal e à capacidade de mobilizar aqueles que poderiam esmagá-la.

O conflito entre esses dois blocos é real e enganoso. Clinton vs. Trump constitui uma batalha genuína, por exemplo, como é a União Européia vs. os adeptos do “Brexit”; mas os dois combatentes são cúmplices, não adversários, em perpetuar um “looping” interminável de fortalecimento mútuo, com cada lado definido pelo que se opõe – e mobilizando seus apoiadores para isso.

O único jeito de sair dessa armadilha política é um internacionalismo progressista, baseado na solidariedade entre as grandes majorias ao redor do mundo que estão preparadas para reavivar políticas democráticas em uma escala planetária. Se isso soa utópico, é válido enfatizar que a matéria prima já está disponível.

A “revolução política” de Bernie Sanders nos EUA, a liderança de Jeremy Corbyn do Partido dos Trabalhadores no Reino Unido e o DiEm25 (Movimento “Democracia na Europa”) no continente, estes são os prenúncios de um movimento por uma internacional progressista que pode definir o terreno intelectual sobre o qual cada política democrática precisa ser construída. Mas estamos em um estágio inicial e enfrentamos uma reação negativa da troika global: veja-se o tratamento que teve Sanders pelo Comitê Nacional Democrata, a corrida contra Corbyn por um ex- farmacêutico lobista e a tentativa de me condenarem por ter ousado enfrentar os planos da União Européia para a Grécia.

A Grande Deflação coloca uma grande questão: pode a humanidade produzir e implementar uma nova e avançada Bretton Woods “verde” - um sistema que torne o nosso planeta ecológica e economicamente sustentável – sem a dor em massa e destruição que precederam o Bretton Woods original?

Se nós – internacionalistas progressistas – não respondermos essa questão, quem irá?

Nenhum dos dois blocos políticos que estão lutando pelo poder no Ocidente nem querem que isso seja posto.

Um anticapitalismo do século XXI

<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/551221-um-anticapitalismo-do-seculo-xxi>

Erik Olin Wright (foto) propõe uma “**utopia** real”: encontrar um caminho alternativo melhorando o sistema que temos atualmente. Não se trata de aperfeiçoar o **capitalismo**, mas, sim, de criar instituições que enfrentem sua lógica. Dentro do capitalismo arrasador, existem formas de atividades econômicas não capitalistas, como a economia social e o trabalho cooperativo. As empresas recuperadas são “uma forma de cooperar” – indica o pesquisador norte-americano – e identifica a Argentina como um dos lugares onde o desenvolvimento do trabalho cooperativo é muito ativo, através de suas mais de 300 empresas recuperadas. Em sua visita a Buenos Aires, onde recebeu o doutorado Honoris Causa da Universidade de Buenos Aires, o jornal Página/12 conversou com este teórico da Universidade de Wisconsin sobre as estratégias anticapitalistas no mundo contemporâneo.

A entrevista é de Natalia Aruguete e Bárbara Schijman, publicada por Página/12, 25-01-2016.

A tradução é do **Cepat**.

Eis a entrevista.

Seu último livro, ‘Construyendo utopías reales’, leva consigo uma contradição intrínseca. Poderia explicá-la?



Fonte: <http://goo.gl/fcx73I>

A palavra “utopia” usualmente se refere a uma espécie de fantasia do lugar perfeito. Portanto, se alguém quer criticar uma proposta, pode dizer: “isso é utópico”. É uma forma de desestimular uma ideia sem discuti-la, é como dizer: “isto é impossível”. “Real” significa que

algo pode acontecer. O que faço é unir “real” e “utópico” como uma provocação. Supõe nos forçar a pensar simultaneamente a respeito de quais valores nos importam, quais são nossas aspirações para um mundo humanitário verdadeiramente justo e conservar esses valores sempre à frente de nosso trabalho analítico e teórico.

O dueto “real/utópico” implica em pensar a respeito do tipo de mundo que gostaríamos de ter, trabalhar para construir alternativas no mundo e nos mover nessa direção. Utopias, no sentido de pensar alternativas às instituições dominantes que encarnam nossas mais profundas aspirações por um mundo justo e humano. Real, no sentido de alternativas que podem ser construídas no mundo assim como ele é, que também prefiguram o mundo como pode ser e ajudam a nos mover nessa direção. Na versão inglesa, a primeira palavra do título de meu livro não é “construir”, mas, sim, “visualizar” (conceber). Construir ou imaginar não é o mesmo que visualizar ou conceber. Visualizar compreende a ideia de imaginar o que realmente pode ocorrer.

Em que sentido seu propósito é provocar o leitor?

No sentido de que o título obriga a pensar o que significa esta ideia do utópico e o real. São termos que, assim apresentados, podem parecer contraditórios. Quero que as pessoas pensem acerca dessa tensão. Se você é um realista e se esquece da utopia, então fica envolvido somente nas políticas pragmáticas, que perdem qualquer outra visão. Se você é um utópico sem ser realista, então cria projetos de fantasia que nunca podem acontecer.

E neste mundo que você imagina, sim, é possível a utopia se concretizar?

Claro que pode. É uma combinação impossível, mas essa é a natureza do problema e queremos que as pessoas pensem constantemente sobre as implicações morais dos projetos políticos que perseguem e sobre a necessidade prática de fazer algo no mundo. Quando digo que se trata de uma provocação, simplesmente me refiro a forçar as pessoas a pensar sobre essas coisas.

Por que concebe que as utopias reais são, ao mesmo tempo, um objetivo e uma estratégia?

Mais recentemente, acrescentei que na realidade se trata de uma meta, um processo e uma estratégia. De maneira que há três tipos de “palavras” envolvidas. Uma meta alude àquilo que alguém

procura conquistar, por exemplo, quais tipos de instituições novas você tenta construir. Uma estratégia se refere à forma como encarar o problema da mudança social. A velha forma da visão revolucionária tinha a ver com o viver um mundo de dominação, opressão e exploração; o que precisamos fazer é destruir essas instituições e construir novas. Refiro-me a esta ideia como a estratégia de destruir. É o velho ideal revolucionário: destruir o sistema e construir um alternativo. A ideia da real utopia como uma estratégia é nos propor construir uma alternativa agora, onde podemos, nos espaços e nichos da sociedade. Pensemos quais aspectos desse mundo alternativo realmente podemos construir agora, e então coloquemos essas peças juntas e as alarguemos de maneira que nos movamos para nossos objetivos. Neste sentido, falo de estratégia; e me refiro a erodir o capitalismo a partir da construção de alternativas.

Poderia nos dar um exemplo desta estratégia?

Um exemplo disto é proporcionado pelas empresas recuperadas. Também quero pensar acerca das utopias reais como um processo, porque nesse processo de construção de alternativas as próprias pessoas que se envolvem estão experimentando uma forma de solidariedade, igualdade e democracia que deseja ver no mundo. A luta por um mundo alternativo, quando está sendo construído, é também um processo que se adverte em sua própria vida. De maneira tal, que qualquer um que tenha se envolvido em lutas pela justiça social sabe que quando se trabalha com outros ativistas, tem-se uma sensação de fazer parte de algo mais importante que tão só a si mesmo. Sente-se conectado – isso é a solidariedade -, em uma relação igualitária com outras pessoas e empoderado para construir uma democracia viva e não somente trabalhar pela democracia.

Acredita que o mundo está preparado para caminhar nesse sentido?

Não, o mundo não está preparado, nós devemos preparar o mundo. As alternativas são criadas por seres humanos que se reúnem e decidem... Nós últimos tempos, trabalhei em uma lista de utopias reais. As primeiras que localizei são as cooperativas de trabalho, que incluem as “empresas recuperadas” como uma forma de cooperar. É uma forma de converter uma empresa capitalista em uma cooperativa gerida por seus trabalhadores.

Há duas formas diferentes nas quais se formam as cooperativas. Uma forma é quando um grupo de pessoas se junta e decide começar um negócio com a lógica de cooperativa, mas a partir de bases capitalistas convencionais. Então, os próprios trabalhadores administram uma empresa democraticamente e tomam suas próprias decisões. Outro modo se dá quando os trabalhadores transformam uma empresa capitalista existente em uma cooperativa.

Acredita que é possível ampliar o trabalho cooperativo?

A **Argentina** é um dos lugares no qual o desenvolvimento do trabalho cooperativo é ativo através de suas empresas recuperadas. Atualmente, há 350 empresas recuperadas no país. Cerca da metade destas empresas foram constituídas após a crise, foram inventadas, por assim dizer, na crise, mas continuaram. **Madygraf** era uma grande empresa de impressão pertencente a uma corporação multinacional; a corporação multinacional sofreu um processo de desinvestimento (esvaziamento) e se pensou em seu fechamento, no ano passado. Os trabalhadores a assumiram e a estão gerindo com êxito.

Não há nenhum país no qual o desenvolvimento das cooperativas de trabalho esteja no centro da economia, sempre está nas margens. Essa é a forma como as coisas acontecem: na margem. Porém, seu potencial é realmente considerável e – eu argumentaria e especularia um pouco – o potencial das cooperativas de trabalho aumentará e não diminuirá nas próximas décadas. Em parte, isso se deve ao fato de que a nova tecnologia do século XXI (computadores, internet e outros processos digitais) é mais barata que a velha tecnologia.

Que diferença isso produziu no passado?

O capital intensivo requerido para que uma empresa de impressão seja exitosa é mais barato agora que há trinta anos. O sistema econômico industrial que conhecemos tinha economias de grande escala: se você era um gigante, podia produzir muito mais economicamente que se fosse pequeno. Isso é cada vez menos certo. E na medida em que é menos verdadeiro, torna-se mais fácil – em princípio, ainda que não sempre na prática – para os próprios trabalhadores de uma empresa em particular dirigi-la, porque não tem 10.000 trabalhadores, mas, ao contrário, apenas algumas centenas. De tal modo que, atualmente, é possível ter algumas centenas de trabalhadores organizando a produção industrial. Esse

é um tamanho prático para ter um autogerenciamento e estar organizados democraticamente.

Acredita que é possível que as utopias se tornem realidade, quando quem governa é um partido de direita?

Estou desenvolvendo uma perspectiva sobre o problema de como transformar as sociedades capitalistas. Acredito que o traço mais notável da situação política atual é que em todas as partes, na **Argentina**, nos **Estados Unidos**, na **Islândia**, está ocorrendo o que chamamos de “volatilidade política”.

Como define a volatilidade política?

Trata-se mais de movimentos rápidos, da esquerda para a direita ou da esquerda para o centro, do que a consolidação de uma coalizão política com uma base forte e segura que persiga, com o tempo, uma agenda política particular. Por exemplo, na **Islândia**, um país pequeno que teve uma crise financeira catastrófica em 2008, uma coalizão de esquerda eleita após o colapso da economia fez um trabalho muito bom restaurando a estabilidade econômica.

Abandonaram a Europa e os bancos, recusaram-se a pagar os bancos, nacionalizaram todos os bancos, puseram os banqueiros na prisão, mas perderam a eleição seguinte. Ou seja, assim que as coisas melhoraram, um partido de centro-direita disse: “Agora que estamos fora da crise, podemos dirigir melhor a economia”. Uma volatilidade extrema.

Nesse caso, o que você acredita que ocorre entre a agenda política e as principais preocupações do público?

Tem a ver, acredito, com um aumento generalizado da desconfiança para com os políticos e a política. Um cinismo ampliado por parte dos eleitores, que não acreditam em ninguém; aceitam mentiras e enganos constantemente. Sendo assim, sua ação política é fundamentalmente negativa, é um voto contra o partido no poder.

Por que você considera que isso ocorre?

Não tenho uma resposta firme sobre a razão pela qual há tanto cinismo neste período, parece algo generalizado: ocorre nos **Estados Unidos**, na **Grécia**, na **França**, na **Islândia** e na **Argentina**. E dado que é um fenômeno geral, não é possível responder olhando os detalhes de alguns países em particular. Não são os detalhes da “corrupção do governo de **Lula**” o que explica o cinismo brasileiro, porque se encontra cinismo por todas as partes. Acredito que a sensação geral de risco e incerteza acerca do futuro,

sem uma visão política muito credível sobre o que fazer a respeito, é parte do assunto.

Estamos atravessando um período de mudanças globais tremendas, além do mais. Quando se pensa nos últimos 25 anos: o fim da **União Soviética**, o aumento do terrorismo islâmico, uma crise global atrás de outra, a emergência da China como um ator dominante na economia mundial, o aquecimento global; todas estas questões estão criando um grande sentimento de instabilidade, incerteza e imprevisibilidade, sem nenhuma força política que faça uma descrição credível do que é possível fazer para empurrar as coisas ou que, de algum modo, melhore a vida das pessoas. Parte de tudo isto é ideológico. Parte de tudo isto é neoliberalismo.

Seguindo sua ideia da volatilidade, você acredita que os valores e as utopias mudam com o passar do tempo?

Acredito que é mais fácil dizer que sim, que é claro que as coisas mudam. Contudo, acredito que há certos valores que as pessoas guardam em seu coração, por assim dizer, que não mudam muito. As circunstâncias em que as sociedades vivem mudam e, por isso, podem ter mais ou menos esperança de que esses valores encontrem um lugar. Há muitos estudos sobre os “valores pós-materiais”, o pós-materialismo, uma ideia muito na moda nos últimos 25 anos. A ideia central é que na medida em que os países se tornaram mais ricos e prósperos, as pessoas passaram a estar menos preocupadas com questões vinculadas aos valores e mais preocupadas com temas como o estilo de vida, a identidade, a orientação sexual e todos esses tipos de visões. Porém, não estou convencido acerca disso, porque o sentimento de insegurança econômica tem caminhado de mãos dadas com uma maior prosperidade, sendo assim, as pessoas ainda estão preocupadas com os problemas econômicos diários.

Como quais?

A estabilidade de seus trabalhos, o futuro de seus filhos e todas essas questões. Por isso, não compro essa noção de que estamos na era do pós-materialismo, que é o que provavelmente se poderia se falar nos países ricos e que, muitas vezes, é vista como forma de entender a vida social das classes médias. No entanto, acredito que as pessoas de classe média estão muito preocupadas com as questões econômicas. As pessoas não votam de um modo sensato, podem ter ilusões, podem votar mais por razões materiais do que por razões de identidade.

Como analisa o comportamento da esquerda, neste cenário?

A esquerda tem uma longa tradição de divisões, muito mais que a direita. É mais fácil para a direita se reunir ao redor de uma única figura política ou de um único programa político, ao passo que a esquerda se rompe em todos os tipos de grupos. Em parte, isto é assim porque a tarefa da esquerda é mais complexa.

Em que sentido, mais complexa?

Se o propósito central de seu movimento político tem a ver com transformações para um mundo mais justo, igualitário e democrático, essa é uma agenda verdadeiramente árdua. Por conseguinte, a razão pela qual acredito que a esquerda tende a se fragmentar é simplesmente porque as tarefas de um movimento político como o seu são complicadas. Ao mesmo tempo, é certo também que a esquerda esteve atada a uma história embananada e difícil. Também é certo que a esquerda, diante da ausência de um amplo movimento de base popular, não tem uma relação fácil com seu eleitorado natural.

A direita, por sua parte, sim, possui uma relação fácil com seu eleitorado, que são, em sua maioria, os segmentos ricos e poderosos da sociedade. Portanto, a questão financeira e organizacional na direita é um assunto simples: políticos extremamente abastados com redes de pessoas endinheiradas para financiar e apoiar um movimento de direita, enquanto que um movimento de esquerda precisa trabalhar através de movimentos sociais e operários para ter uma base popular.

Quais os tipos de estratégias você considera importante implementar contra o capitalismo?

Há muitas fontes de sofrimento no mundo, muitos problemas na vida das pessoas, observamos a pobreza e a insegurança em meio à abundância. A primeira pergunta é: como diagnosticar as causas destes problemas? Na minha perspectiva, a causa fundamental de muitas destas questões é a natureza capitalista da economia. Com isto, refiro-me ao domínio da vida econômica por parte das empresas capitalistas e o capital. Algumas pessoas identificam o capitalismo com os mercados, de fato, é muitas vezes uma espécie de companheiro de trabalho para o capitalismo.

Acredita que não são diretamente identificáveis?

Eu não me oponho aos mercados. Oponho-me aos mercados que se organizam em torno dos centros concentrados de poder, que é a forma como funcionam os mercados capitalistas. Sendo assim, sou

anticapitalista no sentido de identificar instituições e estruturas particulares como os condutores mais fundamentais de toda uma série de problemas. É muito difícil se opor a um sistema, é mais fácil se opor a políticas concretas. Nestes dias, estou escrevendo: Como ser anticapitalista no século XXI?

E como acredita que pode se concretizar o ser anticapitalista?

O problema é: como ser um verdadeiro anticapitalista, dado a enormidade do sistema que se está tentando substituir? E é daí que provém essa lista das quatro estratégias históricas. Estas são as quatro estratégias que haviam sido adotadas por pessoas que compartilham este ponto de vista: os movimentos revolucionários, a democracia social progressiva, algum tipo de movimento de pequenos agricultores na fronteira dos Estados Unidos, no século XIX, procurando escapar do capitalismo ao se converter em agricultores autossuficientes no Oeste, etc. E esta ideia de procurar construir alternativas dentro do próprio capitalismo, erodindo o capitalismo como forma de pensar estratégias, é um pouco o modo como o próprio capitalismo surgiu nas sociedades pré-capitalistas.

Como descreveria o surgimento do capitalismo?

Quando se pensa em quinhentos anos atrás, não aconteceu que um grupo de comerciantes, banqueiros e artesãos se sentaram ao redor da mesa e disseram: “odiamos o feudalismo, como podemos destruí-lo?”. Construíram alternativas ao feudalismo nas cidades, em pequenos espaços, onde puderam, e depois expandiram esses espaços e o fizeram em colaboração com segmentos da classe feudal, que considerou vantajoso permitir que o capitalismo surgisse e se desenvolvesse, apesar do fato de que durante o longo prazo de seu surgimento e desenvolvimento minaria as bases do feudalismo. Sendo assim, minha visão a favor de transformar o capitalismo tem esse caráter. A ideia de “utopias reais” combina esforços para resolver problemas dentro do capitalismo e neutralizar os danos com o esforço de erodir o capitalismo mediante a construção de alternativas.

A abdicação da esquerda. Artigo de Dani Rodrik

REVISTA IHU ON-LINE



A volta do fascismo e a intolerância como fundamento político

Edição: 490

[Leia mais](#)

Maria de Magdala. Apóstola dos Apóstolos

Por: **André** | 22 Julho 2016

“Como admite a contragosto um novo e emergente consenso no establishment, a globalização acentua a divisão de classes entre, de um lado, os que detêm o preparo e os recursos para tirar proveito dos mercados mundiais e, de outro, os demais. Clivagens de renda e de classe, em contraste com cisões fundadas em identidade – com base em raça, etnia ou religião –, tradicionalmente fortalecem a esquerda política”, analisa **Dani Rodrik**, em artigo publicado por **Outra Mirada**, 19-07-2016. A tradução é de **André Langer**.

E se pergunta: “Então, por que a esquerda foi incapaz de articular uma contestação política significativa à globalização?”

Dani Rodrik é professor de economia política internacional na Universidade de Harvard.

Eis o artigo.

Enquanto o mundo está atordoado com a comoção do Brexit, economistas e políticos começam a se dar conta de que subestimaram substancialmente a fragilidade política da atual forma de globalização. A revolta popular que parece estar em andamento está assumindo diversas e complicadas formas: reafirmação de identidades locais e nacionais, demanda por maior controle e responsabilização democráticas, rejeição a partidos políticos centristas e desconfiança em relação às elites e especialistas.

Essa reação era previsível. Alguns economistas (entre os quais me incluo) de fato advertimos sobre as consequências de levar a globalização econômica para além dos limites das instituições que regulamentam, estabilizam e legitimam os mercados. A hiperglobalização do comércio e das finanças, destinada a criar mercados mundiais perfeitamente integrados, desagregou as sociedades nacionais.

Mas o que mais surpreende é, inquestionavelmente, a guinada para a direita pela qual se expressou a reação no campo político. Na **Europa**, são predominantemente nacionalistas e populistas nativistas que ascenderam à proeminência, tendo a esquerda avançado somente em alguns países, como Grécia e **Espanha**. Nos **Estados Unidos**, Donald Trump, um demagogo de direita, conseguiu ocupar o espaço do establishment republicano, ao passo que o esquerdista Bernie Sanders foi incapaz de predominar sobre a centrista **Hillary Clinton**.

Como admite a contragosto um novo e emergente consenso no establishment, a globalização acentua a divisão de classes entre, de um lado, os que detêm o preparo e os recursos para tirar proveito dos mercados mundiais e, de outro, os demais. Clivagens de renda e de classe, em contraste com cisões fundadas em identidade – com base em raça, etnia ou religião –, tradicionalmente fortalecem a esquerda política. Então, por que a esquerda foi incapaz de articular uma contestação política significativa à globalização?

Uma resposta tem a ver com o fato de que a imigração ofuscou outros "choques" globalizantes. A percepção de ameaça da entrada de grandes contingentes de migrantes e refugiados de países pobres com diferentes tradições culturais agrava clivagens de

identidade que os políticos de extrema-direita estão excepcionalmente bem posicionados para explorar. Portanto, não é de surpreender que políticos de direita – de **Trump** a **Marine Le Pen** – envolvam suas mensagens de reafirmação nacional com elevada dose de simbolismo antimuçulmano.

As democracias latino-americanas constituem um contraste revelador. Esses países vivenciaram a globalização como um choque nos terrenos do comércio e do investimento estrangeiro, e não como um choque migratório. A globalização tornou-se sinônimo das políticas do denominado **Consenso de Washington** e de abertura financeira. Assim, a reação populista na **América Latina** – no **Brasil**, **Bolívia**, **Equador** e, mais desastrosamente, na **Venezuela** – assumiu uma forma esquerdista. A história é similar nas duas principais exceções ao ressurgimento da direita na **Europa**: **Grécia** e **Espanha**. Na **Grécia**, a cisão política foi a política de austeridade imposta pelas instituições europeias e pelo **Fundo Monetário Internacional**. Na **Espanha**, a maioria dos imigrantes até recentemente vinha de países latino-americanos culturalmente semelhantes. Nesses dois países, faltou à extrema-direita o terreno fértil de que dispunha em outros lugares.

Mas a experiência na **América Latina** e no **Sul da Europa** revela, talvez, a maior debilidade da esquerda: **a ausência de um programa claro para remodelar o capitalismo e a globalização focando o século XXI**. Do **Syriza** na **Grécia** ao **Partido dos Trabalhadores** no **Brasil**, a esquerda não conseguiu criar ideias economicamente viáveis e politicamente populares, além das políticas mitigadoras, como as de transferências de renda.

Grande parte da culpa é dos economistas e tecnocratas de esquerda. Em vez de contribuir para esse tipo de programa, eles cederam muito facilmente ao fundamentalismo de mercado e incorporaram seus princípios centrais. Pior ainda: lideraram o movimento de hiperglobalização.

A entronização da livre mobilidade de capitais (especialmente do tipo de curto prazo) como norma de política governamental pela **União Europeia**, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (**OCDE**) e pelo **FMI** foi, sem dúvida, a decisão mais crucial para a economia mundial nas últimas décadas. Como mostrou **Rawi Abdelal**, professor na **Harvard Business School**, esse esforço foi liderado, no fim dos anos 1980 e início da década de 1990, não pelos ideólogos do livre mercado, mas por tecnocratas franceses como **Jacques Delors** (da Comissão Europeia) e **Henri Chavranski** (na OCDE), intimamente associados ao **Partido Socialista** na **França**. Da mesma forma, nos **Estados**

Unidos, foram tecnocratas associados ao **Partido Democrata**, mais keynesiano, como **Lawrence Summers**, que lideraram a iniciativa por desregulamentação financeira.

Tecnocratas socialistas franceses parecem ter concluído, a partir da fracassada experiência de **Mitterrand** com o [keynesianismo](#) no início de 1980, que a gestão econômica nacional já não era mais possível, e que não havia nenhuma alternativa real à globalização financeira. O melhor que poderia ser feito era estabelecer normas em âmbito europeu e mundial, em vez de permitir que os países poderosos como a **Alemanha** ou os **Estados Unidos** impusessem suas próprias regras.

A boa notícia é que o vácuo intelectual da esquerda está sendo preenchido, e não há mais nenhuma razão para acreditar na tirania da falta de alternativas. Os políticos de esquerda têm cada vez menos razões para não recorrer a um "respeitável" poder de fogo acadêmico em economia.

Considere apenas alguns exemplos: **Anat Admati** e [Simon Johnson](#) têm defendido reformas bancárias radicais; [Thomas Piketty](#) e **Tony Atkinson** propuseram um amplo cardápio de políticas para lidar com a desigualdade em nível nacional; **Mariana Mazzucato** e [Ha-Joon Chang](#) escreveram criativamente sobre como mobilizar o setor público para promover inovação inclusiva; [Joseph Stiglitz](#) e **José Antonio Ocampo** propuseram reformas mundiais; **Brad DeLong**, [Jeffrey Sachs](#) e **Lawrence Summers** (o próprio!) têm argumentado em favor de investimento público de longo prazo em infraestrutura e na economia verde. Existem elementos suficientes aqui para construir uma resposta econômica programática da esquerda.

A diferença crucial entre a direita e a esquerda é que a direita prospera ao aprofundar divisões na sociedade ("nós" contra "eles") enquanto a esquerda, quando bem sucedida, supera estas clivagens mediante reformas que representam pontes. Daí o paradoxo de que as ondas anteriores de reformas de esquerda (o keynesianismo, social-democracia, estado de bem-estar) salvaram o capitalismo de si mesmo e, na prática, tornaram a si mesmas supérfluas. Na ausência de renovada resposta, o campo ficará aberto para populistas e grupos de extrema-direita, que levarão o mundo – como sempre – a divisões mais profundas e conflitos mais frequentes.

Manifesto DIEM 25

<https://diem25.org/manifesto-versao-longa/>

Apesar de todas as suas preocupações com a competitividade global, os fluxos migratórios e o terrorismo, só uma perspectiva apavora verdadeiramente os Poderes da Europa: a Democracia!

UM MANIFESTO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA EUROPA

Apesar de todas as suas preocupações com a competitividade global, os fluxos migratórios e o terrorismo, só uma perspectiva apavora os Poderes da Europa: a Democracia! Eles falam em nome da democracia mas só para a recusar, exorcizar e suprimir na prática. Eles procuram cooptar, evitar, corromper, mistificar e manipular a democracia, para quebrar o seu ânimo e paralisar as suas possibilidades.

Porque o poder do povo, o governo do demos é o pesadelo compartilhado:

- *pela burocracia de Bruxelas (com os seus mais de 10.000 lobistas)*
- *pelas brigadas dos seus serviços de inspecção e da Troika que formaram conjuntamente com tecnocratas não eleitos de instituições europeias e internacionais*
- *pelo poderoso Eurogrupo que não tem existência em qualquer lei ou tratado*
 - *pelos banqueiros dos bancos salvos da falência com o dinheiro dos contribuintes, os gestores de fundos e as oligarquias ressurgentes perpetuamente desdenhosas da arraia-miúda*
 - *pelos partidos políticos que fazem apelo ao liberalismo, à democracia, à liberdade e à solidariedade para traírem os seus princípios mais básicos quando chegam ao governo*

- pelos governos que alimentam uma desigualdade cruel ao desenvolverem uma austeridade autodestrutiva
- pelos magnatas da comunicação social que transformaram a sua propaganda do medo numa forma de arte e numa magnífica fonte de poder e lucro
- pelas empresas em conluio com agências públicas sigilosas que investem no mesmo medo para promover o secretismo e uma cultura de intimidação que verguem a opinião pública às suas imposições.

A União Europeia foi uma realização excepcional, que juntou pacificamente povos europeus que falam línguas diferentes e estão imersos em culturas diferentes, provando que era possível criar um quadro comum em todo um continente que ainda não há muito tempo era um albergue do chauvinismo mortífero, do racismo e da barbárie. A União Europeia poderia ter sido o conhecido « farol na escarpa » que mostrasse ao mundo como é que a paz e a solidariedade podem ser salvas das goelas de séculos de conflito e fanatismo.

Lamentavelmente, hoje, uma burocracia comum e uma moeda comum dividem os povos europeus que tinham começado a unir-se, apesar das suas línguas e culturas diferentes. Uma confederação de políticos míopes, de funcionários eivados de uma concepção simplória da economia e de peritos financeiros incompetentes submetem-se servilmente aos decretos dos conglomerados industriais e financeiros, alienando os Europeus e acirrando uma perigosa reacção antieuropeia. Povos orgulhosos estão a ser virados uns contra os outros. **O nacionalismo, o extremismo e o racismo estão de novo a ser despertados.**

No cerne da nossa União Europeia em desintegração reside um embuste e é ele o culpado: um processo decisório opaco, altamente político e que procede de cima para baixo é-nos apresentado como sendo “apolítico”, “técnico”, “processual” e “neutro”. O seu propósito é impedir que os Europeus exerçam o seu controlo democrático sobre o seu dinheiro, as suas finanças, as suas condições de trabalho, o seu meio ambiente.

O preço a pagar por este embuste não é apenas o fim da democracia, são também políticas económicas medíocres.

- As economias da Eurozona têm vindo a abeirar-se a passo de marcha do abismo da austeridade competitiva cujo resultado é

uma recessão permanente nos países mais fracos e um investimento diminuto nos países nucleares

- *Os Estados membros da UE que estão fora da Eurozona estão desorientados, procurando inspiração e parceiros em lugares suspeitos, onde são por via de regra acolhidos jubilosamente com tratados opacos e coercivos de comércio livre que minam a sua soberania*
- *Uma desigualdade sem precedentes, uma esperança em declínio e a misantropia florescem por toda a Europa.*

Duas medonhas opções dominam tudo:

- *o recuo para o casulo protector dos nossos Estados-nações*
- *ou a rendição à zona imune à democracia de Bruxelas*

Tem de haver outro caminho. E há!

É o caminho ao qual a Europa oficial resiste com todas as fibras da sua mentalidade autoritária.

Um surto de democracia!

*O nosso movimento, **DiEM25**, procura suscitar esse surto.*

*A força motivadora do **DiEM25** é uma ideia simples e radical :*

Democratizar a Europa! Porque, de duas uma: ou a UE será democratizada, ou desintegrar-se-á!

O nosso objectivo de democratizar a Europa é realista. *Não é mais utópico do que foi a construção inicial da União Europeia. Na verdade, é menos utópico do que a tentativa de manter viva a actual União Europeia antidemocrática e em fragmentação.*

O nosso objectivo de democratizar a Europa é extremamente urgente, porque, sem um começo rápido, pode ser impossível neutralizar em tempo útil a resistência institucionalizada a este propósito, antes de a Europa chegar ao ponto de não retorno.

Damos-lhe uma década, até 2025.

Se não formos capazes de democratizar a Europa no prazo máximo de uma década, se os poderes autocráticos da Europa conseguirem paralisar a sua democratização, então a Europa desmonorar-se-á sob o peso da sua [arrogância que leva aos excessos fatais], estilhaçar-se-á e a sua queda causará inenarráveis provasções em toda a Europa – e não apenas na Europa.

**POR QUE É QUE A EUROPA ESTÁ A PERDER A SUA
INTEGRIDADE E A SUA ALMA?
O QUE É QUE TEM DE SER FEITO? O NOSSO HORIZONTE
QUEM TRARÁ A MUDANÇA?
O NOSSO COMPROMISSO**

1.) **NT:** *as iniciais EFP (european foreign policy) constituem em inglês um acrónimo com um significado de cariz sexual.*

Como o Partido Syriza é o mais significativo deste grupo, é interessante ler este depoimento que demonstra suas origens, composição e práxis, similar à da Fraternidade Muçulmana, que opera nos países árabes, e muito diferente daquela ideia de dique corporativo, muito ao gosto da velha esquerda comunista tradicional:

O **Syriza** não é uma coisa única: há no seu interior, trotskistas e lutadores de correntes comunistas diversas, por exemplo. Ouvi e li um médico grego, um trotskista de uns 58, 60 anos, que contou como a organização dele que compõe o Syriza recuperou o trabalho de base na Grécia. Eu fico comovida com isso, porque o que eles fizeram foi o básico e pelo básico reconquistaram as pessoas para acreditarem que há um projeto possível de transformação da sociedade. O trabalho de base era o seguinte: eles formavam brigadas, iam para as feiras livres com carrinho e conversavam com os produtores médios que estavam nas feiras, explicando que havia naquele lugar não sei quantas pessoas passando fome.

Organizavam-se por regiões, começaram a visitar as pessoas que estavam no mais brutal sofrimento — com toda essa propaganda ideológica, a pessoa vai deprimindo, achando que ela é o problema: como o professor **José Paulo Netto** escreveu lindamente, é preciso culpabilizar as pessoas, para quebrar a estima de alguém para a luta, você tem que dizer que ela é uma nulidade, responsabilizá-la por sua triste situação de vida. Aquelas equipes, grupos, começaram a redistribuir cestas de alimentação que recolhiam nas feiras e levavam à casa das pessoas. Não tinha Estado, a família já não podia socorrer, não havia para onde correr. Mas quando uma pessoa passa a comer porque pessoas solidárias de uma organização levavam comida, isso não tem volta. Eles não estavam ali para pedir o voto, estavam organizando a base para ela lutar. Eles atuavam na alimentação, na saúde geral e na saúde mental. Porque o nível de depressão e suicídio era grande: em três anos, foram 6 mil suicídios. Pessoas que perderam o emprego, não tinham o que comer, não tinham mais energia em casa. Seis mil suicídios foram declarados como consequência da miséria e da desesperança na Grécia. Eles começaram a recrutar psicólogos militantes com empregos também ruins que começaram a ajudar na abordagem que eles iam fazer às pessoas.

Como era organizado por bairro, por rua, eu conheço quais são as pessoas que estão deprimidas, sofrendo, no meu prédio. Então, eu indico que ali tem gente e aí vêm as brigadas, os grupos organizados. Ele dizia assim: “tirar a

*peessoa do fundo escuro da sua própria alma, porque ela foi quebrada por uma **crise econômica**, é ganhar uma fidelidade que ninguém consegue destruir”. Esse médico disse que trabalhava no seu emprego estatal, onde teve salário reduzido, e entrou nisso — na verdade, ele liderou uma dessas linhas. Iam para os lugares e começavam a atender as pessoas, como se fosse um médico de família, só que não era do Estado porque o Estado se reduziu tanto que não conseguia mais atender. Então, os médicos trabalhavam e continuavam a trabalhar depois do horário para atender essas pessoas que estavam doentes. Além do mais, é um país frio, que tem um inverno de cinco meses. Já pensou tomar banho, cozinhar, se não tem água? Não tem gás, não tem energia, não tem a dignidade de um banho. A primeira medida do Syriza depois de eleito foi religar a **energia elétrica gratuita** em 400 mil casas, perdoadada a dívida. As pessoas vão ter acesso à energia sem pagar, porque não têm como pagar.*

Sara Granemann in Entrevista UNISINOS - 28 de maio de 2015

<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/543038-europa-se-latinoamericaniza-e-troca-estado-de-bem-estar-por-politica-social-a-brasileira-diz-professora>

A Esquerda europeia

<http://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/mario-soares/interior/a-esquerda-europeia-2489340.html>

Mario Soares – 08 maio , 2012

1. Não sou profeta. Mas espero que a Esquerda europeia saiba aproveitar a oportunidade que a crise global, paradoxalmente, lhe oferece, para se refundar (socialistas, sociais-democratas, trabalhistas, verdes) e, em diálogo estreito com o movimento sindical, readquirir o lugar que teve, no passado, nos Governos europeus e que, infelizmente, para o futuro europeu, tem vindo a perder.

Também espero, embora com menor convicção, confesso, que a Democracia Cristã, a outra família política que, com o socialismo democrático, ajudou a construir e a desenvolver o projeto europeu, possa reaparecer, com força, para o progresso da Europa. Porquê menos convicção? Porque a Igreja de Bento XVI não é a mesma de Leão XIII, de João XXIII ou de Paulo VI do Concílio Vaticano II. Apesar de manter, como não podia deixar de ser, a doutrina social da Igreja - e combater a democracia liberal, em favor da democracia social - evita, creio, que se crie, como no passado, um relacionamento partidário estreito que lhe pode retirar a simpatia dos outros movimentos políticos...

De qualquer modo, tanto a social-democracia como a democracia cristã perderam importância política na Europa, nos últimos anos, em favor do populismo ultra-conservador e da ideologia neoliberal. Alguns autores falam de nacionalismo egoísta extremo e do possível regresso a uma forma de fascismo, embora de cunho diferente do passado, como no caso de Mussolini ou de Hitler...

Foi no que deu, depois do colapso do universo comunista, de se afirmar a globalização desregulada e do reaparecimento em força da ideologia neoliberal: criou-se um capitalismo sem valores éticos, dito de casino, e uma economia virtual - e não real - expressa nos paraísos fiscais, nos mercados usurários e nas empresas de 'rating', que dominam os Estados, afirmando como único valor, o dinheiro.

Foi esse economicismo que desencadeou a crise global, a qual começando nos Estados Unidos, nos anos finais de Bush, Filho, contagiou depois a União Europeia. Os partidos europeus ultraconservadores dominantes adoptaram a mesma ideologia que provocou a crise, para agora a quererem dominar, através da austeridade, obedecendo aos mercados e, para tanto, destruindo o Estado Social e continuando a favorecer os grandes interesses egoístas de sempre...

Tarefa que está a revelar-se impossível, uma vez que a crise se prolonga e agrava, todos os dias, demonstrando à evidência o erro colossal que os dirigentes europeus, por incapacidade ou medo, estão irresponsavelmente a cometer ou a deixar cometer. Assim, se a União, perdido o sentido da solidariedade inter-Estados europeus, não mudar de paradigma e de comportamento, cairá inevitavelmente no abismo, como já advertiram grandes europeístas como: Helmut Schmidt, Helmut Kohl, Jacques Delors, Romano Prodi, Felipe Gonzalez e muitos outros.

Nos últimos tempos, a União Europeia perdeu o Estado de bem-estar, tornou as pessoas mais desiguais, abandonou o valor da coesão social, fez reformas - ou, melhor dito, contra-reformas - que afetam gravemente idosos e doentes, cortou dinheiro ao ensino para todos e às universidades, pôs em causa o valor da dignidade no trabalho, do Serviço Nacional de Saúde, do Estado de direito e, fundamentalmente, a própria paz. Deixaram-se cair os valores éticos e permitiu-se a concentração do dinheiro - como querem os neo-liberais - cada vez mais, nas mãos dos privilegiados. Assistimos, assim, não só a um recuo civilizacional imenso, como ao aumento do desespero, provocado pelo desemprego e pelo empobrecimento da classe trabalhadora e da própria classe média. O que pode gerar muita agitação violenta, o aumento dos suicídios (como tem vindo a acontecer) e cada vez mais criminalidade organizada.

Refundar a Esquerda

2. É neste ponto que entra a necessidade da refundação da Esquerda Socialista. Não só para procurar manter o Estado Social e a sociedade de bem-estar, que nos trouxe a paz e o bom entendimento, nos últimos trinta anos, antes da crise, como terá que reduzir a austeridade, ao estritamente necessário, e diminuir drasticamente a recessão e o desemprego. Dois flagelos que temos perante nós, europeus. Na verdade, só com um novo modelo de desenvolvimento - que ponha as pessoas em primeiro lugar e não o dinheiro - poderemos esperar melhores dias e sair da crise, que tanto nos afeta. Hoje, já não se trata só de países como a Grécia, a Irlanda ou Portugal serem as vítimas da crise. É toda a União Europeia que está à beira do caos, a começar pela Itália, a Espanha, a França, o Reino Unido e a própria Alemanha, que estão a perceber - e de que maneira! - onde o neoliberalismo nos meteu...

Claro que a Esquerda é hoje diferente do passado. Precisamos de voltar aos nossos valores, sem perder de vista as novas carências sociais e políticas de uma sociedade em rapidíssima mudança.

Estamos num momento em que a União Europeia, numa crise profunda e a querer sair dela, é ainda governada por aqueles que a provocaram. É indispensável e inevitável mudar. Porque se assim não for, assistiremos à desagregação e ao caos. Ao contrário do que se passava há um ano, o "Povo europeu" tem hoje uma percepção clara do beco sem saída em que o meteram. E quer a mudança. Mas qual? E em que sentido? Tem ainda desconfianças e dúvidas. Por isso não tem estado ainda mobilizado, a não ser para o protesto.

É, por isso, que a família socialista - se quiser subsistir ela própria - tem de aproveitar a Oposição em que se encontra, para definir, com clareza, a alternativa que se impõe à austeridade que nos livrará da crise e que pode renovar a sociedade de bem-estar. Não há dinheiro? Há sempre, desde que haja vontade política para o arranjar. Mantendo uma alternativa europeia concertada e não só nacional. Com uma democracia europeia que, de momento, está a ser, propositadamente, debilitada. Mas também aprofundar a Democracia, obrigatória em todos os Estados nacionais.

Contudo, o Socialismo Democrático, devemos reconhecê-lo, nos anos sombrios de Bush, embarcou no economicismo da "terceira via" defendido por Tony Blair.

Em Portugal, por exemplo, sempre tivemos, além do socialismo democrático, partidos da Esquerda radical, comunista, mais fechada hoje do que nos tempos de Cunhal (que tinha uma grande flexibilidade tática) e a Esquerda bloquista que ficou, eleitoralmente, entalada ente os partidos comunista e socialista. Mas afirmou-se ainda a Esquerda não partidária, cidadã e a Esquerda dos "indignados", com laivos anarco-populistas.

A refundação socialista deve afirmar-se de novo atrativa, voltando aos seus valores de sempre mas sendo capaz de dialogar em permanência com o movimento sindical, no seu conjunto, com os verdes, tão dispersos e estranhos aos partidos, e adaptar-se às novas realidades do mundo de hoje, para poder sair da crise institucional, social, económica e política, carente de valores e de dirigentes capazes. Foi assim que os próprios militantes nacionais algumas vezes se enganaram de partido, faltando-lhes a

sensibilidade social e a vontade política para diminuir as desigualdades, entre as pessoas e os Estados e, acima de tudo, conservando sociedades de bem-estar.

A Esquerda, em tempo de eleições

3. Até há poucos meses a Esquerda europeia estava bloqueada e hesitante. Nos últimos meses, por exemplo, na Península Ibérica os dois Estados peninsulares - Espanha e Portugal -, governados por partidos socialistas, perderam as eleições legislativas, em favor de partidos e coligações de Direita. Passaram alguns meses. Mas a austeridade que ambos os Governos preconizam tem vindo a provocar um profundo descontentamento nas populações, dado terem percebido que os cortes obrigados pela troika, em Portugal, ou pela ideologia neoliberal do Governo espanhol, não só não resolvem os problemas gravíssimos com que se confrontam, como os agravam, cada dia.

Algumas oposições socialistas europeias entenderam-se, pela primeira vez, em Roma, onde um Presidente notabilíssimo, Giorgio Napolitano, conseguiu a proeza de substituir sem dificuldade Silvio Berlusconi, por um tecnocrata conhecedor dos problemas políticos, Mário Monti. Foi então, em Roma, que se reuniram alguns dirigentes socialistas e sociais-democratas, representando os partidos: alemão, francês, austríaco, belga, português, grego e salvo erro, espanhol, para debater as novas responsabilidades da família socialista europeia.

François Hollande, que ganhou as eleições presidenciais, por uma boa maioria, no domingo passado, esteve presente na reunião de Roma e afirmou, como se sabe, uma doutrina de mudança alternativa para a União Europeia.

Houve também, mais ou menos ao mesmo tempo, eleições na Grécia, na Sérvia, no Reino Unido e na Alemanha. As eleições deram resultados diferenciados, mas todos significativos. Na Alemanha, em Schleswig-Holstein, a chanceler Merkel e a CDU, apesar de terem ganho, tiveram o resultado pior, desde 1950. O que pode abrir portas a uma coligação à esquerda. Foi um resultado importante para a Esquerda.

Na Grécia ganhou, como se esperava, a Direita e também a Esquerda radical. O PASOK - que tanto lutou, com George Papandreou, para evitar o colapso anunciado - situou-se como o

terceiro partido, atrás da extrema Esquerda e da Direita, principal responsável da crise, a seguir, obviamente, à chanceler Merkel...

Na Sérvia não tive modo de conhecer o resultado. Foi, salvo erro, um empate entre Esquerda e Direita. Mas na França, como escrevi acima, deu-se a vitória esperada do PSF, a caminho de se refundar. Foi um sinal que deve ser respeitado de que a União Europeia está a mudar, irreversivelmente. Tenhamos, pois, confiança, e mobilizemo-nos para os combates (pacíficos, creio) que aí vêm.

O discurso da vitória

4. Foi notabilíssimo o discurso de vitória do vencedor François Hollande, líder do Partido Socialista francês, humanista, socialista e republicano dos sete costados, amigo próximo de François Mitterrand. Disse, no fundo, como "homem normal", que se intitula, o que o Povo de Esquerda queria ouvir: a defesa do Estado Social, a luta contra as desigualdades e o desemprego, o aprofundamento da democracia e do Estado de Direito, a defesa do ambiente, a luta contra o negociismo e os mercados usurários, a dignidade do trabalho e a defesa de uma Europa Política, Solidária e capaz de defender o euro, para nos fazer sair da crise global.

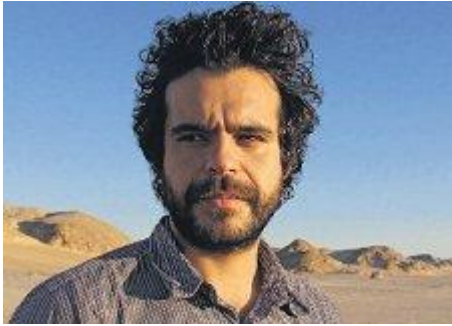
Eis a mudança esperada, que vai transformar a União Europeia e tornar um pouco melhor o mundo.

O que significa ser de esquerda hoje na Europa? – Entrevista com Paolo Gerbaudo

08/11/2013 – Copyleft - <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-que-significa-ser-de-esquerda-hoje-na-Europa-/4/29486>

A Carta Maior conversou sobre esse tema com Paolo Gerbaudo, pesquisador do Kings College, especialista nos novos movimentos sociais.

Marcelo Justo



Londres - Um dos resultados mais surpreendentes do estouro financeiro de 2008 e da crise econômica global que se seguiu a ele é que, na Europa, a esquerda não conseguiu capitalizar a imensa fratura social que se produziu. Apesar da aparição de movimentos como os Indignados na Espanha ou o Cinco Estrelas na Itália, e com a exceção do Syriza na Grécia, não ocorreu na Europa um avanço concreto da esquerda como alternativa de governo. Nas urnas predominou o voto castigo para quem estava no poder: mais da metade dos governos da União Europeia (UE) mudaram de sinal político. Além do desgaste do exercício do poder, esta resposta do eleitorado tem a ver com o fato de que a diferença entre direita e esquerda se reduziu, em muitos casos, a um neoliberalismo puro ou a um neoliberalismo com “face humana”.

A Carta Maior conversou sobre esse tema com Paolo Gerbaudo, pesquisador do Kings College, especialista nos novos movimentos sociais de autor de “Twits and the street”, para analisar o que significa hoje ser de esquerda na Europa.

CM: A esquerda não soube ou não pode aproveitar a atual crise para mudar a narrativa hegemônica neoliberal dominante desde a queda do Muro de Berlim. Há um problema de definição ideológica? O que significa, afinal, ser de esquerda

hoje

na

Europa?

PG: Temos dois tipos de esquerda que não guardam nenhuma relação entre si. Por um lado a esquerda movimentista com alguns partidos muito pequenos como o Refundazione na Itália e Die Linke na Alemanha. Por outro lado, há uma esquerda socialdemocrata convertida ao evangelho neoliberal que tem um discurso a favor das privatizações e do abandono da regulação da economia. Entre essa realpolitik socialdemocrata e uma esquerda radical de caráter doutrinário, não há nada.

CM: Mas antes da queda do muro também havia uma divisão entre duas esquerdas, os socialdemocratas e os comunistas. A diferença é que, naquele momento, estas divisões tinham uma forte definição programática e ideológica. Com a queda do muro, parece que essas definições desapareceram.

PG: Há uma confusão ideológica muito forte. Depois da crise de 2007-2008, se esperava um novo espaço para a esquerda para responder ao neoliberalismo, mas isso nunca se concretizou em um programa. Houve reações, a mais notável delas com o Syriza na Grécia, que conseguiu construir uma resposta radical capaz de legitimar-se em nível popular com uma política não só de questionamento da economia e das multinacionais, mas também do Estado e da estrutura política predominantes no atual marco neoliberal. Mas em geral houve uma incapacidade da esquerda de responder à nova estrutura de classes das sociedades pós-industriais europeias. Na Europa, cerca de 80% dos trabalhos estão no setor de serviços, muitos dos quais são de classe média. Pode-se dizer que a classe operária é hoje de aproximadamente 15%, mas as formas de organização da

esquerda ainda refletem o sistema produtivo industrial.

CM: Isso é do lado da própria esquerda. Mas em nível de sociedade parece haver uma mudança de época. Nos anos 60, 70 e mesmo nos 80 se discutia em termos ideológicos. Com a crise dos grandes relatos, este eixo perdeu muito peso. A sociedade mesma já não parece ter interesse nessas buscas programáticas alternativas.

PG: **Claramente há uma crise do espaço público e da definição do que é político.** O mito sobre a política que as gerações dos 60 e 70 tinham perdeu muita força. Agora o político está muitas vezes na conexão com a experiência pessoal, com a identidade social construída antes da política. Por exemplo, a maneira que o sistema afeta a vida dos trabalhadores precarizados, a insegurança ou a preocupação frente a um Estado que controla a vida das pessoas como estamos vendo agora no caso Snowden, algo que expõe também a crise de legitimidade do Estado. Estamos em um momento de transição entre o que havia antes da crise e o posterior.

CM: Do ponto de vista ideológico, a queda dos grandes relatos deixou todo o cenário a um relato, o neoliberal. O estouro da bolha de 2008 foi um ponto da crise desse relato, mas na falta de alternativas ele segue funcionando por inércia ou default.

PG: Vemos isso muito na Europa. Aqui na Inglaterra se impulsionam medidas como a privatização dos Correios rechaçada pela população, mas que é levada adiante porque tem uma aparência de racionalidade. E é certo que há certa inércia em como se segue levando adiante mais do mesmo. Mas é interessante que mesmo em um país tão à direita como o Reino Unido, vemos o

regresso de um discurso socialista ao espaço público e à política eleitoral. O líder do trabalhismo, Ed Miliband, propôs um congelamento das tarifas das empresas energéticas. É uma proposta populista que não muda as regras do jogo, mas é sintoma da mudança de debate público. De fato, as pesquisas dizem que a maioria dos ingleses está a favor da nacionalização dos serviços.

CM: O caso Miliband parece sintomático. Ele precisa mudar primeiro o eixo do debate público. E está conseguindo. Agora se fala da “crise do nível de vida” e não da racionalidade de uma medida. Isso parece preceder a apresentação de alternativas programáticas.

PG: Ainda que se permaneça no marco neoliberal, ou seja, que as empresas sigam em mãos privadas, essa mudança tem sua validade. Mas a lógica é similar aquela adotada por Obama na área da saúde. A lei da saúde nos Estados Unidos é um monstro que torna obrigatória a inscrição no sistema privado ao invés de fazer uma saúde pública. Ou seja, fica na metade do caminho. O desafio é ir mais além e propor estruturas econômicas e direitos fundamentais para controlar a atividade social. Syriza, na Grécia, é o único partido que está avançando neste caminho entre o idealismo e o pragmatismo. Além disso, não se vê nada.

A Itália é um desastre. O Partido Democrático, que é uma convergência entre os ex-comunistas e a esquerda católica, tem um discurso anticorrupção, antielitista, mas basicamente mantém um critério neoliberal promovendo uma eficiência maior do Estado e mais transparência. Na França, Hollande foi muito demagógico porque, além do imposto para os ricos, não propôs nenhuma mudança, não há um programa socialista. É como dizer que, com um pouco de redistribuição de renda, solucionamos todos os

problemas. E não é assim, Sem política econômica e industrial, sem criar postos de trabalho, não se pode avançar.

CM: Como se pode fazer isso na Europa? Porque falamos de países que podem pensar que não estão tão mal assim uma vez que estão entre os ricos do mundo.

PG: Essa mudança precisa acontecer simultaneamente em nível nacional e europeu. Com Hollande e a alta de impostos para os ricos, ocorreu que os ricos foram para outro país, de modo que sem uma coordenação política com outros países é muito difícil. Há coisas que estão ocorrendo neste nível de coordenação como a **Taxa Tobin para as transações financeiras**. Há muito mais o que fazer também na luta contra os paraísos fiscais ou em termos do imposto corporativo. Neste sentido, os movimentos sociais têm feito muito para mudar o debate público. No Reino Unido, Tax Uncut, que luta contra a evasão fiscal das corporações, foi uma maneira de estabelecer regras básicas da vida pública. Os indignados e outros movimentos têm feito o mesmo. **A questão é como passar do diagnóstico para a ação.** Precisamos de uma política socialista das redes em uma sociedade europeia pós-industrial.

CM: Tudo isso está gerando uma nova maneira de definir programaticamente a esquerda?

PG: Trata-se de propor uma defesa dos bens comuns como os serviços públicos, o transporte, o direito à cidade e à moradia. Precisamos de um socialismo que possa responder a uma necessidade de segurança em uma sociedade insegura, garantindo uma renda básica universal. Mas como dizia o historiador Eric Hobsbawm, estamos falando de uma economia mista. Não queremos retornar a um estado todo poderoso,

clientelista, corrupto, ineficiente. O setor público tem que estar controlado pela participação cidadã para que seja transparente. Isso é algo que começa a ser proposta em distintos lugares, seja em nível acadêmico ou em movimentos, como pelo 5 Estrelas da Itália com sua reivindicação da renda mínima, ou Partido X da Espanha que defende a participação pública como forma de controle.

CM: Há algum sinal de que a sociedade europeia esteja acompanhando estas ideias? Em muitos casos ela parece ter se movido mais para a direita, culpando os imigrantes, por exemplo.

PG: Há um risco muito claro para a democracia. Basta ver o que ocorre na Grécia com o movimento fascista Aurora Dourada. O problema é que não tem havido um consenso programático na esquerda que não construiu pontes com os movimentos sociais. Isso é o que precisa ser feito.

Tradução: Marco Aurélio Weissheimer

26/01/2017 17:13 - Copyleft

Nossa democracia está falida, rebaixada e desacreditada - mas há sempre maneiras de consertá-la

<http://cartamaior.com.br/?/Editorial/Economia/Nossa-democracia-esta-falida-rebaixada-e-desacreditada-mas-ha-sempre-maneiras-de-conserta-la/7/37624>

Trump e Brexit são respostas a um sistema político que está implodindo. Mas poderia um redesenho radical arrancá-la dos mentirosos?

George Monbiot

George Monbiot é um jornalista, escritor, acadêmico e ambientalista do Reino Unido. Escreve uma coluna semanal no jornal The Guardian. Biografia: *Captive State: The Corporate Takeover of Britain* [Wikipédia](#)



Rebaixada e sem bases: essa é a condição do nosso sistema político. Corrupto, ele não mais preenche seu potencial democrático. Também perdeu sua base: a população engajada politicamente a partir da qual a democracia supostamente deveria crescer. O sentido de apropriação foi erodido a tal ponto que, para milhões de norte-americanos, Donald Trump aparece como o melhor que o sistema pode oferecer.

Eu não culpo as pessoas por terem votado nele, ou no Brexit: são respostas a um sistema desacreditado e deturpado. Eleições capturadas pelo dinheiro, pelos lobistas e pela mídia; convergência de políticas entre os principais partidos, esmagando escolhas efetivas; esvaziamento dos parlamentos e outras instituições políticas e a transferência de seus poderes para corpos incontáveis; estas são a fórmula perfeita para o alheamento e a desilusão. O aumento global de demagogos e claros mentirosos sugere que o

sistema construído nominalmente no consenso e na participação está implodindo.

Então como podemos fazer melhor? Poderia um sistema mais direto ser desenhado da madeira estragada da humanidade? Este é o segundo de minha série ocasional sobre possíveis soluções para as crises múltiplas que nos confrontam. Ele explora alguns dos meios pelo qual a democracia pode ser melhorada. Ao longo dos últimos meses, eu li dezenas de propostas, algumas transparentemente horríveis, outras bem boas. O resultado geral até aqui é este: não há fórmula mágica, nem plano único que poderia resolver nossos problemas democráticos sem criar piores ainda. Mas há muitas ideias, algumas delas que vale a pena mencionar e que poderiam melhorar nossa política.

A primeira mudança necessária é uma reforma radical no financiamento das campanhas (fundo político). O poder do dinheiro na política envenena tudo – até literalmente em alguns casos. Na minha coluna da semana passada, eu mencionei o paradoxo da poluição: as empresas mais sujas precisam gastar muito na política se não querem ser excluídas pela regulação, assim a política acaba sendo dominada pelas empresas mais sujas. E isso se aplica também fora do país. Os bancos desenham instrumentos financeiros duvidosos; indústrias farmacêuticas vendem drogas ultrapassadas; companhias de jogos buscam sufocar os controles; empresas alimentícias vendem porcarias “obesogênicas”; companhias de varejo exploram seus empregados; todas têm um incentivo extra para comprar espaço político que, num sistema justo, como todos,

se encontrariam sob pressão. O sistema cede para acomodar suas demandas.

Minha proposta para rever as finanças de campanha é brutalmente simples. Cada partido teria direito a cobrar a mesma pequena taxa por membro (talvez 50 libras ou dólares), que receberia então o mesmo montante do Estado, com um múltiplo fixo. Qualquer outro recurso financeiro político, direto ou indireto, seria ilegal. Isto forçaria os partidos a se reengajar com os eleitores. Muito caro? Nem um pouco. A corrupção de nossa política pelo dinheiro privado nos custa centenas mais que um sistema de financiamento em que pagássemos diretamente. Aquela corrupção que levou a crises financeiras causadas pelo fracasso dos políticos em regular os bancos, as crises no meio ambiente causados pelo poder político das empresas mais sujas, e os contratos lucrativos dos financiadores privados; e ainda sobrecarregados pelas indústrias farmacêuticas bem relacionadas.

A próxima reforma crucial é ajudar os eleitores a fazer escolhas informados. A Alemanha oferece um ótimo exemplo de como isso pode ser feito: sua agência federal para a educação cívica publica oferece guias para os assuntos políticos chaves, confiáveis mas acessíveis, organiza festivais de cinema, e teatro, organiza viagens e competições, e busca engajar grupos que dão as costas para a política democrática. Milhões confiam e a consultam.

A Suíça oferece o melhor exemplo do próximo passo: seu sistema de voto inteligente apresenta uma lista de escolhas políticas, então com os quais você concorda ou discorda, então compara suas respostas com as políticas dos partidos e dos candidatos que disputam as eleições. Então, produz um gráfico mostrando qual posição corresponde mais a seu interesse. Há excelente tecnologia

cívica produzida por grupos voluntários (como O Clube Democrático, “Crowdpac”, e o “ no Reino Unido). Mas sem o financiamento e a capacidade do Estado, ele teria dificuldades para atingir as pessoas que não são já bem informadas.

Uma vez que estas reformas sejam feitas, o próximo passo é mudar a arquitetura. Como ambas eleições, a presidencial norte-americana (distorcida pelo sistema de Colégio Eleitoral) e a geral inglesa (que permite que uma minoria do eleitorado possa ditar as regras para uma maioria), sugerem, esta deveria começar por uma mudança na representação proporcional. Idealmente, nas eleições parlamentares isto iria misturar o nacional com o local retendo ligações do distrito eleitoral, como o “voto único transferível” e o “sistema de membro adicional”.

Há muitas propostas para substituir a democracia representativa com seja sorteio (delegados escolhidos aleatoriamente) ou democracia direta (referendos e iniciativas de cidadãos). Tais sistemas poderiam ter funcionado bem em pequenas cidades-estado com um limitado direito de voto (sorteio era usado na velha Atenas e na Veneza medieval e Florença). Mas com populações amplas e complexas com as nossas, essas propostas são a fórmula para o desastre. É difícil ver como podemos escapar da necessidade de políticos profissionais e dedicados em tempo integral. (Talvez, em um sistema justo e responsável, possamos aprender a amá-los)

Mas eu acredito que ambos enfoques podem ser usados para equilibrar a democracia representativa. Sorteio pode ser visto como um serviço político como um júri, no qual os cidadãos escolhidos ao acaso são apresentados a testemunhos de especialistas e então solicitados a tomar decisões. Como uma ferramenta de consulta,

poderia manter a política representativa colada ao mundo real. Ele poderia ser usado para criar “convenções constitucionais”, nas quais propostas para melhorar o sistema político são exaustivamente discutidos. Pode, inclusive, haver alguma virtude na ideia de uma segunda instância parlamentar (como a Câmara dos Lordes ou o Senado norte-americano) escolhida por segmento.

Mas precisamos estar atentos aos perigos. O primeiro experimento do governo de Westminster com jurados cidadãos (a tentativa de Gordon Brown de determinar se médicos cirurgiões poderiam ser substituídos por clínicas gigantes) foi corrompido de saída. Os jurados eram escolhidos a dedo e apresentados com evidências de partidarização, e, portanto, os resultados foram enterrados quando eles deram “errado”. Nenhum sistema é imune à fraude.

Uma vez que o financiamento político foi reformado, iniciativas eleitorais do tipo utilizados nos Estados Unidos – se você angariar assinaturas suficientes, pode demandar uma eleição – tornam-se poderosos instrumentos políticos, permitindo que as pessoas proponham legislação sem esperar por seus representantes (sem as reformas seriam outro meio com que bilionários manipulam o sistema). Referendos em questões significativas, como nossa participação na União Europeia, sofrem com o desequilíbrio entre a complexidade do assunto e a simplicidade do instrumento: eles demandam níveis impossíveis de conhecimento político. Mas, para certas questões simples, em especial, questões locais – deveria uma nova estrada ser construída? Deve um certo conjunto de apartamentos ser demolido? – eles podem, se desenhados cuidadosamente, ampliar a transparência política.

Também, ao nível local, o método chamado de “sociocracia” pode melhorar a democracia. Este é um sistema desenhado para

produzir decisões inclusivas mas unânimes, ao encorajar membros de um grupo para manter objetando a uma proposta até que, entre eles, produzam uma resposta todos possam conviver com ela. Uma versão desenhada pela firma Endergurg Electronics na Holanda foi amplamente utilizada por empresas e cooperativas. Não é difícil ver que produz melhores decisões que o usual encontro com autoridades locais. Mas é difícil imaginar como pode ser ampliado sem perda de inteligibilidade .

Fazer qualquer um desses mecanismos acontecer...bem, isso é o desafio. Eu voltarei a isso nas próximas colunas. Mas mudança ocorre quando se decide o que se quer, antes que o que pensamos poder conseguir. Uma democracia que funcione é uma demanda ultrajante?

LÍDERES DE ESQUERDA LANÇAM MOVIMENTO PARA 'REFUNDAR' UNIÃO EUROPEIA

<http://www.brasil247.com/pt/247/mundo/216423/L%C3%ADderes-de-esquerda-lan%C3%A7am-movimento-para-'refundar'-Uni%C3%A3o-Europeia.htm>



Ex-ministro de Finanças da Grécia Yanis Varoufakis apresentou nesta terça-feira, 9, em Berlim, o Movimento Democracia na Europa 2025 (DiEM25), que pretende ser uma plataforma de coesão dos partidos de esquerdas do continente; DiEM25 busca atuar contra o endividamento público, o sistema bancário, o investimento insuficiente, a política migratória da UE e o aumento da pobreza; assinaram o manifesto políticos, intelectuais como o pensador americano Noam Chomsky, o político de esquerda alemão Oskar Lafontaine e a prefeita de Barcelona, Ada Colau, do partido espanhol Podemos

9 DE FEVEREIRO DE 2016 ÀS 21:35 // [RECEBA O 247 NO TELEGRAM](#) 

Do [Opera Mundi](#) - O ex-ministro de Finanças da Grécia Yanis Varoufakis apresentou nesta terça-feira (09/02), em Berlim, o DiEM25 (Movimento Democracia na Europa 2025), que pretende ser uma plataforma de coesão dos partidos de esquerdas do continente e lutar contra "uma ditadura de tecnocratas e mais de 10 mil lobistas".

Entre os políticos e intelectuais que assinam o manifesto de formação do DiEM25 estão Oskar Lafontaine (político alemão de esquerda), Jean-Luc Mélenchon (líder da Frente de Esquerda da França), Zoe Konstantopoulou (ex-presidente do Parlamento grego), Stefano Fassina (deputado da esquerda italiana), Noam Chomsky (intelectual norte-americano), Ken Loach (cineasta britânico), Gerardo Pisarello (escritor argentino e advogado), Ada Colau (prefeita de Barcelona e membro do partido-movimento espanhol Podemos) e Nacho Álvarez (da Executiva do Podemos).

Em entrevista coletiva, Varoufakis afirmou que "o caminho de criar partidos políticos dentro de um determinado país é o caminho errado". "Se nossa análise estiver correta, então o que precisamos é um movimento que vá além das fronteiras", acrescentou o político grego.

De acordo com Varoufakis, é preciso criar uma "mesa metafórica" onde os europeus discutam os problemas atuais e lutem contra a renacionalização da política e o que ele vê como um processo desintegrador: "a UE está se desintegrando e está fazendo isso muito rapidamente", advertiu.

"Não temos controle democrático sobre nosso dinheiro, sobre as finanças, as condições de trabalho e o meio ambiente". O DiEM25 busca atuar contra o endividamento público, o sistema bancário, o

investimento insuficiente, a política migratória da UE e o aumento da pobreza que, de acordo com Varoufakis, são as cinco crises que afetam a Europa.

A origem do problema, observa Varoufakis, está em uma despolitização das decisões europeias que são deixadas nas mãos de burocratas e que são tomadas à margem dos processos democráticos.

Constituição

Assim, para o político grego, a solução passa por uma democratização da Europa, objetivo principal do manifesto apresentado nos dias anteriores, no qual se desenha um processo ao término do qual deveria estar a criação de uma Constituição europeia.

"Se queremos uma unidade política, se queremos traspassar soberania a um estado federal europeu, esse estado precisa de uma Constituição", disse.

Para a formulação de uma Carta Magna europeia, a proposta do DiEM25 é realizar um referendo continental em 2025 que substituiria os atuais tratados vigentes no continente.

Para isso, em sua opinião, se requer uma coalizão à qual convidou a participar "gente de esquerda, liberais, verdes e radicais" centrada na convicção de que a democracia tem que estar no centro dos processos europeus.

A apresentação oficial estará precedida de três debates a portas fechadas com representantes de movimentos de esquerda de diversos países europeus.

A Esquerda do futuro: uma sociologia das emergências

<http://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FPolitica%2FA-Esquerda-do-futuro-uma-sociologia-das-emergencias-%2F4%2F35257>

A máquina fatal do neoliberalismo continua a produzir medo em larga escala. As esquerdas são a areia que pode emperrar essa engrenagem.

Boaventura de Sousa Santos



O futuro da esquerda não é mais difícil de prever que qualquer outro fato social. A melhor maneira de o abordar é fazer o que designo por sociologia das emergências. Consiste esta em dar atenção especial a alguns sinais do presente por ver neles tendências ou embriões do que pode vir a ser decisivo no futuro. Neste texto, dou especial atenção a um facto que, por ser incomum, pode sinalizar algo de novo e importante. Refiro-me aos pactos entre diferentes partidos de esquerda.

Os Pactos

A família das esquerdas não tem uma forte tradição de pactos. Alguns ramos desta família têm mais tradição de pactos com a direita do que com outros ramos da família. **Dir-se-ia que as divergências internas na família das esquerdas são parte do seu código genético,** tão constantes têm sido ao

longo dos últimos duzentos anos. Por razões óbvias, as divergências têm sido mais extensas ou mais notórias em democracia. **A polarização vai por vezes ao ponto de um ramo da família não reconhecer sequer que o outro ramo pertence** à mesma família. Pelo contrário, em períodos de ditadura têm sido frequentes os entendimentos, ainda que terminem mal termina o período ditatorial. À luz desta história, merece uma reflexão o facto de em tempos recentes termos vindo assistir a um movimento pactista entre diferentes ramos das esquerdas em países democráticos. A Europa do Sul é um bom exemplo: a unidade em volta do Syriza na Grécia, apesar de todas as vicissitudes e dificuldades; o governo liderado pelo Partido Socialista em Portugal com o apoio do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda no rescaldo das eleições de 4 de Outubro de 2015; alguns governos autonómicos em Espanha, saídos das eleições de 2015 e, no momento em que escrevo, a discussão sobre a possibilidade de um pacto a nível nacional entre o Partido Socialista, o Podemos e outros partidos de esquerda em resultado das eleições legislativas de 6 de dezembro de 2015. Há sinais de que noutros espaços da Europa e na América Latina possam vir a surgir num futuro próximo pactos semelhantes.

Duas questões se impõem.

Porquê este impulso pactista em democracia?

Qual a sua sustentabilidade?

A primeira pergunta tem uma resposta plausível. No caso da Europa do Sul, a agressividade da direita no poder nos últimos cinco anos (tanto a nacional, como a que veste a pele das "instituições europeias") foi tão devastadora para os direitos de cidadania e para a credibilidade do regime democrático que as forças de esquerda começam a ficar convencidas de que as novas ditaduras do século XXI vão surgir sob a forma de democracias de baixíssima intensidade. Serão ditaduras que se apresentam como ditamoles ou democraduras: a

governabilidade possível ante a iminência do suposto caos nos tempos difíceis que vivemos, o resultado técnico dos imperativos do mercado e da crise que explica tudo sem precisar de ser, ela própria, explicada. O pacto resulta de uma leitura política de que o que está em causa é a sobrevivência de uma democracia digna do nome e de que as divergências sobre o que tal significa têm agora menos premência do que salvar o que a direita ainda não conseguiu destruir.

A segunda pergunta é mais difícil de responder. **Como dizia Espinosa, as pessoas (e eu diria, também as sociedades) regem-se por duas emoções fundamentais: o medo e a esperança.** O equilíbrio entre elas é complexo mas precisamos das duas para sobreviver. **O medo domina quando as expectativas de futuro são negativas** ("isto está mau mas o futuro pode ser pior"); por sua vez, **a esperança domina quando as expectativas de futuro são positivas** ou quando, pelo menos, o inconformismo com a suposta fatalidade das expectativas negativas é amplamente partilhado. Trinta anos depois do assalto global aos direitos dos trabalhadores; da promoção da desigualdade social e do egoísmo como máximas virtudes sociais; do saque sem precedentes dos recursos naturais e da expulsão de populações inteiras dos seus territórios e da destruição ambiental que isso significa; do fomentar da guerra e do terrorismo para criar Estados falhados e tornar as sociedades indefesas perante a espoliação; da imposição mais ou menos negociada de tratados de livre comércio totalmente controlados pelos interesses das empresas multinacionais; da supremacia total do capital financeiro sobre o capital produtivo e sobre vida das pessoas e das comunidades – depois de tudo isto, combinado com a defesa hipócrita da democracia liberal, é plausível concluir que o neoliberalismo é uma máquina imensa de produção de expectativas negativas para que as classes populares não saibam as verdadeiras razões do seu sofrimento, se conformem com o pouco que ainda têm e sejam paralisadas pelo pavor de o perder.

O movimento pactista no interior das esquerdas é o produto de um tempo, o nosso, de predomínio absoluto do medo sobre a esperança.

Significará isto que os governos saídos dos pactos serão vítimas do seu êxito?

O êxito dos governos pactados à esquerda irá traduzir-se na atenuação do medo e no devolver de alguma esperança às classes populares, ao mostrar, por via de uma governação pragmática e inteligente, que o direito a ter direitos é uma conquista civilizacional irreversível.

Será que, no momento em que voltar a luzir a esperança, as divergências voltarão à superfície e os pactos serão deitados para o lixo? Se tal acontecer, isso será fatal para as classes populares, que rapidamente voltarão ao silenciado desalento perante um fatalismo cruel, tão violento para as grandes maiorias quanto benévolo para as pequeníssimas minorias. Mas será também fatal para as esquerdas no seu conjunto, porque ficará demonstrado durante algumas décadas que as **esquerdas são boas para remendar o passado mas não para construir o futuro.** Para que tal não aconteça, dois tipos de medidas têm de ser levadas a cabo durante a vigência dos pactos. Duas medidas que não se impõem pela urgência da governação corrente e que, por isso, têm de resultar de vontade política bem determinada. Chamo às duas medidas: Constituição e hegemonia.

Constituição e Hegemonia

A Constituição é o conjunto de reformas constitucionais ou infraconstitucionais que reestruturam o sistema político e as instituições de maneira a prepará-los para possíveis embates com a ditadura e o projecto de democracia de baixíssima intensidade que ela traz consigo. Consoante os países, as reformas serão diferentes, como serão diferentes os mecanismos utilizados. Se nalguns casos é possível reformar a Constituição com base nos parlamentos, noutros será necessário convocar **Assembleias Constituintes originárias**, dado que os parlamentos seriam o obstáculo maior a qualquer reforma constitucional.

Pode também acontecer que, num certo contexto, a "reforma" mais importante seja a defesa activa da Constituição existente mediante uma renovada pedagogia constitucional em todas as áreas de governação. Mas haverá algo comum a todas as reformas: tornar o sistema eleitoral mais representativo e mais transparente; reforçar a democracia representativa com a democracia participativa. Os mais influentes teóricos liberais da democracia representativa reconheceram (e recomendaram) a coexistência ambígua entre duas ideias (contraditórias) que garantem a estabilidade democrática: por um lado, a crença dos cidadãos na sua capacidade e competência para intervir e participar activamente na política; por outro, um exercício passivo dessa competência e dessa capacidade mediante a confiança nas elites governantes. Em tempos recentes, e como mostram os protestos que abalaram muitos países a partir de 2011, a confiança nas elites tem vindo a deteriorar-se sem que, no entanto, o sistema político (pelo seu desenho ou pela sua prática) permita aos cidadãos recuperar a sua capacidade e competência para intervir activamente na vida política. Sistemas eleitorais enviesados, partidocracia, corrupção, crises financeiras manipuladas – eis algumas das razões para a dupla crise de representação ("não nos representam") e de participação ("não merece a pena votar, são todos iguais e nenhum cumpre o que promete"). As reformas constitucionais visarão um duplo objectivo: tornar a democracia representativa mais representativa; complementar a democracia representativa com a democracia participativa. De tais reformas resultará que a formação da agenda política e o controlo do desempenho das políticas públicas deixam de ser um monopólio dos partidos e passam a ser partilhados pelos partidos e por cidadãos independentes organizados democraticamente para o efeito.

O segundo conjunto de reformas é o que designo por hegemonia. Hegemonia é o conjunto de ideias sobre a sociedade e interpretações do mundo e da vida que, por serem altamente partilhadas, inclusivamente pelos grupos sociais que são prejudicados por elas, permitem que as elites políticas, ao apelarem para tais ideias e interpretações, governem mais por consenso do que por coerção,

mesmo quando governam contra os interesses objetivos de grupos sociais maioritários. A ideia de que os pobres são pobres por culpa própria é hegemónica quando é defendida, não apenas pelos ricos, mas também pelos pobres e pelas classes populares em geral. Nesse caso são, por exemplo, menores os custos políticos das medidas que visam eliminar ou restringir drasticamente o rendimento social de inserção. **A luta pela hegemonia das ideias de sociedade que sustentam o pacto entre as esquerdas é fundamental para a sobrevivência e consistência desse pacto.** Essa luta trava-se na educação formal e na promoção da educação popular, nos média, no apoio aos média alternativos, na investigação científica, na transformação curricular das universidades, nas redes sociais, na actividade cultural, nas organizações e movimentos sociais, na opinião pública e na opinião publicada. **Através dela, constroem-se novos sentidos e critérios de avaliação da vida social e da ação política (a imoralidade do privilégio, da concentração da riqueza e da discriminação racial e sexual; a promoção da solidariedade, dos bens comuns e da diversidade cultural social e económica; a defesa da soberania e da coerência das alianças políticas; a proteção da natureza)** que tornam mais difícil a contra-reforma dos ramos reacionários da direita, os primeiros a irromper num momento de fragilidade do pacto. Para que esta luta tenha êxito é preciso impulsionar políticas que, a olho nu, são menos urgentes e menos compensadoras. Se tal não ocorrer, a esperança não sobreviverá ao medo.

As aprendizagens globais

Se algo se pode afirmar com alguma certeza sobre as dificuldades por que estão a passar as forças progressistas na América Latina é que elas assentam no facto de os seus governos não terem enfrentado nem a questão da Constituição nem a questão da hegemonia. No caso do Brasil, este facto é particularmente dramático. Ele explica em parte que os enormes

avanços sociais dos governos da era Lula sejam agora tão facilmente reduzidos a meros expedientes populistas e oportunistas, inclusivamente por parte daqueles que deles beneficiaram. Explica também que os muitos erros que cometeram (foram muitos, a começar pela desistência da reforma política e da regulação dos média, e alguns erros deixam feridas abertas em grupos sociais importantes, tão diversos quanto os camponeses sem terra nem reforma agrária, os jovens negros vítimas do racismo, os povos indígenas ilegalmente expulsos dos seus territórios ancestrais, povos indígenas e quilombolas com reservas homologadas mas engavetadas, militarização das periferias das grandes cidades, populações rurais envenenadas por agrotóxicos, etc) não sejam considerados erros, passem em claro e até sejam convertidos em virtudes políticas ou, pelo menos, sejam aceites como consequências inevitáveis de uma governação realista e desenvolvimentista.

As tarefas incumpridas da Constituição e da hegemonia explicam ainda que a condenação da tentação capitalista por parte dos governos de esquerda se centre na corrupção e, portanto, na imoralidade e na ilegalidade do capitalismo e não na injustiça sistemática de um sistema de dominação que se pode realizar em perfeito cumprimento da legalidade e da moralidade capitalistas.

A análise das consequências da não resolução das questões da Constituição e da hegemonia é relevante para prever e prevenir o que se pode passar nas próximas décadas, não só na América Latina, como também na Europa e noutras regiões do mundo. Entre as esquerdas latino-americanas e da Europa do Sul tem havido nos últimos vinte anos canais de comunicação importantes que estão ainda por analisar em todas as suas dimensões. **Desde o início do orçamento participativo em Porto Alegre (1989), várias organizações de esquerda na Europa, Canadá e Índia (são estas as de que tenho conhecimento) começaram a dar muita atenção às inovações políticas que emergiam no campo das esquerdas em vários países da América Latina.** A partir do final da década de 1990, com a intensificação das lutas sociais, a subida ao poder de governos progressistas e as lutas por

Assembleias Constituintes, sobretudo no Equador e na Bolívia, tornou-se claro que uma profunda renovação da esquerda estava em curso e da qual havia muito que aprender. **Os traços principais dessa renovação eram os seguintes: a democracia participativa articulada com a democracia representativa, uma articulação de que ambas saiam fortalecidas; o intenso protagonismo de movimentos sociais de que o Forum Social Mundial de 2001 foi uma mostra eloquente; uma nova relação entre partidos e movimentos sociais; a entrada saliente na vida política de grupos sociais até então considerados residuais, nomeadamente camponeses sem terra, povos indígenas e povos afro-descendentes; a celebração da diversidade cultural, o reconhecimento do carácter plurinacional dos países e o propósito de enfrentar as insidiosas heranças coloniais sempre presentes. Este elenco é suficiente para evidenciar o quanto as duas lutas a que me tenho estado a referir (a Constituição e a hegemonia) estavam presentes neste vasto movimento que parecia refundar para sempre o pensamento e a prática de esquerda, não só na América Latina, como em todo o mundo.**

A crise financeira e política, sobretudo a partir de 2011, e o movimento dos indignados foram os detonadores de novas emergências políticas de esquerda na Europa do Sul em que as lições da América Latina estavam bem presentes, sobretudo a nova relação partido-movimento, a nova articulação entre democracia representativa e democracia participativa, a reforma constitucional e, no caso da Espanha, a questão da plurinacionalidade. O partido espanhol Podemos representa melhor do que qualquer outro esta aprendizagem, ainda que os seus dirigentes tenham estado desde a primeira hora bem conscientes das diferenças substanciais entre o contexto político e geopolítico europeu e o latino-americano.

O modo como essas aprendizagens se vão plasmar no novo ciclo político que está a emergir na Europa do Sul é, por agora, uma incógnita. mas desde já é possível especular o seguinte. Se é verdade que as esquerdas europeias

aprenderam com as muitas inovações das esquerdas latino-americanas, não é menos verdade (e trágico) que estas se "esqueceram" das suas próprias inovações e que, de uma ou de outra forma, caíram nas armadilhas da velha política onde as forças de direita facilmente mostram a sua superioridade dada a longa experiência histórica acumulada.

Se as linhas de comunicação se mantêm nos dias de hoje, e sempre salvaguardando a diferenças dos contextos, talvez seja tempo de as esquerdas latino-americanas aprenderem com as inovações que estão a emergir entre as esquerdas da Europa do Sul. Entre elas saliento as seguintes: **manter viva a democracia participativa dentro dos próprios partidos de esquerda como condição prévia à sua adoção no sistema político nacional em articulação com a democracia representativa; pactos entre forças de esquerda (não necessariamente apenas partidos) e nunca com forças de direita; pactos pragmáticos não clientelistas (não se discutem pessoas ou postos de governo mas políticas e medidas de governação), nem de rendição (articulando linhas vermelhas que não podem ser ultrapassadas com a noção de prioridades, ou, como se dizia dantes, distinguindo as lutas primárias das secundárias); insistência na reforma constitucional para blindar os direitos sociais e tornar o sistema político mais transparente, mais próximo e mais dependente de decisões cidadãos sem ter de esperar por eleições de quatro em quatro anos (reforço do referendium); e, no caso espanhol, tratar democraticamente a questão da plurinacionalidade.**

A máquina fatal do neoliberalismo continua a produzir medo em larga escala e, sempre que falta matéria prima, ceifa a esperança que pode encontrar nos recessos mais recônditos da vida política, social das classes populares, tritura-a, processa-a e transforma-a em medo do medo. As esquerdas são a areia que pode emperrar essa engrenagem majestática de modo a abrir as brechas por onde a sociologia das emergências fará o seu trabalho de formular e amplificar as tendências, os "ainda não", que apontam para um futuro digno

para as grandes majorias. Para isso, é preciso que as esquerdas saibam ter medo sem ter medo do medo. Saibam furtar rebentos de esperança à trituração neoliberal e plantá-los em terrenos férteis onde cada vez mais cidadãos sintam que podem viver bem, protegidos, tanto do inferno do caos iminente, como do paraíso das sirenes do consumo obsessivo. Para que isto aconteça, **a condição mínima é que as esquerdas permaneçam firmes nas duas lutas fundamentais, a Constituição e a hegemonia.**

Europa dos banqueiros. Artigo de Jürgen Habermas



“São os cidadãos, não os banqueiros, que têm de dizer a última palavra sobre as questões que afetam o destino europeu”.

<https://radicaldemocracia.wordpress.com/2015/06/29/o-governo-dos-banqueiros-artigo-de-jurgen-habermas/>

O comentário é de Jürgen Habermas, filósofo e escritor alemão em artigo publicado no jornal *El País*, 28-06-2015. Habermas lembra que “a Alemanha deve o impulso inicial para sua decolagem econômica, do qual ainda se alimenta hoje, à generosidade dos países credores que no Tratado de

Londres, de 1954, perdoaram mais ou menos a metade de suas dívidas”.

Segundo ele, “o acordo não está fracassando por causa de alguns bilhões a mais ou a menos, nem por causa de um ou outro imposto, mas unicamente porque os gregos exigem que a economia e a população explorada pelas elites corruptas tenham a possibilidade de voltar a funcionar através da quitação da dívida ou uma medida equivalente, como, por exemplo, uma moratória dos pagamentos vinculada ao crescimento”.

Eis o artigo.

A última sentença do **Tribunal de Justiça Europeu** [que permite ao **Banco Central Europeu (BCE)** comprar dívida soberana para combater a crise do euro] lança uma luz prejudicial sobre a falida construção de uma união monetária sem união política. No verão de 2012, todos os cidadãos tiveram que agradecer a **Mario Draghi**, presidente do **BCE**, que com uma só frase [“farei o necessário para sustentar o euro”] salvou a moeda das desastrosas consequências de um colapso que parecia iminente. Ele tirou do sufoco o **Eurogrupo** ao anunciar que, caso fosse preciso, compraria dívida pública em quantidade ilimitada. **Draghi** teve que dar um passo à frente porque os chefes de Governo eram incapazes de agir pelo interesse comum da Europa; todos estavam hipnotizados, prisioneiros de seus respectivos interesses nacionais.

Naquele momento, os mercados financeiros reagiram – diminuindo a tensão – diante de uma única frase, a frase com a qual o presidente do **BCE** simulou uma soberania fiscal que absolutamente não possuía. Porque agora, assim como antes, são os bancos centrais dos países-membros os que aprovam os créditos, em última instância. O Tribunal Europeu não pode referendar essa competição contrária ao texto literal dos tratados europeus; mas as consequências de sua sentença deixam implícito que o **BCE**, com escassas limitações, pode cumprir o papel de credor de última instância.

O tribunal abençoou um ato salvador que não obedece em nada à Constituição, e o Tribunal Constitucional alemão apoiará essa sentença acrescentando as sutilezas às quais estamos acostumados. Alguém poderia estar tentado a afirmar que os guardiões do direito dos tratados europeus se veem obrigados a aplicá-lo, ainda que indiretamente, para mitigar, caso a caso, as consequências indesejadas das falhas de construção da união

monetária. Defeitos que só podem ser corrigidos mediante uma reforma das instituições, conforme juristas, cientistas políticos e economistas vêm demonstrando há anos. A união monetária continuará sendo instável enquanto não for complementada pela união bancária, fiscal e econômica. Mas isso significa – se não quisermos declarar abertamente que a democracia é um mero objeto decorativo – que a união monetária deve se desenvolver para se transformar em uma união política. Aqueles acontecimentos dramáticos de 2012 explicam por que Draghi nada contra a corrente de uma política míope – até mesmo insensata, eu diria.

Estamos outra vez em crise com **Atenas** porque, já em maio de 2010, a chanceler alemã se importava mais com os interesses dos investidores do que com quitar a dívida para sanar a economia grega. Neste momento, evidencia-se outro déficit institucional. O resultado das eleições gregas representa o voto de uma nação que se defende com uma maioria clara contra a tão humilhante e deprimente miséria social da política de austeridade imposta ao país. O próprio sentido do voto não se presta a especulações: a população rejeita a continuação de uma política cujo fracasso as pessoas já sentiram de forma drástica em suas próprias peles. De posse dessa legitimação democrática, o Governo grego tentou induzir uma mudança de políticas na zona do euro. E tropeçou em **Bruxelas** com os representantes de outros 18 Governos, que justificam sua recusa remetendo friamente a seu próprio mandato democrático.

Recordemos os primeiros encontros, quando os novatos – que se apresentavam de maneira prepotente motivados por sua vitória arrebatadora – ofereciam um grotesco espetáculo de troca de golpes com os residentes, que reagiam em parte de forma paternalista, em parte de forma desdenhosa e rotineira. Ambas as partes insistiam como papagaios que tinham sido autorizadas cada uma por seu respectivo “povo”. A comicidade involuntária desse estreito pensamento nacional-estatal expôs com grande eloquência, diante da opinião pública europeia, aquilo que realmente é necessário: formar uma vontade política comum entre os cidadãos em relação com as transcendentais fraquezas políticas no núcleo europeu.

As negociações para se chegar a um acordo em **Bruxelas** travam porque ambas as partes culpam a esterilidade de suas conversas não às falhas de construção de procedimentos e instituições, mas

sim à má conduta de seus membros. O acordo não está fracassando por causa de alguns bilhões a mais ou a menos, nem por causa de um ou outro imposto, mas unicamente porque os gregos exigem que a economia e a população explorada pelas elites corruptas tenham a possibilidade de voltar a funcionar através da quitação da dívida ou uma medida equivalente, como, por exemplo, uma moratória dos pagamentos vinculada ao crescimento. Os credores, por outro lado, não cedem no empenho para que se reconheça uma montanha de dívidas que a economia grega jamais poderá saldar. É indiscutível que a quitação da dívida será irremediável, a curto ou a longo prazo. No entanto, os credores insistem no reconhecimento formal de uma carga que, de fato, é impossível de ser paga. Até pouco tempo atrás, eles mantinham inclusive a exigência, literalmente fantástica, de um superávit primário superior a 4%. É verdade que essa demanda foi baixada para 1%, que tampouco é realista. Mas, até o momento, a tentativa de se chegar a um acordo, do qual depende o destino da **União Europeia**, fracassou por causa da exigência dos credores de sustentar uma ficção.

Naturalmente, os *países doadores* têm razões políticas para sustentá-la, já que no curto prazo isso permite adiar uma decisão desagradável. Temem, por exemplo, um efeito dominó em outros países devedores. E **Angela Merkel** também não está segura de sua própria maioria no Bundestag. Mas não há nenhuma dúvida quanto à necessidade de rever uma política equivocada à luz de suas consequências contraproducentes. Por outro lado, também não se pode culpar apenas uma das partes pelo desastre. Não posso julgar se há uma estratégia meditada por trás das manobras táticas do Governo grego, nem o que deve ser atribuído a imposições políticas, à inexperiência ou à incompetência dos negociadores. Essas circunstâncias difíceis não permitem explicar por que o Governo grego faz com que seja difícil até mesmo para seus simpatizantes discernir um rumo em seu comportamento errático.

Não se vê nenhuma tentativa razoável de construir coalizões; não se sabe se os nacionalistas de esquerda têm uma ideia um tanto etnocêntrica da solidariedade e impulsionam a permanência na zona do euro apenas por razões de astúcia, ou se sua perspectiva vai além do Estado-nação. A exigência de quitação da dívida não basta para despertar na parte contrária a confiança de que o novo Governo vá ser diferente, de que atuará com mais energia e responsabilidade do que os Executivos clientelistas aos quais

substituiu. **Tsipras** e o **Syriza** poderiam ter desenvolvido o programa reformista de um Governo de esquerda e *apresentá-lo* a seus parceiros de negociação em Bruxelas e Berlim.

A discutível atuação do Governo grego não ameniza nem um pouco o escândalo de que os políticos de **Bruxelas** e **Berlim** se negam a tratar seus colegas de **Atenas** como políticos. Embora tenham a aparência de políticos, eles só falam em sua condição econômica de credores. Essa transformação em zumbis visa a apresentar a prolongada situação de insolvência de um Estado como um caso apolítico próprio do direito civil, algo que poderia levar à apresentação de ações ante um tribunal. Dessa forma, é muito mais fácil negar uma corresponsabilidade política.

Merkel fez o **Fundo Monetário Internacional (FMI)** embarcar desde o início em suas duvidosas manobras de resgate. O **FMI** não tem competência sobre as disfunções do sistema financeiro internacional; como terapeuta, vela por sua estabilidade e, portanto, atua no interesse conjunto dos investidores, principalmente dos investidores institucionais. Como integrantes da *troika*, as instituições europeias também se fundem com esse ator, de tal forma que os políticos, na medida em que atuem nessa função, podem se restringir ao papel de agentes que se regem estritamente por normas e dos quais não se podem exigir responsabilidades.

Essa dissolução da política na conformidade com os mercados pode explicar a falta de vergonha com a qual os representantes do Governo federal alemão, todos eles pessoas sem mácula moral, negam sua corresponsabilidade política nas devastadoras consequências sociais que aceitaram, como líderes de opinião no Conselho Europeu, por causa da imposição de um programa neoliberal de austeridade. O escândalo dentro do escândalo é a cegueira com que o Governo alemão percebe seu papel de liderança. **Alemanha** deve o impulso inicial para sua decolagem econômica, do qual ainda se alimenta hoje, à generosidade dos países credores que no Tratado de Londres, de 1954, perdoaram mais ou menos a metade de suas dívidas.

Mas não se trata de um escrúpulo moral, e sim do núcleo político: as elites políticas da Europa não podem continuar se escondendo de seus eleitores, ocultando até mesmo as alternativas ante as quais nos coloca uma união monetária politicamente incompleta. São os cidadãos, não os banqueiros, que têm de dizer a última palavra sobre as questões que afetam o destino europeu.

Fonte: [IHU](#)

Slavoj Žižek. The great challenge of The Left. 2016

Slavoj Žižek. Public open lecture for the students of the Division of Philosophy, Art & Critical Thought at the European Graduate School EGS,...

YOUTUBE.COM

https://www.youtube.com/watch?annotation_id=annotation_931139703&feature=iv&src_vid=kjGysCpdV0M&v=e2O6f2R9PZI



Um New Deal para salvar a Europa – Por Yanis Varoufakis

30 jan, 2017 por Colaboradores - Yanis Varoufakis

Ex-Ministro das Finanças da Grécia e professor Economia na Universidade de Atenas. Artigo publicado em <https://www.project-syndicate.org/>

“Não importa quais serão os custos. Recuperamos o nosso país!”.

É esta a orgulhosa mensagem que se ouve em toda a Inglaterra desde o referendo realizado no em Junho de 2016 sobre a saída do Reino Unido da União Europeia (UE). E é uma reivindicação que está a ter repercussões em todo o continente. Até há pouco tempo,

qualquer proposta para “salvar” a Europa era favoravelmente considerada, embora com ceticismo quanto à sua viabilidade. Atualmente, a dúvida é se vale a pena salvar a Europa.

A ideia europeia está a ser levada a recuar pela força combinada de uma negação, uma insurgência e uma falácia. A Negação do establishment da UE de que a arquitetura económica da União não foi concebida para sustentar a crise bancária de 2008 resultou em forças deflacionárias que não legitimam o projeto europeu. A reação previsível à deflação foi a insurgência dos partidos antieuropeus em todo o continente. E, o mais preocupante de tudo: o establishment respondeu com a falácia de que uma “federação suavizada” (*federation-lite*) pode conter a onda nacionalista.

Tal não é possível: na sequência da crise do euro, os europeus estremecem com o pensamento de conferir à UE mais poder sobre as suas vidas e comunidades. A união política da área do euro, com um pequeno orçamento federal e alguma mutualização dos ganhos, perdas e dívidas, teria sido útil em 1999, quando nasceu a moeda comum. Mas agora, sob o peso das enormes perdas bancárias e da herança de dívidas causadas pela arquitetura defeituosa, uma federação suavizada do euro (como proposto pelo candidato às eleições presidenciais francesas Emmanuel Macron) é demasiado pouco e demasiado tardio. Tornar-se-ia a União da Austeridade permanente que o Ministro das Finanças alemão, Wolfgang Schäuble, procurou durante anos. Não poderia haver melhor presente para a atual “Internacional Nacionalista”.

Simplificando, os progressistas devem colocar uma questão simples: por que razão a ideia europeia está a morrer? As respostas são claras: desemprego involuntário e migração intra-UE involuntária.

O desemprego involuntário é o preço do investimento desadequado em toda a Europa, devido à austeridade, e das forças oligopolísticas que concentraram os empregos nas economias excedentárias da Europa durante o período deflacionário resultante da crise. A migração involuntária é o preço da necessidade económica na periferia da Europa. A grande maioria dos gregos, búlgaros e espanhóis não se mudam para o Reino Unido ou para a Alemanha para o clima; mudam-se porque a tal são obrigados.

A vida para os britânicos e alemães não irá melhorar graças à construção de barreiras fronteiriças eletrificadas e à sua retirada para o seio do Estado-nação, mas sim através da criação de condições dignas em todos os países europeus. E isso é

precisamente o que é necessário para relançar a ideia de uma Europa democrática e aberta. Nenhuma nação europeia pode prosperar de forma sustentável se outros europeus estiverem nas garras da depressão. É por isso que a Europa precisa de um New Deal muito antes de começar a pensar numa federação.

Em fevereiro, o movimento DiEM25 (Movimento Democracia na Europa 2025, criado ano passado) irá propor um New Deal europeu, que lançará no mês seguinte, no aniversário do Tratado de Roma. Esse New Deal terá por base um princípio orientador simples: todos os europeus devem se beneficiar, *em seus países de origem*, do direito a um emprego que pague um salário digno, a alojamento digno, a cuidados de saúde e educação de elevada qualidade e a um ambiente limpo.

Contrariamente ao New Deal original de Franklin Delano Roosevelt na década de 1930, um New Deal Europeu deve materializar-se sem as ferramentas de uma federação operativa, contando apenas com as instituições existentes da UE. Caso contrário, a desintegração da Europa será acelerada, nada restando para federar.

O New Deal europeu deve incluir cinco objetivos precisos e os meios para alcançá-los nos termos dos Tratados da UE já existentes, sem qualquer centralização do poder em Bruxelas ou mais perda de soberania:

- Um *investimento verde em larga escala* a ser financiado por uma parceria entre os bancos de investimento público da Europa (o Banco Europeu de Investimento, o KfW, e outros) e os bancos centrais (dirigindo a flexibilização quantitativa para obrigações de projeto de investimento) para canalizar até 5% do rendimento total europeu em investimentos em energia verde e tecnologias sustentáveis.
- Um *regime de garantia de emprego* para oferecer empregos com salários dignos no setor público e nos setores sem fins lucrativos a todos os cidadãos europeus em seu país de origem, disponível a pedido para todos os que o pretendam. Desde que tal regime não substituísse os empregos na função pública, não implicasse a titularização ou a substituição dos benefícios existentes, poderia estabelecer uma alternativa à escolha entre a miséria e

a emigração.

- *Um fundo anti-pobreza* para satisfazer as necessidades básicas em toda a Europa, que também serviria de base a uma eventual união de benefícios.
- *Um dividendo de base universal* para socializar uma percentagem maior dos crescentes rendimentos do capital.
- *Uma proteção anti-despejo* imediata, sob a forma de uma regra de direito ao aluguer, permitindo que os proprietários de casas que se encontram perante uma execução hipotecária permaneçam na sua casa mediante o pagamento de uma renda justa definida por conselhos comunitários locais. A longo prazo, a Europa deve financiar e garantir uma habitação digna para todos os europeus no seu país de origem, restaurando o modelo de habitação social que foi desmantelado em todo o continente.

Tanto o regime de emprego como o programa de combate à pobreza devem ser baseados numa versão moderna de uma antiga prática: a banca pública para fins públicos, financiada por uma reforma monetária pragmática, mas radical dentro da área do euro e na UE, bem como nos países europeus não pertencentes à UE. Especificamente, todos os lucros de senhoriagem dos bancos centrais seriam utilizados para estes fins.

Além disso, seria estabelecido em cada país um mecanismo eletrônico de compensação pública para depósitos e pagamentos (fora do sistema bancário). As contas fiscais permitiriam aceitar depósitos, receber pagamentos e facilitar transferências através dos serviços bancários em linha, aplicações de pagamento e cartões de débito emitidos por entidades públicas. Os saldos de tesouraria poderiam então ser emprestados aos fundos de apoio aos programas de emprego e de combate à pobreza, e seriam assegurados por um regime europeu de garantia de depósitos e défices cobertos por obrigações da banca central, oferecidas a preços baixos pelos governos nacionais.

Só um New Deal europeu com estas características poderá travar a

desintegração da UE. Todos os países europeus devem ser estabilizados e capacitados para prosperar. A Europa não pode sobreviver nem como uma lei da selva nem como uma União da Austeridade em que alguns países, por trás de uma máscara de federalismo, estão condenados à depressão permanente e em que se negam aos devedores os direitos democráticos. Para “recuperar o nosso país”, precisamos recuperar a decência comum e restabelecer o senso comum em toda a Europa.

Slavoj Žižek. On The Left (Excerpt). 2016

Slavoj Žižek's seminar at EGS which opens with comments on the Left's greatest challenges. Excerpt from his last seminar at The European Graduate School. (se...

YOUTUBE.COM · 22 COMPARTILHAMENTOS

Wallerstein: como deter a virada à direita

POR

ANTONIO MARTINS

– ON 11/10/2016 **CATEGORIAS:** ALTERNATIVAS, CAPA, CRISE
FINANCEIRA, MUNDO, PÓS-CAPITALISMO



Crise do capitalismo produz pobreza e dissidências ultra-conservadoras. Para vencê-las, central não é o poder de Estado, mas multiplicar nova organização a partir da base

Por **Immanuel Wallerstein** | Tradução: **Antonio Martins** | Imagem: **Eric Drooker**

Como deter a virada à direita? Esta é a questão que as pessoas que se consideram à esquerda têm se colocado há algum tempo. Ela está sendo lançada, de diferentes maneiras, na América Latina, em boa parte da Europa, nos países árabes e islâmicos, no sul da África e no sudeste da Ásia. A questão é ainda mais dramática porque, em muitos destes países, a virada segue um período em que houve uma certa guinada à esquerda.

O problema para a esquerda são as prioridades. Vivemos num mundo em que o poder geopolítico dos Estados Unidos está em constante declínio. E vivemos num tempo em que a economia-mundo está reduzindo severamente os recursos dos Estados e das pessoas, a ponto de o padrão de vida da maior parte da população do planeta estar em declínio. Estes são os constrangimentos para qualquer atividade da esquerda, e é possível fazer pouco para superá-los.

Surgem, de modo crescente, movimentos que denunciam a política tradicional e os partidos de centro. Eles pedem políticas de transformação radicalmente novas. Mas há dois tipos de movimentos assim, que poderíamos chamar de uma versão de direita e uma de esquerda. A versão de direita pode ser encontrada na campanha de Donald Trump à Casa Branca, na cruzada anti-drogas do presidente das Filipinas, Rodrigo Duterte, no Partido da Lei e da Justiça, na Polônia, e em muitos outros. Para a esquerda, a prioridade número um é evitar que estes movimentos controlem o poder de Estado. Eles são basicamente xenofóbicos e exclusionistas. Usarão este controle do Estado para esmagar os movimentos de esquerda.

Ao mesmo tempo multiplicam-se, à esquerda, movimentos que se organizam com base em políticas radicalmente novas. Isso inclui a tentativa de Bernie Sanders para concorrer à presidência dos EUA pelo Partido Democrata; o esforço de Jeremy Corbyn para que o Partido Trabalhista britânico reassuma seu apoio histórico a posições socialistas; o Syriza, na Grécia; o Podemos, na Espanha e muitos outros. Obviamente, quando tais movimentos parecem próximos a alcançar o poder de Estado, a direita (tanto a tradicional quanto a que se diz radicalmente anti-*establishment*)

une-se para derrotá-los ou para forçá-los a modificar sua posição de modo abrupto. Foi o que aconteceu com o Syriza.

Portanto, este esforço tem limites implícitos. Os novos movimentos de esquerda acabam forçados a se comportar como outra versão de um partido social-democrata de centro-esquerda. Isso cumpre um papel. Limita, no curto prazo, os ataques aos mais pobres, reduzindo danos. Mas não ajuda na transformação social.

O objetivo de médio prazo, de estabelecer um novo sistema-mundo que seja mais democrático e igualitário, requer ação política de outro tipo. Requer organizar-se em toda parte, na base da sociedade, e construir alianças a partir de lá – mais do que a partir do poder de Estado. Este foi o segredo do fortalecimento recente dos movimentos anti-*establishment* de direita.

Para que prevaleça, na luta que ocupará os próximos vinte ou quarenta anos e que definirá o sistema sucessor do capitalismo existente – agora em declínio definitivo – a esquerda precisará combinar uma série de políticas. Alianças de curto prazo, para minimizar o mal que os orçamentos restritos fazem aos mais pobres. Oposição duríssima ao controle do poder de Estado pelos movimentos anti-*establishment* de direita. Constante organização política pela base. Isso é muito difícil e exige constante clareza de análise, opções morais sólidas sobre o tipo de outro mundo possível que queremos e sabedoria tática.